

SÉRIE ESTUDOS E DOCUMENTOS

Documento nº 5

Evolução do Comércio Externo Agro-Florestal em Portugal

Susana Barradas

Abril 2002

GPPAA – Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar
Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
R. Padre António Vieira, 1 – 10º
1099-073 LISBOA
Telefone: 21 381 93 00
Fax: 21 387 45 00
e-mail: bdimas@gppaa.min-agricultura.pt

ISSN: 1645-0159

Depósito Legal: 157664/00

Índice

	Pág.
Resumo	V
Lista de Gráficos	VII
Lista de Quadros	VIII
Lista de Anexos	IX
I Introdução	1
II Questões metodológicas	3
II.1 Articulação entre Fontes de Informação	3
II.2 Indicadores de Análise do Comércio Externo	5
III Complexo Agro-Florestal	9
IV Agricultura e Indústrias Agro-Alimentares	13
IV.1 Análise Agregada	13
IV.2 Cereais	20
IV.3 Sementes Oleaginosas	28
IV.4 Frutos e Hortícolas	31
IV.4.1 Frutos e Hortícolas Transformados	33
IV.4.2 Frutos	37
IV.4.3 Hortícolas	41
IV.5 Vinho	44
IV.6 Gorduras e Óleos Animais e Vegetais	50
IV.6.1 Azeite	53
IV.7 Açúcar	56
IV.8 Lacticínios	59
IV.9 Carne	63
V Silvicultura e Industrias Florestais	75
V.1. Análise Agregada	75
V.2 Cortiça	79
V.3 Madeira	83
VI Conclusão	87
Referências Bibliográficas	91
Anexo	

Resumo

Este estudo, além de disponibilizar os dados de comércio externo do complexo agro-florestal, no período 1980 a 2000, propõe-se, analisar os efeitos da integração no mercado comunitário no funcionamento do comércio externo nacional.

As últimas duas décadas foram ricas em acontecimentos com consequências no funcionamento do comércio externo nacional, em particular do agro-alimentar: a adesão à CEE em 1986, a finalização da primeira etapa de transição em 1991, a criação da OMC em 1995, e o intensificar da concorrência mundial, em especial da UE, o reforço da cadeia de distribuição alimentar, o aumento do consumo, as crescentes exigências em termos de qualidade e diversificação por parte do consumidor.

O comércio externo agro-florestal, à semelhança do conjunto da economia, sofreu grande expansão, quer nas importações quer nas exportações, com um aumento do défice comercial e um aumento do grau de abertura superior ao do conjunto da economia.

A análise particular a alguns produtos evidenciou uma realidade diferenciada: coexistem sectores importadores líquidos com graus de auto-provisionamento baixos com sectores tradicionalmente exportadores que passaram a ter um défice comercial e apresentam, em simultâneo, uma diminuição do grau de auto-provisionamento e um aumento da orientação exportadora, facto que evidencia um aumento do comércio intra-sectorial.

Palavras-chave: importações, exportações, grau de auto-provisionamento, défice comercial, orientação exportadora, comércio intra-sectorial.

Lista de Gráficos

	Pág.
<i>III. Comércio Externo Agro-Florestal</i>	
Gráfico III.1 Grau de Abertura da Economia e CAF (1980 – 2000)	10
Gráfico III.2 Evolução do Saldo Comercial (Economia e CAF)	11
Gráfico III.3 Contribuição do Saldo Comercial para o Défice Comercial da Economia	11
<i>IV. Agricultura e Indústrias Agro-Alimentares</i>	
Gráfico IV.1 Importações e Exportações do Complexo Agro-Alimentar na UE	13
Gráfico IV.2 Origem e Destino do Comércio Externo Agro-Alimentar dos Estados-Membros na UE - 1999	14
Gráfico IV.3 Importações e Exportações da Agricultura e IAA em Portugal	16
Gráfico IV.4 Consumo Aparente e Produção da Agricultura e IAA em Portugal	17
Gráfico IV.5 Grau de Auto-aprovisionamento, Importações e Produção Agro-Alimentar	17
Gráfico IV.6 Grau de Abastecimento do Mercado interno da Agricultura e IAA, Orientação Exportadora Agro-Alimentar	18
Gráfico IV.7 Importação e Exportação de Cereais em Portugal	22
Gráfico IV.8 Evolução do Saldo da Balança Comercial do Sector dos Cereais e Contribuição para o Saldo Comercial Agrícola	22
Gráfico IV.9 Consumo Aparente e Produção de Cereais	23
Gráfico IV.10 Estrutura das Importações de Cereais em 1990 e 2000	24
Gráfico IV.11 Produção, Consumo Aparente e Importações de Trigo	24
Gráfico IV.12 Produção, Consumo Aparente e Importações de Milho	25
Gráfico IV.13 Produção, Consumo Aparente e Importações de Arroz	25
Gráfico IV.14 Importação e Exportação de Sementes Oleaginosas em Portugal	29
Gráfico IV.15 Estrutura das importações de Sementes Oleaginosas em 1980, 1990 e 2000	29
Gráfico IV.16 Contribuição do Saldo Comercial do Sector das Sementes Oleaginosas para o Saldo Comercial da Agricultura	30
Gráfico IV.17 Grau de Auto-aprovisionamento e Consumo <i>per Capita</i> de Frutos em Portugal	32
Gráfico IV.18 Grau de Auto-aprovisionamento e Consumo <i>per Capita</i> de Hortícolas em Portugal	32
Gráfico IV.19 Importação e Exportação de Conservas de Frutos e Hortícolas em Portugal	34

Gráfico IV.20	Evolução do saldo da Balança Comercial do sector das Conservas de Frutos e Hortícolas	34
Gráfico IV.21	Estrutura das Exportações de Conservas de Frutos e Hortícolas, por Produtos 1990 e 2000	35
Gráfico IV.22	Índice de <i>Balassa</i> do Sector das Conservas de Frutos e Hortícolas	35
Gráfico IV.23	Importação e Exportação de Frutos em Portugal	38
Gráfico IV.24	Grau de Auto-aprovisionamento, Abastecimento do Mercado Interno e Orientação Exportadora de Frutos em Portugal	39
Gráfico IV.25	Índice de <i>Balassa</i> do Sector dos Frutos em Portugal	39
Gráfico IV.26	Estrutura do Comércio de Frutos por produto em 2000	40
Gráfico IV.27	Importação e Exportação de Hortícolas em Portugal	42
Gráfico IV.28	Índice de <i>Balassa</i> do Sector Hortícolas em Portugal	42
Gráfico IV.29	Estrutura das Importações e Exportações de Hortícolas em 2000	43
Gráfico IV.30	Consumo de Vinho nos Países da UE em 1999/00	45
Gráfico IV.31	Grau de Auto-aprovisionamento nos Países Produtores de Vinho da UE – 199/00	45
Gráfico IV.32	Importação e Exportação de Vinho em Portugal	46
Gráfico IV.33	Estrutura das Exportações de Vinho 1990	47
Gráfico IV.34	Estrutura das Exportações de Vinho 2000	47
Gráfico IV.35	Estrutura das Importações de Vinho 2000	48
Gráfico IV.36	Exportações de Vinho do Porto	49
Gráfico IV.37	Exportações de Óleos e Gorduras em Portugal	51
Gráfico IV.38	Importações de Óleos e Gorduras em Portugal	52
Gráfico IV.39	Importações e Exportações de Azeite em Portugal	53
Gráfico IV.40	Evolução do Saldo da Balança Comercial do Azeite	54
Gráfico IV.41	Grau de Auto-aprovisionamento, Grau de Abastecimento do Mercado Interno e Orientação Exportadora do Azeite	55
Gráfico IV.42	Estimativa para o Preço Médio das Importações e Exportações de Azeite	55
Gráfico IV.43	Consumo de Açúcar da UE 1998/99	57
Gráfico IV.44	Grau de auto-aprovisionamento de Açúcar dos Estados-Membros da UE 1998/99	57
Gráfico IV.45	Importação e Exportação de Açúcar em Portugal	58
Gráfico IV.46	Importação e Exportação de Lacticínios em Portugal	60
Gráfico IV.47	Evolução do Saldo da Balança Comercial do Sector dos Lacticínios em Portugal	61
Gráfico IV.48	Estrutura das Importações e Exportações de Lacticínios 2000	62
Gráfico IV.49	Consumo de Carne <i>per Capita</i> na UE 1990 e 1999	64

Gráfico IV.50	Grau de Auto-aprovisionamento de Carne na UE 1999	64
Gráfico IV.51	Evolução da Importação de Carne em Portugal e UE	65
Gráfico IV.52	Importação e Exportação de Animais Vivos em Portugal	66
Gráfico IV.53	Estrutura das Importações de Animais Vivos	66
Gráfico IV.54	Importação e Exportação de Carne em Portugal	67
Gráfico IV.55	Estrutura das Importações de Carne	67
Gráfico IV.56	Estrutura das Exportações de Carne	68
Gráfico IV.57	Peso das Importações no Consumo Aparente do Sector da Carne	69
Gráfico IV.58	Importação, Produção e Consumo Aparente de Carne de Bovinos	70
Gráfico IV.59	Importação, Produção e Consumo aparente de Carne de Suínos	71
Gráfico IV.60	Importação, Produção e Consumo aparente de Carne de Animais de Capoeira	72
Gráfico IV.61	Importação, Produção e Consumo aparente de Carne de Ovinos e Caprinos	73
<i>V. Silvicultura e IF</i>		
Gráfico V.1	Estrutura das Importações e Exportações do Complexo na UE 1999	75
Gráfico V.2	Importações e Exportações Silvícolas e Florestais em Portugal	76
Gráfico V.3	Consumo Aparente e Produção – IF	76
Gráfico V.4	Grau de auto-aprovisionamento Silvícola e Florestal	77
Gráfico V.5	Orientação exportadora e Peso das Importações no consumo - IF	77
Gráfico V.6	Estrutura do Comércio Externo da Fileira Florestal em Portugal 2000	78
Gráfico V.7	Estrutura das Exportações de Cortiça e suas Obras por Estado-Membro da UE 1999	79
Gráfico V.8	Estrutura das Importações de Cortiça e suas Obras por Estado-Membro da UE 1999	79
Gráfico V.9	Importações e Exportações de Cortiça e suas Obras em Portugal	80
Gráfico V.10	Saldo Comercial e Contribuição do Sector da Cortiça para o Saldo Comercial do Complexo Florestal	80
Gráfico V.11	Índice de <i>Balassa</i> da Cortiça	81
Gráfico V.12	Estrutura das Importações e Exportações de Cortiça em 1990	81
Gráfico V.13	Estrutura das Importações e Exportações de Cortiça em 2000	81
Gráfico V.14	Importações e Exportações de Madeira em Portugal	83
Gráfico V.15	Saldo Comercial e Contribuição do Sector da Madeira para o Saldo Comercial do Complexo Florestal	83
Gráfico V.14	Índice de <i>Balassa</i> para o Sector da Madeira (1988 – 2000)	84

Lista de Quadros

III. Comércio Externo Agro-Florestal		Pág.
Quadro III.1	Importações, Exportações e Saldo Comercial do Complexo Agro-Florestal	9
Quadro III.2	Grau de Abertura e Peso das Importações e Exportações no VAB	10
Quadro III.3	Peso das importações, Exportações e Saldo Comercial da Economia	12
IV. Agricultura e Indústrias Agro-Alimentares		
Quadro IV.1	Estrutura das Importações e Exportações Agro-alimentares na UE 1999	14
Quadro IV.2	Comércio Externo Agro-alimentar nos Países da UE	15
Quadro IV.3	Disponibilidade de Alimentos <i>Per Capita</i>	16
Quadro IV.4	Grau de Auto-aprovisionamento de alguns Produtos Agro-alimentares 1999	18
Quadro IV.5	Estrutura do Comércio Externo Agro-Alimentar	19
Quadro IV.6	Estrutura do Comércio Agro-Alimentar por Países em 1999 e 2000	20
Quadro IV.7	Grau de Auto-aprovisionamento e Consumo de Cereais na UE	21
Quadro IV.8	Contribuição do Sector dos Cereais para o Défice Comercial da Agricultura	23
Quadro IV.9	Grau de Auto-Aprovisionamento de Cereais, Trigo, Milho e Arroz	26
Quadro IV.10	Orientação Exportadora do Trigo, Milho e Arroz	26
Quadro IV.11	Origem das Importações de Cereais em 1990 e 2000	27
Quadro IV.12	Importações, Exportações, Auto-aprovisionamento e Consumo de Sementes Oleaginosas na UE 1997/98	28
Quadro IV.13	Origem das Importações de Sementes Oleaginosas em 1990 e 2000	30
Quadro IV.14	Importações, Exportações, Saldo Comercial e Produção na UE de Conservas de Frutos e Hortícolas	33
Quadro IV.15	Destino das Exportações de Conservas de Frutos e Hortícolas em 1990 e 2000	36
Quadro IV.16	Origem das Importações de Conservas de Frutos e Hortícolas s em 1990 e 2000	37
Quadro IV.17	Importações, Exportações, Saldo Comercial e Produção de Frutos e Hortícolas na UE 1999	38
Quadro IV.18	Grau de Auto-aprovisionamento e Orientação Exportadora de alguns Frutos	40
Quadro IV.19	Origem das Importações de Frutos em 1990 e 2000	41
Quadro IV.20	Destino das Exportações de Frutos em 1990 e 2000	41
Quadro IV.21	Origem das Importações de Hortícolas em 1990 e 2000	43

Quadro IV.22	Destino das Exportações de Hortícolas em 1990 e 2000	44
Quadro IV.23	Importações, Exportações e Produção de Vinho na UE 199/00	45
Quadro IV.24	Índice de Balassa do Vinho e Vinho (s/Porto)	46
Quadro IV.25	Destino das Exportações de Vinho (excepto Porto e Madeira) em 1990 e 2000	48
Quadro IV.26	Destino das Exportações de Vinho do Porto em 1990 e 2000	49
Quadro IV.27	Importações, Exportações, Saldo Comercial e Produção na UE de Óleos e Gorduras Animais e Vegetais	50
Quadro IV.28	Origem das Importações de Óleos Gorduras Vegetais em 1990 e 2000	52
Quadro IV.29	Destino das Exportações de Óleos Gorduras Vegetais em 1990 e 2000	53
Quadro IV.30	Índice de <i>Balassa</i> e Faustino do Sector do Azeite em Portugal	54
Quadro IV.31	Produção, Importação e Exportação de Açúcar na UE 199/00	56
Quadro IV.32	Origem das Importações de Açúcar 1990 e 2000	58
Quadro IV.33	Importações, Exportações, Saldo comercial e Produção de Lacticínios na UE	59
Quadro IV.34	Índice de <i>Balassa</i> do Sector dos Lacticínios	61
Quadro IV.35	Grau de Abastecimento do Mercado Interno, Grau de Auto-aprovisionamento e Orientação Exportadora de alguns Produtos Lactéos	61
Quadro IV.36	Origem das Importações de Lacticínios 1990 e 2000	62
Quadro IV.37	Destino das Exportações de Lacticínios 1990 e 2000	63
Quadro IV.38	Importações, Exportações, Saldo da Balança Comercial e Produção na UE da Indústria da Carne	63
Quadro IV.39	Consumo <i>Per Capita</i> na UE 1990, 1999 de Suínos, Bovinos, Ovinos, Caprinos e Aves	65
Quadro IV.40	Grau de Auto-Aprovisionamento da Carne	68
Quadro IV.41	Origem das Importações de Carne 1990 e 2000	69
Quadro IV.42	Destino das Exportações de Carne 1990 e 2000	70
Quadro IV.43	Grau de Auto-aprovisionamento, Grau de Abastecimento do Mercado Interno e Orientação Exportadora da Carne de Bovino	71
Quadro IV.44	Grau de Auto-aprovisionamento, Grau de Abastecimento do Mercado Interno e Orientação Exportadora da Carne de Suíno	72
Quadro IV.45	Grau de Auto-aprovisionamento, Grau de Abastecimento do Mercado Interno e Orientação Exportadora da Carne de Animais de Capoeira	73
Quadro IV.46	Grau de Auto-aprovisionamento, Grau de Abastecimento do Mercado Interno e Orientação Exportadora da Carne de Ovinos e Caprinos	74

V. Silvicultura e IF

Quadro V.1	Comércio Florestal na UE	75
Quadro V.2	Estrutura das Importações do Complexo Florestal por Países em 1990 e 2000	78
Quadro V.3	Comércio de Cortiça e sua Obras na UE	79
Quadro V.4	Origem das Importações de Cortiça e suas Obras em 1990 e 2000	82
Quadro V.5	Destino das Exportações de Cortiça e suas Obras em 1990 e 2000	82
Quadro V.6	Estrutura do Comércio de Madeira em 1990 e 2000	84
Quadro V.7	Origem das Importações de Madeira em 1990 e 2000	85
Quadro V.8	Destino das exportações de Madeira em 1990 e 2000	85

Lista de Anexos

	Pág.
A.1 Importações, Exportações e Produção da Agricultura, Silvicultura, IAA, IF e Economia (1980 –2000)	A.3
A.2 Importação, Exportações e Produção de Cereais, Trigo, Milho e Arroz	A.4
A.3 Importação e Exportações de Sementes Oleaginosas, Conservas Hortofrutícolas e Hortícolas	A.6
A.4 Importações e Exportações de Frutos, Vinho e Vinho do Porto	A.7
A.5 Importações, Exportações e Produção de azeite e Açúcar	A.8
A.6 Importações, Exportações de Lacticínios, Carne e Animais Vivos	A.9
A.7 Importações, Exportações e Produção de Carne de Bovino e de Suíno	A.10
A.8 Importações, Exportações e Produção de Carne de Ovinos e Caprinos e Carne de Animais de Capoeira	A.11
A.9 Importações e Exportações de Cortiça e Madeira	A.12

I. Introdução

Este trabalho analisa a evolução recente do comércio externo do Complexo Agro-Florestal em Portugal, quer em termos agregados quer para os produtos mais representativos. Para realizar esta análise teve que se ultrapassar algumas dificuldades metodológicas na obtenção de séries uniformizadas, como será descrito no capítulo II deste estudo.

As ultimas décadas foram ricas em acontecimentos com consequências no comércio externo nacional, nomeadamente, a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, a primeira etapa de adesão que finalizou em 1991, a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC) em 1995 e mais recentemente a entrada na União Económica Monetária (UEM).

A entrada de Portugal na CEE, em 1986, teve repercussões no funcionamento do comércio externo, na medida em que se inicia o processo de livre circulação dos produtos agrícolas no mercado comunitário¹, coexistindo com um regime de trocas específico com o espaço extra comunitário. Este regime, em relação às importações, não impõe qualquer restrição quantitativa, mas eleva o preço das importações ao *preço limiar*². No caso das exportações, quando os preços comunitários são mais altos que os do mercado mundial, concede-se ao exportador um subsídio, denominado *restituição*, igual à diferença de preços entre o mercado mundial e comunitário. Assim se aplica um dos princípios da PAC – a *Preferência Comunitária*.

Em 1995, o acordo Agrícola resultante do Uruguay Round, no qual foi criada a Organização Mundial de Comércio (OMC), provocou grandes alterações no comércio internacional, representando, inquestionavelmente, um ponto de viragem no tratamento da agricultura, que, até esse momento, não estava abrangida pelas regras do GATT³, e um importante passo de um longo processo de reforma de políticas agrícolas a nível mundial. Em causa estiveram a diminuição dos montantes globais de

¹ As restrições foram abolidas gradualmente, através de 2 etapas.

² É calculado a partir da entrada na Comunidade adicionando-lhes os custos portuários e de transporte de modo que o produto importado venha a ter um nível de preços igual ao indicativo, o preço desejável para as transacções no interior da Comunidade.

³ Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras.

subsídios que cada país concede à agricultura e o grau e natureza da protecção dos respectivos mercados internos, no sentido de se poder caminhar para uma cada vez maior liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas. Este acordo veio atenuar o significado prático do Princípio da Preferência Comunitária, aumentando a possibilidade de correlação entre os preços dos mercados comunitário e mundial, pois o preço de entrada na UE, que antes era fixado pela política, passa a depender, em certas situações, do nível de preços mundiais.

Será efectuada, no capítulo II, o procedimento utilizada na uniformização das séries bem como a apresentação teórica a alguns indicadores de comércio externo utilizados no decorrer do estudo.

Segue-se, no capítulo III, uma análise conjunta do agregado Agro-Florestal (Agricultura, Silvicultura, Indústria Agro-Alimentar e Indústrias Florestais) em Portugal relativamente à evolução da sua contribuição para o défice comercial da economia e do grau de abertura.

Nos capítulos IV e V, descreve-se a evolução do comércio externo em Portugal do complexo agro-alimentar e florestal, respectivamente, para cada um destes conjuntos e para os bens mais representativos. Esta análise é constituída por uma introdução da situação do comércio externo comunitário e a posição de Portugal na UE, a análise da evolução do comércio em Portugal, a sua contribuição para o saldo comercial do agregado correspondente e pela análise de alguns indicadores.

II. Questões Metodológicas

II.1 Articulação entre Fontes de Informação

a) Agricultura, Indústrias Agro-alimentares, Silvicultura e Indústrias Florestais

O tratamento dos dados de comércio externo no período em estudo coloca algumas dificuldades. A primeira é a de definir os agregados Agricultura, Indústrias Agro-Alimentares, Silvicultura e Indústrias Florestais, pois existem diversas fontes e nomenclaturas diferentes para as estatísticas do comércio internacional. As utilizadas neste estudo, todas do INE, foram:

- Comércio Internacional, segundo a NC⁴;
- As Contas Nacionais por ramo até 1995, segundo a NCN⁵ 86;
- As Estatísticas Industriais, segundo a CAE⁶, Rev.1 e Rev.2

Além da divergência de conceitos entre nomenclaturas, deram-se alterações de metodologia que dificultam a formação de séries longas. Para a resolução desta questão foram feitas extrapolações com base num ano comum.

Outra dificuldade surge quando se pretende relacionar o comércio com a produção. A classificação da produção agrícola nas Contas Económicas da Agricultura (CEA), a NCN, intersecta um conjunto de produtos da classificação agro-industrial, a CAE, essencialmente o vinho e o azeite virgem.

No estudo foi utilizada a NCN como nomenclatura de referência, uma vez que é usada tanto nas contas nacionais como nas Contas Económicas da Agricultura, na qual existe, para os agregados Agricultura, IAA, Silvicultura e IF, dados de comércio internacional até 1995. No período posterior a 1995, para os agregado IAA, Silvicultura e IF, tendo em conta o diferencial que existe entre a NCN e CAE Rev.2 para o ano de 1995, realizou-se uma extrapolação com base no crescimento anual segundo o agregado correspondente na CAE⁷. Para a obtenção do agregado

⁴ Nomenclatura Combinada

⁵ Nomenclatura das Contas Nacionais.

⁶ Classificação das Actividades Económicas.

⁷ IAA: ramos 15 e 16; Silvicultura ramo 02; IF ramos 20, 21 e 22 da CAE.

Agricultura, ao valor obtido, segundo a CAE⁸, adicionou-se o azeite virgem, o vinho não licorosos e mostos, e o tabaco não manufacturado, segundo a NC. Estas são as diferenças mais evidentes, embora existam outras.

b) Produtos

O critério utilizado na escolha dos produtos analisados, além da disponibilidade dos dados, teve em conta o modo de comercialização, que implica normalmente algum grau de transformação. Assim, analisam-se os produtos agrícolas cereais, frutos e hortícolas. Em alguns casos é efectuada a análise das fileiras lacticínios, cortiça e madeira. Analisam-se ainda os produtos agro-industriais conservas de frutos e hortícolas, óleos e gorduras, açúcar, vinho⁹ e carne.

Para as importações e exportações as estatísticas do Comércio Internacional, INE foram a fonte utilizada.

A obtenção da produção por produtos, uma vez que existe uma diversidade de fontes e nomenclaturas, envolve alguns problemas. Existem várias fontes, entre as quais:

- Contas Económicas da Agricultura;
- Estatísticas Agro-industriais;

Os dados sobre produção agrícola são fornecidos pelas CEA de forma satisfatória. Na análise da fileira e dos produtos agro-industriais, as Estatísticas Agrícolas foram a fonte mais utilizada, embora não contenha informação para parte dos produtos agro-industriais (conservas de frutos e hortícolas, lacticínios, açúcar, vinho). A compatibilização das estatísticas agro-industriais, industriais, e das empresas com as contas nacionais apresentam valores discrepantes, por este motivo não foram utilizadas, assim, não se apresentam dados de produção para alguns produtos.

Em relação à comparação com a União Europeia recorreu-se a informação disponibilizada pela Comissão Europeia - DGAGRI e COMEXT, do Eurostat.

⁸ Ramo 01 da CAE

⁹ O vinho é um produto com algum grau de transformação, se a unidade de transformação estiver ligada ao agricultor, o vinho é considerado agrícola, caso contrário é considerado agro-industrial.

Não se fez a análise a preços constantes, devido à informação disponível não o permitir fazer com objectividade. No entanto, e tendo que existiu uma estabilidade dos preços na última década, a análise utiliza preços correntes, que não descurando as falhas que este tipo de análise tem, será feito um estudo conjunto em valor e em volume nos produtos e dar-se-á maior importância, quando na análise dos agregados, a valores relativos e rácios.

II.2 Indicadores de Análise do Comércio Externo

a) Grau de abertura, grau de auto-aprovisionamento, grau de abastecimento do mercado interno, taxa de cobertura e orientação exportadora

Grau de abertura: mede a exposição ao exterior, a qual se pode dever quer a importações quer a exportações. A sua interpretação é sobretudo válida em termos comparativos (entre períodos de tempo, sectores, países)

$$\text{Grau de Abertura} = (Importação + Exportação) / VABpm \times 100$$

Grau de Auto-Aprovisionamento: este indicador mede a proporção de consumo interno que pode ser satisfeita com a produção nacional. O seu método de cálculo face aos elementos estatísticos disponíveis implica, contudo, alguma prudência na sua interpretação. Em primeiro lugar, não se dispondo de elementos directos sobre o consumo, assume-se que este é igual à produção acrescida das importações e diminuídas das exportações, não se tendo em conta variações de stock ou desperdícios¹⁰. Em segundo lugar, o cálculo do indicador para um agregado de produtos enviesa o seu valor no sentido do indicador dos bens transformados, cujo valor é superior pois incorpora o consumo de bens primários. Ainda assim é um indicador que indicia, para o produto em análise, uma certa especialização (>1), dependência (<1) ou auto-suficiência (≈1).

$$\text{Consumo Aparente} = Produção + Importação - Exportação$$

$$\text{Grau de Auto-Aprovisionamento} = (Produção / Consumo Aparente) \times 100$$

¹⁰ Esta questão não se coloca quando o grau de auto-aprovisionamento é obtido da Balança Alimentar, INE.

Grau de abastecimento do mercado interno: este indicador mede a proporção do consumo interno que é satisfeita com a produção nacional. O seu método de cálculo implica que a sua interpretação deva ter em conta os elementos referidos para o indicador anterior.

$$\text{Grau de abastecimento do Consumo Interno} = ((\text{Produção} - \text{Exportações}) / \text{Consumo Aparente}) \times 100$$

Orientação Exportadora: mede a proporção da produção interna que é exportada. Na sua análise há que ter em conta a eventual existência de importações e exportação simultânea (como acontecerá com o azeite), o que desvirtua o indicador.

$$\text{Orientação Exportadora} = (\text{Exportação} / \text{Produção}) \times 100$$

Taxa de Cobertura: traduz em que medida o valor das exportações cobre o valor das importações, sendo influenciado não só pelas quantidades transaccionadas mas também por variações cambiais e os preços mundiais.

$$\text{Taxa de Cobertura} = (\text{Exportação} / \text{Importação}) \times 100$$

b) Comércio intra-sectorial

Tradicionalmente, o comércio internacional reflectia as denominadas **vantagens comparativas**. Assim, as trocas comerciais abrangiam predominantemente o comércio **inter-sectorial**.

A integração económica em espaços de livre comércio, como a UE, dá origem à emergência de um novo tipo de comércio, designado por **intra-sectorial**¹¹, a importação e exportação simultânea de produtos semelhantes. A intensificação deste tipo de comércio reflecte a diferenciação do produto, a integração dos mercados, a aproximação entre os parceiros comerciais quanto a dotações de factores, condições económicas e culturais.

O índice de *Balassa* foi um indicador utilizado para indiciar a existência de comércio intra-sectorial. Este índice distingue sectores/produtos com predominância de troca de

¹¹ Krugman, P. (1997).

sentido unívoco ou troca nos dois sentidos. Um indicador próximo de 1 significa a existência de comércio predominantemente inter-sectorial e próximo de zero de comércio predominantemente intra-sectorial.

Índice de *Balassa*:

$$|Xi - Mi| / (Xi + Mi)$$

Onde Xi – exportações do produto/sector i

Mi – Importações do produto/sector i

Este indicador mede a proporção de comércio inter-sectorial **relativamente** ao comércio total de um produto ou sector. Não deve ser utilizado comparativamente entre sectores ou países sem se ter em conta, por exemplo, o grau de abertura, uma vez que países ou sectores pouco expostos ao exterior podem apresentar valores neste índice idênticos a outros com maior exposição.

Dado que a alteração da especialização dá origem à alteração da produção relativa dos sectores, Faustino¹² propõe um índice criado a partir da definição de comércio intra-sectorial de *Grubel e Lloyd*:

Índice de *Faustino*:

$$\frac{(Xi + Mi) - |Xi - Mi|}{Qi}$$

Onde Xi – Exportações do produto/sector i

Mi – Importações do produto/sector i

Qi - Produção do produto/sector i

O indicador próximo de zero a especialização é predominantemente inter-sectorial, quando regista valores próximos de 1, significa que a especialização é predominantemente intra-sectorial.

Assim, sempre que oportuno¹³, recorrer-se-á ao índice de *Balassa* e caso este indicie existência de comércio intra-sectorial, analisa-se o índice de especialização produtiva, caso exista informação disponível relativamente à produção. Caso não se disponha

¹² Faustino, Horácio (1992).

¹³ Se o produto em análise não apresentar um volume de exportações (importações) significativo relativamente às importações (exportações), conclui-se que o comércio é predominantemente inter-sectorial.

dessa informação far-se-á uma análise conjunta do grau de auto-aprovisionamento, grau de abastecimento do mercado interno e orientação exportadora, tendo em conta que estes indicadores também poderão indiciar a existência de especialização intra-sectorial. Um grau de auto-aprovisionamento superior ou igual a 1, normalmente é acompanhado de um elevado nível de abastecimento do mercado interno, mas existem situações em que não é assim. Existem produtos que apresentam um grau de auto-aprovisionamento elevado acompanhados de grau de abastecimento do mercado interno baixo devido a uma orientação exportadora elevada, presenciando-se, assim, importação e exportação simultânea do produto em causa – comércio intra-sectorial.

III. Comércio Externo Agro-Florestal

Neste capítulo realiza-se a análise conjunta da evolução do comércio externo do Complexo Agro-florestal e do conjunto da Economia no período 1980-2000. Com especial atenção para a contribuição, do Complexo Agro-Florestal e dos agregados que o compõem, para o saldo comercial e grau de abertura da Economia.

Quadro III.1 – Importações, Exportações e Saldo Comercial do Complexo Agro-Florestal

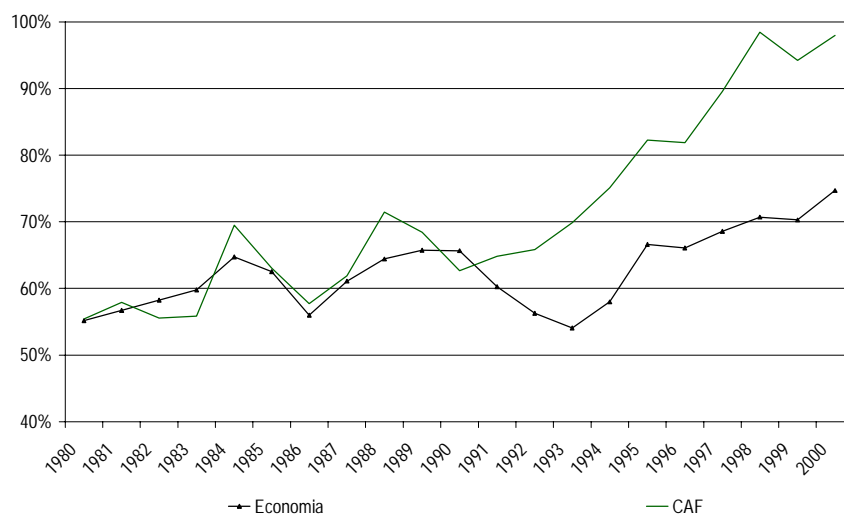
		Preços correntes (Mil euros)							
		1980	1985	1990	1995	1997	1998	1999	2000
Agricultura	IMP	276 955	848 900	1 099 275	1 592 848	1 708 812	1 886 704	1 762 046	1 781 696
	EXP	27 099	65 548	167 875	228 334	371 342	329 978	302 721	331 285
	Saldo	-249 857	-783 352	-931 401	-1 364 515	-1 337 469	-1 556 726	-1 459 325	-1 450 410
IAA	IMP	91 778	264 669	839 513	1 624 831	1 827 142	2 117 501	2 326 498	2 349 536
	EXP	81 328	228 137	462 054	840 251	979 717	1 015 362	1 035 047	1 150 827
	Saldo	-10 450	-36 531	-377 458	-784 580	-847 424	-1 102 139	-1 291 451	-1 198 708
Silvicultura	IMP	18 318	44 226	136 231	207 115	212 643	293 202	228 399	252 254
	EXP	7 511	19 572	29 873	55 082	46 809	45 769	54 097	60 834
	Saldo	-10 807	-24 654	-106 358	-152 033	-165 833	-247 433	-174 301	-191 420
IF	IMP	36 033	119 512	539 796	1 061 162	1 252 416	1 452 969	1 586 379	1 798 177
	EXP	187 723	650 231	1 467 551	2 134 116	2 238 366	2 338 129	2 377 268	2 920 147
	Saldo	151 691	530 719	927 754	1 072 954	985 949	885 160	790 889	1 121 970
CAF	IMP	423 084	1 277 306	2 614 815	4 485 956	5 001 013	5 750 376	5 903 321	6 181 662
	EXP	303 661	963 488	2 127 352	3 257 782	3 636 235	3 729 238	3 769 133	4 463 094
	Saldo	-119 422	-313 818	-487 463	-1 228 174	-1 364 777	-2 021 138	-2 134 188	-1 718 569
Economia	IMP	2 643 999	7 316 228	19 447 714	29 453 794	35 500 885	40 066 913	43 384 821	49 379 429
	EXP	1 509 701	5 860 159	13 634 902	24 423 457	28 290 040	30 804 223	31 816 982	35 791 104
	Saldo	-1 134 298	-1 456 069	-5 812 812	-5 030 337	-7 210 846	-9 262 691	-11 567 839	-13 588 324

Fonte: Ver capítulo II.1.

Os fluxos comerciais apresentaram uma tendência crescente, em todo o período em análise, quer das importações quer das exportações. No entanto, é de ter em conta que os anos 80 foram marcados por fortes desvalorizações cambiais e inflação em contraste com os anos 90. À excepção das IF, o crescimento das importações foi superior ao das exportações, com consequências negativas no défice comercial.

O grau de abertura¹, que mede a exposição ao exterior apresenta valores com uma tendência crescente para a economia portuguesa e o complexo agro-florestal, o que é particularmente evidente no segundo caso.

Gráfico III.1 – Grau de Abertura da Economia e CAF (1980 – 2000)



Fonte: Ver capítulo II.1.

Todos os componentes do complexo agro-florestal apresentam uma tendência crescente do seu grau de abertura, o que no caso da Agricultura e das IAA, se deveu essencialmente ao aumento das importações.

Quadro III.2 - Grau de Abertura e Peso das Importações e Exportações no VAB
(%)

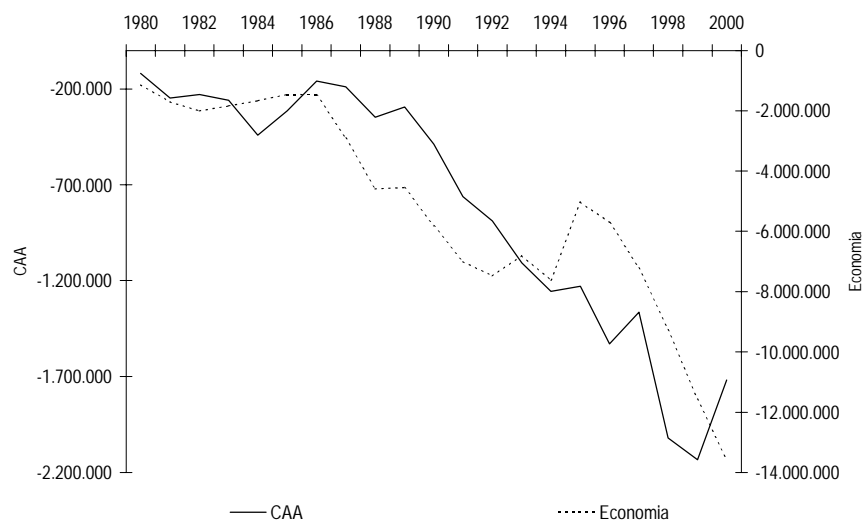
		1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998 ^R	1999	2000
Agricultura	IMP	45,7	61,7	42,1	65,5	64,2	71,6	80,2	59,4	64,5
	EXP	4,5	4,8	6,4	9,4	11,0	15,5	14,0	10,2	12,0
	Grau Abertura	50,2	66,4	48,6	74,9	75,1	87,1	94,2	69,6	76,5
IAA	IMP	26,8	23,6	31,8	40,5	39,8	39,8	44,8	47,6	45,2
	EXP	23,8	20,4	17,5	21,0	21,0	21,3	21,5	21,2	22,2
	Grau Abertura	50,6	44,0	49,3	61,5	60,8	61,1	66,3	68,7	67,4
Silvicultura	IMP	22,5	8,2	13,5	18,9	nd	nd	nd	nd	nd
	EXP	9,2	3,6	3,0	5,0	nd	nd	nd	nd	nd
	Grau Abertura	31,7	11,8	16,5	23,9	nd	nd	nd	nd	nd
IF	IMP	12,7	23,0	41,3	56,6	64,9	70,9	77,3	85,3	82,4
	EXP	66,4	125,0	112,2	113,9	113,8	126,7	124,3	127,8	133,8
	Grau Abertura	79,1	148,0	153,5	170,5	178,8	197,6	201,6	213,0	216,2

Fonte: Ver capítulo II.1.

¹ $(X+M)/VAB_{pm} = X/VAB_{pm} + M/VAB_{pm}$

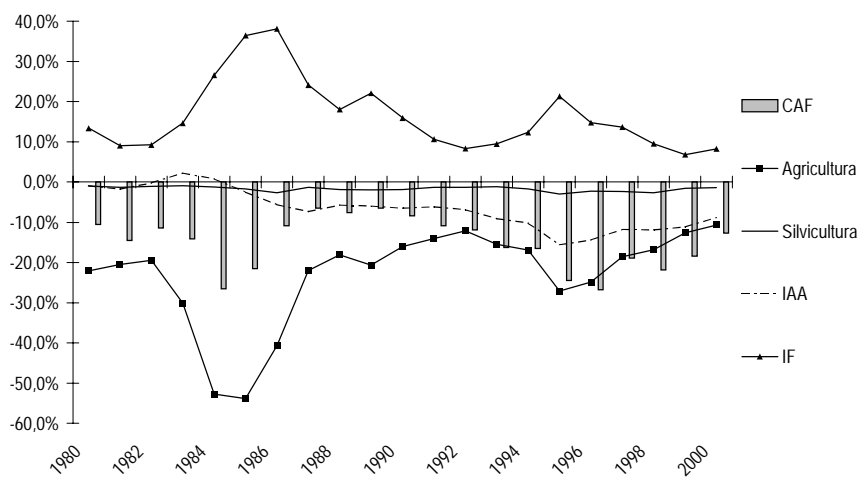
As Balanças Comerciais do conjunto da Economia e do Complexo Agro-Florestal apresentam valores negativos para o período em análise, sendo após 1986, que se observa a aceleração do seu crescimento, em valor absoluto.

Gráfico III.2 – Evolução do Saldo Comercial (Economia e CAF)



Fonte: Ver Capítulo II.1.

Gráfico III.3 – Contribuição do Saldo comercial para o Défice Comercial da Economia



Fonte: Ver capítulo II.1.

Quadro III.3 - Peso nas Importações, Exportações e Saldo Comercial da Economia

(%)

		1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Agricultura	IMP	10,5	11,6	5,7	5,4	5,5	4,8	4,7	4,1	3,6
	EXP	1,8	1,1	1,2	0,9	1,1	1,3	1,1	1,0	0,9
	Saldo	22,0	53,8	16,0	27,1	24,9	18,5	16,8	12,6	10,7
IAA	IMP	3,5	3,6	4,3	5,5	5,5	5,1	5,3	5,4	4,8
	EXP	5,4	3,9	3,4	3,4	3,6	3,5	3,3	3,3	3,2
	Saldo	0,9	2,5	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Silvicultura	IMP	0,7	0,6	0,7	0,7	0,5	0,6	0,7	0,5	0,5
	EXP	0,5	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,2
	Saldo	1,0	1,7	1,8	3,0	2,3	2,3	2,7	1,5	1,4
IF	IMP	1,4	1,6	2,8	3,6	3,6	3,5	3,6	3,7	3,6
	EXP	12,4	11,1	10,8	8,7	7,6	7,9	7,6	7,5	8,2
	Saldo	-13,4	-36,4	-16,0	-21,3	-14,8	-13,7	-9,6	-6,8	-8,3
CAF	IMP	16,0	17,5	13,4	15,2	15,1	14,1	14,4	13,6	12,5
	EXP	20,1	16,4	15,6	13,3	12,5	12,9	12,1	11,8	12,5
	Saldo	10,5	21,6	8,4	24,4	26,8	18,9	21,8	18,4	12,6

Fonte: Ver capítulo II.1

A contribuição do Complexo Agro-Florestal para o saldo da Balança Comercial tem sido, no período em análise, negativa. As indústrias florestais são a componente superavitária do complexo contribuindo positivamente para a diminuição do défice comercial da economia. Para a evolução da contribuição do CAF para o défice comercial da economia contribuíram outros factores além do seu volume comercial, como, a taxa de câmbio e o preço de outros bens, nomeadamente do petróleo. Por exemplo, o contributo altamente negativo (cerca de 54%) em 1985 da agricultura deveu-se à subida dos preços dos cereais, que são parte importante das importações agrícolas e a melhoria da contribuição do CAF observada no ano 2000, deveu-se a uma subida do preço do petróleo, que se reflectiu num aumento do valor das importações em toda a economia.

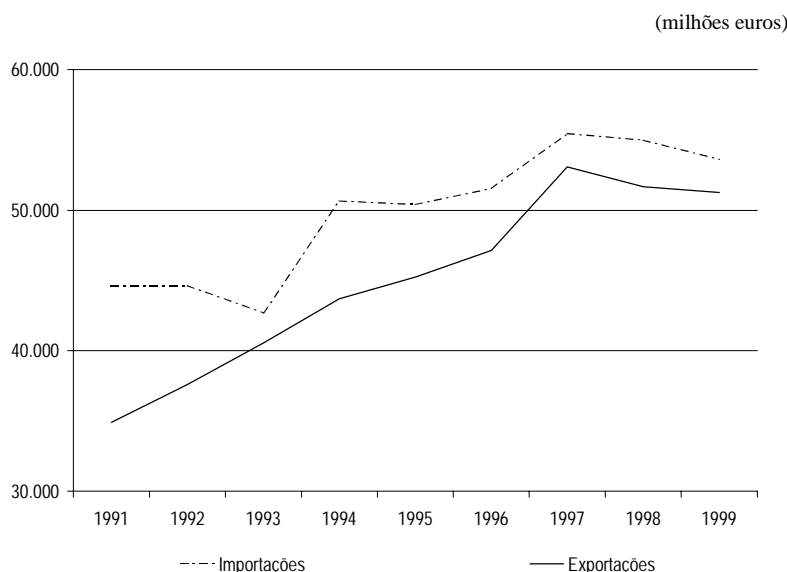
IV. Agricultura e Indústrias Agro-Alimentares

Neste capítulo analisa-se a evolução do comércio externo da componente agro-alimentar (Agricultura e IAA) do CAF em Portugal, no período 1980 a 2000. Começa-se por uma análise do conjunto, passando, em seguida, para o estudo de algumas actividades mais representativas. Inicia-se cada sub-capítulo com uma abordagem introdutória à situação do comércio externo na União Europeia.

IV.1 Análise Agregada

Entre 1991 e 1999, a balança comercial do sector agro-alimentar da UE apresentou valores negativos, com crescimentos significativos das importações e das exportações. Estes fluxos representaram, em 1999, respectivamente, 6,9% e 6,7% dos fluxos correspondentes do conjunto da economia¹.

Gráfico IV.1 - Importações e Exportações do Complexo Agro-alimentar na UE¹



¹Refere-se apenas ao comércio fora do espaço comunitário.
Fonte: Eurostat.

O principal sector importador foi, em 1999, os frutos e hortícolas, seguido do sector do café e das oleaginosas. As bebidas são o sector mais importante, no que se refere a exportações.

¹ Refere-se apenas ao comércio fora do espaço comunitário.

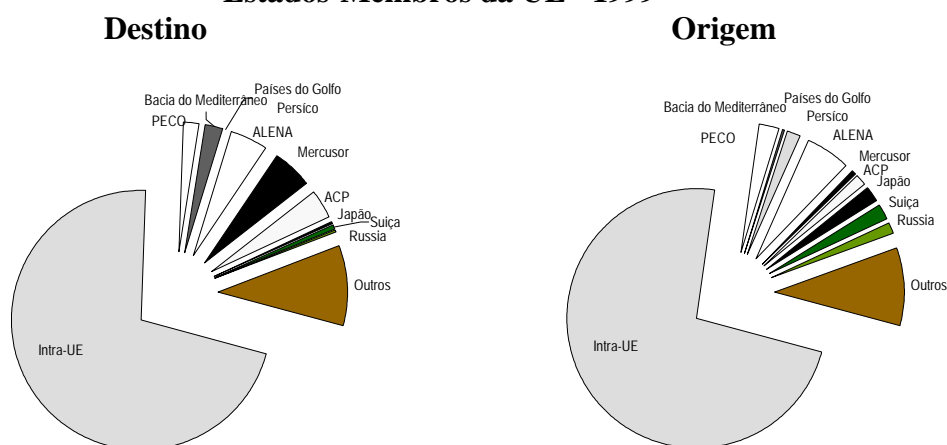
Quadro IV.1 - Estrutura das Importações e Exportações Agro-Alimentar UE² 1999

	Importações		Exportações		Saldo Comercial
	Milhões USD	%	Milhões USD	%	Milhões USD
Animais vivos	666	1,3	867	1,7	201
Carne	2 780	5,3	3 990	7,9	1 210
Lacticínios	1 114	2,1	4 523	8,9	3 409
Frutos e Hortícolas	11 010	20,9	2 757	5,4	-8 253
Café	5 796	11,0	813	1,6	-4 983
Cereais	1 563	3,0	2 460	4,8	897
Oleaginosas	5 430	10,3	1 103	2,2	-4 327
Óleos	2 808	5,3	2 792	5,5	-16
Açúcar	1 499	2,8	2 046	4,0	547
Cacau	2 371	4,5	1 487	2,9	-884
Conservas hortofrutícolas	3 338	6,3	1 954	3,8	-1 384
Bebidas	2 768	5,3	11 236	22,1	8 468
Tabaco	2 575	4,9	2 797	5,5	222
Desperdícios das ind.alim	4 254	8,1	1 626	3,2	-2 628
Outros	4 727	9,0	10 314	20,3	5 587
Total	52 699	100,0	50 765	100,0	-1 934

²Refere-se apenas ao comércio fora do espaço comunitário.

Fonte: Eurostat.

O comércio dos Estados Membros da UE processa-se, na sua maioria, dentro do espaço comunitário, quer no que se refere a importações (71,4%), quer no que se refere a exportações (72,9%) em 1999.

Gráfico IV.2 - Origem e Destino do Comércio Externo³ Agro-Alimentar dos Estados-Membros da UE - 1999

³Refere-se ao comércio dentro e for a do espaço comunitário.

Fonte: DGAGRI.

Quadro IV.2 - Comércio Externo Agro-Alimentar nos Países da UE

	Saldo Comercial (10 ⁶ ECU)	Peso das Exportações no VABpm (%)	Peso das Importações no VABpm (%)	Grau de Abertura ¹ (%)	Peso do saldo Comercial no VABpm (%)	Peso do Comércio Intra-UE (%)
Ano de referência	1995-98	1995-97	1995	1995-97	1995-97	1995-98
Bélgica+Lux.	1318	161,5	147,2	308,7	14,4	80,5
Dinamarca	4 999	125,3	59,5	184,8	65,9	64,2
Alemanha	-12 775	35,5	58,0	93,5	-22,5	71,1
Grécia	-1 000	22,7	33,3	56,0	-10,5	72,9
Espanha	1 266	32,9	29,4	62,3	3,5	52,8
França	9 594	55,4	38,5	94,0	16,9	73,4
Irlanda	3 552	111,3	44,8	156,1	66,5	77,6
Itália	-5 498	26,2	38,1	64,3	-11,8	72,7
Holanda	10 245	138,4	81,0	219,4	57,4	72,7
Áustria	-1 104	34,4	52,2	86,6	-17,8	74,6
Portugal	-2 084	19,3	50,4	69,7	-31,1	70,1
Finlândia	-689	28,8	51,9	80,7	-23,1	57,9
Suécia	-1 908	35,2	76,0	111,2	-40,8	62,5
Reino Unido	-8 410	33,0	53,2	86,2	-20,2	62,9

¹(Exp+Imp)/VABpm*100

Fonte: *Commerce extérieur et intra-Union: Annuaire Statistique 1999*, EUROSTAT, Commission Européenne.

A concentração geográfica do comércio externo agro-alimentar no espaço da União Europeia é uma característica comum aos países comunitários, surgindo a Espanha com o valor mais baixo (53%) e a Bélgica com o mais elevado (81%).

A forte exposição ao exterior (que é, como se viu, sobretudo o espaço comunitário), do sector agro-alimentar é outra constante, tendo Portugal, juntamente com a Grécia, Espanha e Itália, os graus de abertura mais baixos. No caso de Portugal, isso deve-se sobretudo às exportações (o peso das importações no VABpm já não é tão baixo, havendo cinco Estados Membros com valores inferiores).

Portugal tem apresentado, historicamente, uma **situação deficitária**² na área do comércio de bens agro-alimentares. Após a adesão à CEE, em 1986, o comércio externo de produtos agro-alimentares teve grande dinamismo.

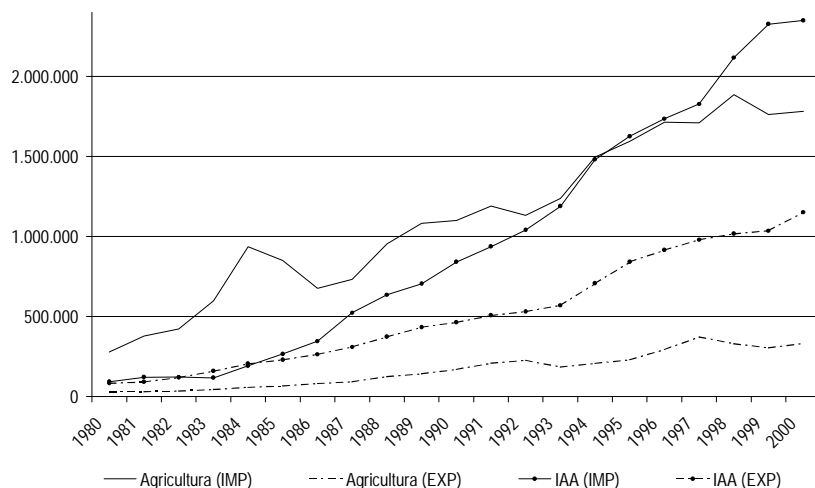
Os últimos 20 anos caracterizaram-se não só pelo aumento do fluxo do comércio externo, mas também, por um aumento substancial dos níveis e padrões de consumo. Na última década Portugal passou do país com menor disponibilidade alimentar da Europa, na década de 80, para uma posição de segundo maior do Mundo (vd. **Quadro**

² A análise do grau de abertura e do défice comercial do complexo agro-alimentar foi realizada no capítulo III.

IV.3), apresentando, actualmente, níveis de consumo de carne superiores à média europeia³.

Gráfico IV.3 - Importações e Exportações da Agricultura e IAA em Portugal

(mil de euros)



Fonte: Ver capítulo II.1.

Quadro IV.3 - Disponibilidade de Alimentos per Capita⁴

(quilocalorias)

	1979-81	1990-92	1994-96	1994-96/1979-81
Bélgica+Luxemburgo	3 310	3 670	3 570	8%
Dinamarca	3 460	3 620	3 780	9%
Alemanha	3 370	3 410	3 300	-2%
Grécia	3 430	3 770	3 600	5%
Espanha	3 250	3 680	3 290	1%
França	3 470	3 640	3 550	2%
Irlanda	3 620	3 790	3 620	0%
Itália	3 560	3 540	3 480	-2%
Holanda	3 540	3 380	3 260	-8%
Áustria	3 370	3 530	3 380	0%
Portugal	2 900	3 620	3 650	26%
Finlândia	3 050	3 030	2 990	-2%
Suécia	3 020	2 960	3 170	5%
Reino Unido	3 180	3 280	3 210	1%
EUA	3 360	3 700	3 620	8%
Austrália	3 080	3 180	2 980	-3%
Japão	2 750	2 900	2 900	5%
Mundo	2 580	2 720	2 760	7%

Fonte: *Dietary Energy Supply*, FAO.

³ Segundo dados da Eurostat (Vd. capítulo IV.9).

⁴ Disponibilidade de alimentos per capita: estimativa da energia média diária disponível para consumo por pessoa, no total de oferta alimentar, durante um período de tempo.

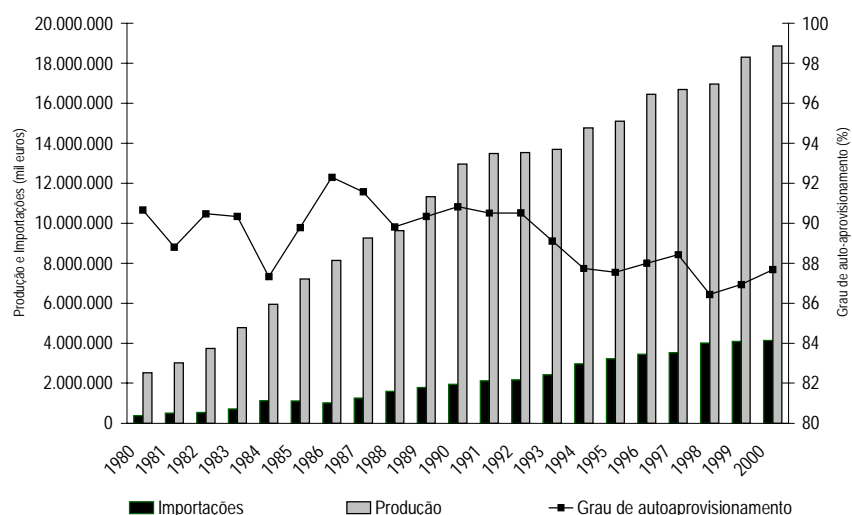
Gráfico IV.4 – Consumo Aparente e Produção da Agricultura e IAA em Portugal

(mil de euros)



Fonte: Ver capítulo II.1.

O complexo agro-alimentar, no período em análise, manteve um grau de auto-aprovisionamento entre os 85% e 95%, o que se deve ao facto do aumento verificado no consumo ter sido, em parte, compensado pelo aumento da produção nacional. No ano 2000 apresenta o valor de 88%, sendo para a agricultura 79,6% e para as indústrias agro-alimentares, 91,7%.

Gráfico IV.5 – Grau de Auto-aprovisionamento, Importações e Produção Agro-Alimentar

Fonte: Ver Capítulo II.1.

Quando se analisa o grau de auto-aprovisionamento de alguns produtos do complexo, revelam-se situações muito contrastadas. Portugal é auto-suficiente em vinho,

hortícolas e leite, mas apresenta níveis muito baixos para os cereais. O vinho é o produto com maior contribuição para a manutenção do grau de auto-provisionamento do complexo agro-alimentar.

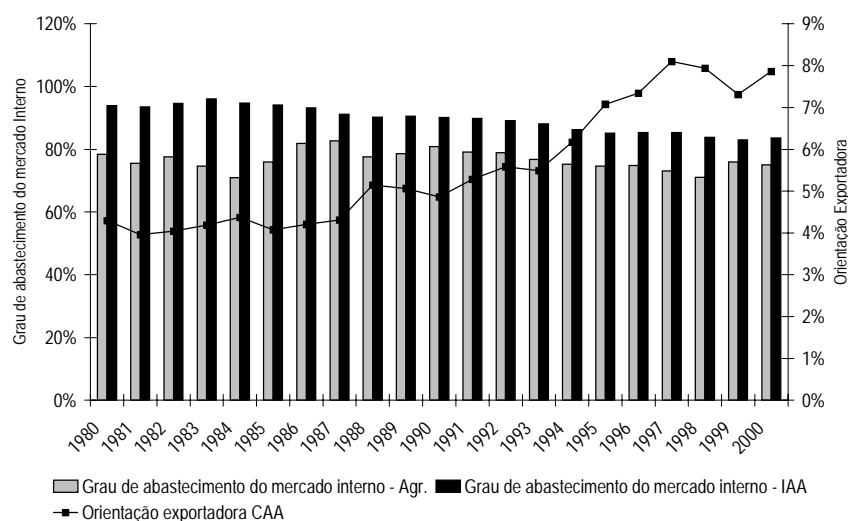
Quadro IV.4 - Grau de Auto-provisionamento de alguns Produtos Agro-Alimentares 1999

Actividades	Grau de auto-provisionamento
Vinho	139,3
Hortícolas	128,6
Frutícolas	71,4
Leite	106,6
Bovinos de carne	57,6
Ovinos e Caprinos	68,6
Cereais (s/ arroz)	29,4
Azeite	61,0
Suínos	76,7
Arroz	85,9

Fonte: Estatísticas Agrícolas 2000, INE

Com a excepção do vinho, do tomate transformado e da pêra rocha, a produção agro-alimentar nacional é direccionada, essencialmente, para o abastecimento do consumo interno, apresentado valores baixos na orientação exportadora, embora se observem no final da década de 90 níveis com algum significado.

Gráfico IV.6 – Grau de Abastecimento do mercado Interno da Agricultura e IAA, Orientação Exportadora Agro-Alimentar



Fonte: Ver capítulo II.1.

O peso das importações no consumo interno tem vindo a aumentar ao longo da última década, representam, actualmente 25% e 16% do consumo de bens agrícolas e bens agro-industriais, respectivamente.

Na estrutura das importações, em 1980 destacam-se os cereais, as sementes oleaginosas e o açúcar. Ao longo do período em análise estes produtos têm vindo a perder peso, com destaque para o milho, o que não significa uma diminuição dessas importações, mas uma maior diversidade de importações, com o aumento ou introdução de novos produtos, como os frutos, a carne e os alimentos para animais. No que se refere a exportações, o vinho, essencialmente o vinho do Porto, é o produto mais representativo. Mesmo assim, tem vindo a perder peso para os lacticínios e frutos.

Quadro IV.5 - Estrutura do Comércio Externo Agro-Alimentar

Quadro IV - Estrutura do Comércio Interno Agro-Alimentar					(%)				
Importações		1980	1990	2000	Exportações		1980	1990	2000
Cereais		37,3	11,2	10,0	Cereais		0,2	2,0	1,2
	Trigo	7,5	3,5	4,4					
	Milho	27,1	4,9	3,8					
	Outros cereais	2,7	2,8	1,8					
Sementes Oleaginosas e culturas industriais		11,1	15,5	6,0	Sementes Oleaginosas e culturas industriais		2,6	3,0	1,3
Produtos Hortícolas		2,1	7,7	4,3	Produtos Hortícolas		2,8	3,4	4,0
Frutos		0,3	4,3	7,0	Frutos		3,4	4,4	4,3
Azeite		0,0	1,1	1,7	Azeite		2,0	3,9	4,0
Animais vivos		0,7	1,7	2,3	Animais vivos		0,1	1,8	0,6
Carne		2,4	10,1	11,4	Carne		0,1	0,6	0,8
	Bovinos	1,9	6,5	5,4					
	Suínos	0,3	2,1	3,8					
Lacticínios		0,0	0,9	5,2	Lacticínios		0,0	5,0	10,1
Pastelaria e conservação ¹		9,2	5,3	4,5	Pastelaria e conservação		3,9	0,5	3,1
Conservas Horto-frutícolas		0,0	3,6	3,6	Conservas Horto-frutícolas		13,8	9,4	8,6
Cacau e chocolate		0,6	2,3	2,5	Vinho		55,6	47,1	34,2
Alimentos para animais		0,0	1,6	3,9	Vinho do Porto		32,8	30,9	23,4
Preparações à base de cereais ²		0,2	1,6	5,3					
Outros		36,0	32,7	29,8	Outros		15,1	18,4	27,0
		100,0	100,0	100,0			100,0	100,0	100,0

¹Essencialmente açúcar.

²Esta rubrica contempla massas alimentícias e produtos de padaria.

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Actualmente, a UE é a principal origem e destino do comércio externo português, sendo o mercado espanhol o principal importador e exportador. Esta situação não era tão evidente no início da década, em que o mercado extra-UE era uma importante origem das importações, em especial, os EUA. Portugal, ainda no período de

transição, era importador, essencialmente de cereais dos EUA a preços inferiores relativamente à Comunidade.

No que se refere a exportações, a estrutura dos parceiros comerciais não se alterou, significativamente, na última década. Destinam-se na sua maioria para o mercado comunitário, embora os PALOP sejam um importante destino.

Quadro IV.6 – Estrutura do Comércio Agro-Alimentar por Países em 1990 e 2000

	(%)			
	Importações		Exportações	
	1990	2000	1990	2000
UE	49,6	69,0	68,9	73,5
Espanha	14,2	35,0	13,0	28,6
França	13,4	13,0	13,7	12,6
Reino Unido	4,0	5,6	10,1	10,3
Alemanha	2,3	4,1	4,5	4,2
Itália	2,4	1,6	9,4	4,2
Holanda	6,2	4,61	5,1	6,2
Outros UE	7,1	5,1	13,1	7,5
Extra-UE	50,4	31,0	31,1	26,5
PALOP	0,4	0,7	11,8	7,4
<i>Brasil</i>	4,5	3,3	2,2	4,2
<i>EUA</i>	15,1	4,4	4,7	4,3
Argentina	3,4	3,1	-	-
Tailândia	2,9	0,6	-	-
Outros	27,4	17,8	12,5	10,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

IV.2 Cereais

Em termos mundiais a UE é o terceiro maior produtor de cereais, produzindo 12,7% da produção total⁵. A França, a Alemanha, o Reino Unido, a Espanha e a Itália são os principais produtores. O grau de auto-aprovisionamento da UE está estimada em 116% (*vd. Quadro IV.7*). A UE assume 3,2% das importações mundiais de cereais e 10,3% das exportações mundiais de cereais.

⁵Fonte: Eurostat, cereais sem arroz (1998).

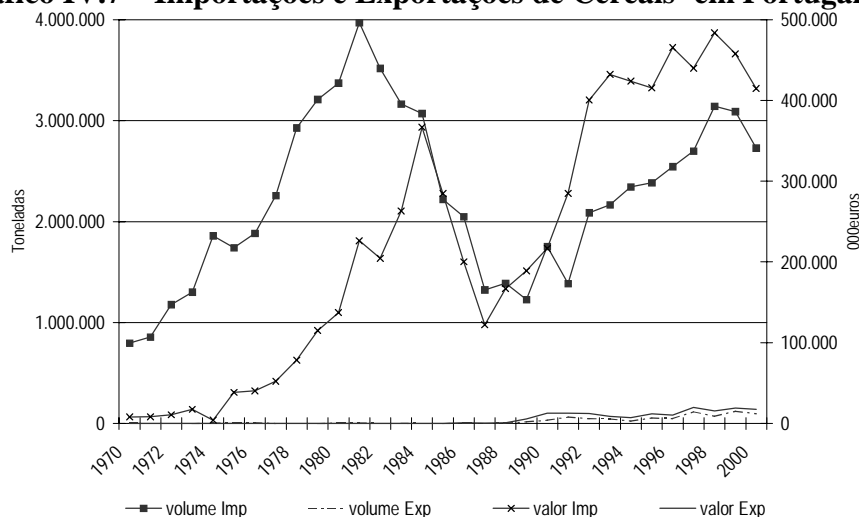
Quadro IV.7 - Grau de Auto-aprovisionamento e Consumo de Cereais na UE

	Grau de auto-aprovisionamento (%)		Consumo Humano Líquido (Kg/cab.)	
	1995/96	1998/99	1995/96	1998/99
UE	106,0	115,6	84,1	87,0
Bélgica	45,3	53,8	72,6	74,0
Dinamarca	131,9	116,0	74,5	91,2
Alemanha	110,4	120,8	74,6	76,1
Grécia	86,6	75,4	138,5	154,7
Espanha	59,3	82,5	72,1	70,2
França	186,3	220,8	76,1	75,2
Irlanda	78,9	74,6	80,5	94,6
Itália	78,3	80,5	118,1	128,8
Luxemburgo	-	92,8	-	67,4
Holanda	24,6	21,1	58,3	58,2
Áustria	104,7	105,9	67,8	75,2
Portugal	34,8	28,7	87,9	90,4
Finlândia	108,8	91,7	68,4	69,8
Suécia	104,6	130,3	66,8	69,4
Reino Unido	111,0	109,7	85,6	87,1

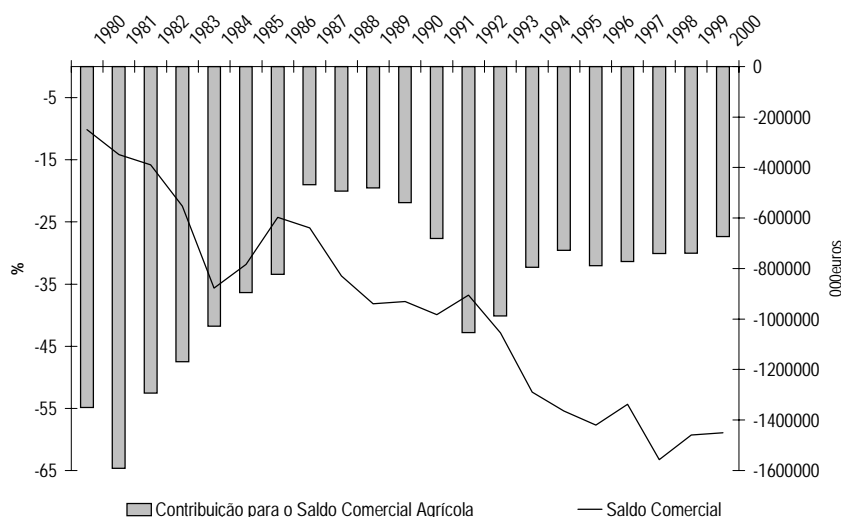
Fonte: Eurostat

Os cereais são os bens em que **Portugal** apresenta um dos graus de auto-aprovisionamento mais baixos, em contraste com a generalidade dos Estados-Membros da Comunidade. Já no que respeita ao consumo, apresenta níveis superiores à média comunitária. A produção nacional é maioritariamente destinada ao consumo interno, sobretudo de alimentos compostos para animais. A satisfação integral das necessidades internas é conseguida por via da importação.

Os cereais são o produto mais representativo das importações agro-alimentares nacionais, com valores já significativos no período anterior à adesão à CEE. No período anterior a 1974, apesar da política de fomento à produção e do proteccionismo através dos preços, já se tornava necessário recorrer à importação. Estas constituíam, no início da década de 80, 37,3% das importações agro-alimentares, peso que foi gradualmente reduzido para 11%, em 1990, e 10%, em 2000.

Gráfico IV.7 – Importações e Exportações de Cereais⁶ em Portugal

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Gráfico IV.8 – Evolução do Saldo da Balança Comercial do Sector dos Cereais e Contribuição para o Saldo Comercial Agrícola

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

As importações de cereais apresentam uma tendência crescente, o volume de importação mais de que duplicou no período em análise. As alterações no regime de importação de cereais em vigor depois da 1ª etapa de adesão à Comunidade, tais como a aplicação de direitos niveladores, tiveram como efeito imediato uma crescente substituição, na alimentação animal, dos cereais por outros produtos, mais competitivos em termos de preços e com maior liberdade na importação. As

⁶ Corresponde à posição 10 da Nomenclatura Combinada, inclui trigo, arroz, centeio, cevada, milho, sorgo de grão, trigo mourisco, painço, alpista e outros cereais.

exportações começaram a existir, embora com pouco significado, após a adesão à CEE.

Quadro IV.8 - Contribuição do Sector dos Cereais para o Défice Comercial da Agricultura

	1980	1990	2000
Trigo	11,1	7,3	12,0
Milho	40,0	10,1	10,4
Arroz	1,9	2,4	2,7
Cereais	54,9	21,9	27,4

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

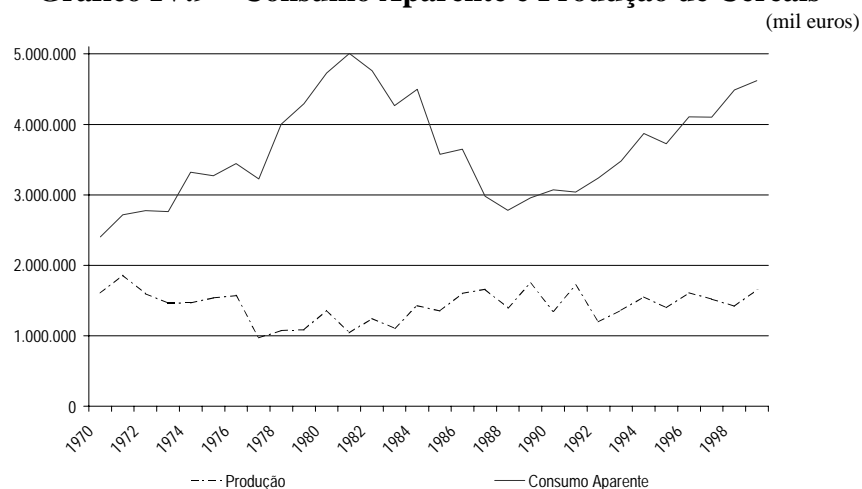
O saldo deficitário da Balança Comercial tem vindo a piorar (a melhoria observada em meados dos anos 80 deveu-se a uma descida do preço mundial e, consequentemente, do valor de importações), embora a sua contribuição para o défice comercial da agricultura tenha vindo a diminuir.

1. OCM Cereais – Regime de Trocas com Países Terceiros

Em relação às importações, a regra é a não imposição de qualquer restrição quantitativa, deixando entrar os produtos mas elevando o seu preço ao **preço limiar** (preço fixado). No caso das exportações, quando os preços comunitários são mais altos que os do mercado mundial, concede-se ao exportador um subsídio, denominado **restituição**, esta é igual à diferença de preços entre o mercado mundial e comunitário. No âmbito da OMC, foram estabelecidos acordos UE-EUA que asseguram a importação pela UE de trigo e milho.

Os cereais foram abrangidos pela transição por etapas, por esta razão as regras comunitárias só passaram a vigorar plenamente a partir de 1991.

Gráfico IV.9 – Consumo Aparente e Produção de Cereais

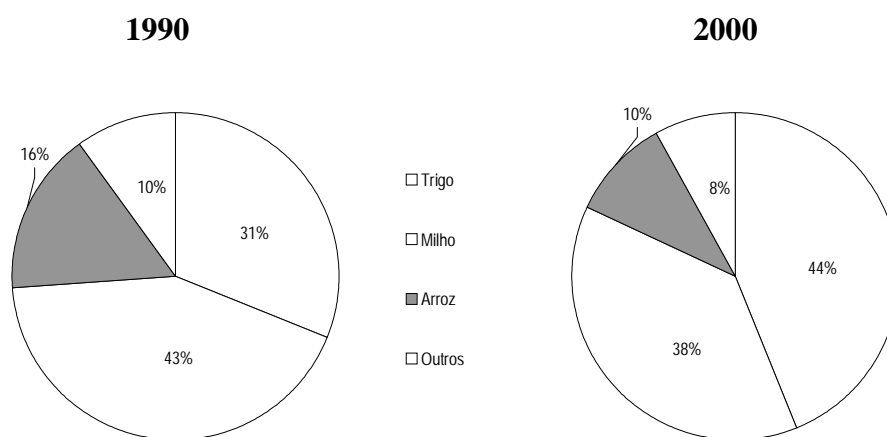


Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE e Estatísticas Agrícolas, INE.

A produção nacional de cereais depois de uma tendência decrescente durante a década de 70 apresenta uma situação de quase total estagnação nas últimas duas décadas. Em simultâneo, assiste-se a um aumento do consumo de cereais só possível pelo recurso à importação.

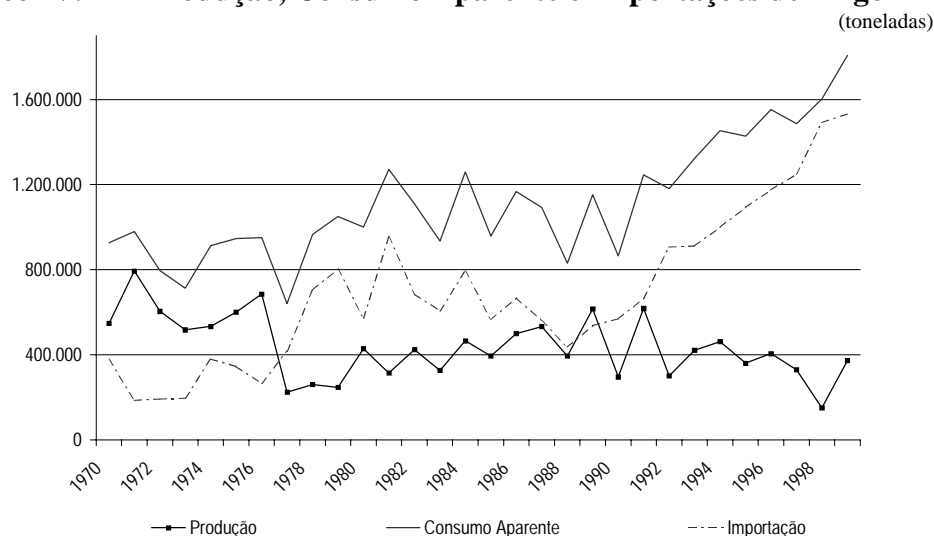
O milho foi durante quase todo o período em análise o cereal mais importado, representando, em 1980, cerca de 27,1% das importações agro-alimentares, embora tenha vindo a perder peso, uma vez que, na composição de rações para animais, uma parte do milho passou a ser substituída por outras componentes, verificando-se um acréscimo substancial na importação de preparados para alimentação animal. O trigo, foi em 2000, o cereal mais importado.

Gráfico IV.10 - Estrutura das Importações de Cereais em 1990 e 2000



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Gráfico IV.11 – Produção, Consumo Aparente e Importações de Trigo

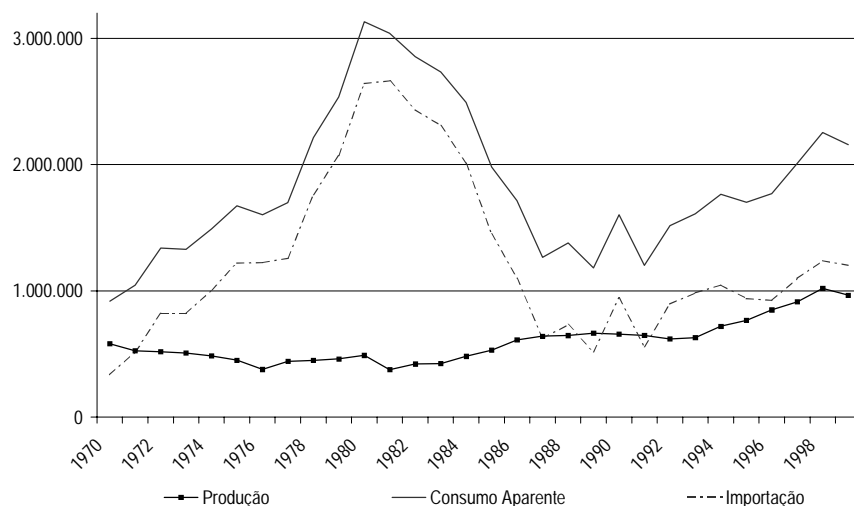


Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE e Estatísticas Agrícolas, INE.

A produção nacional de trigo tem vindo a diminuir no período em análise devido em grande medida à descida do seu preço relativamente quer aos preços do conjunto da economia quer ao de grande parte de outros produtos agrícolas. Assim, na última década, a produção de trigo foi, em parte, substituída pela sua importação.

Gráfico IV.12 – Produção, Consumo Aparente e Importações de Milho

(Toneladas)

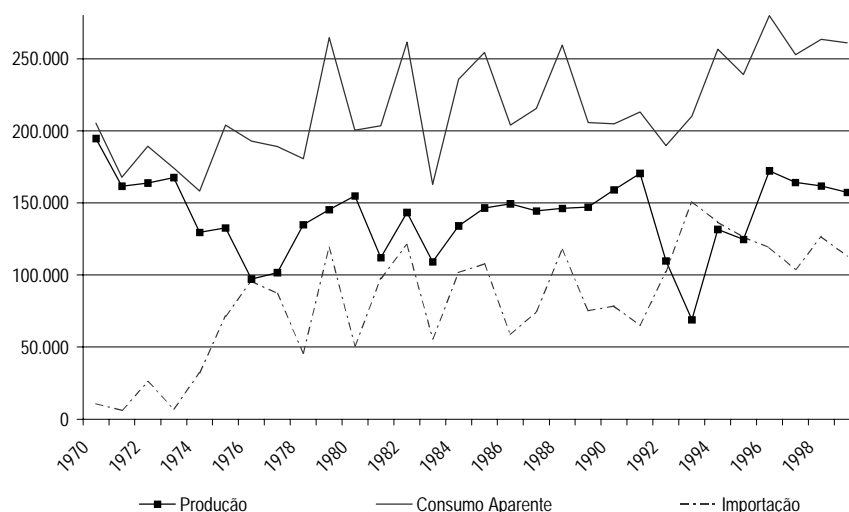


Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE e Estatísticas Agrícolas, INE.

Na última década a produção nacional de milho tem apresentado uma tendência crescente, devido a aumentos significativos de produtividade. Parte significativa da produção nacional destina-se ao auto-consumo nas explorações, principalmente nas regiões leiteiras, sendo o aprovisionamento da indústria proveniente, sobretudo, das importações.

Gráfico IV.13 – Produção, Consumo Aparente e Importações de Arroz

(Toneladas)



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE e Estatísticas Agrícolas, INE.

A superfície histórica do arroz nas últimas décadas situa-se na ordem dos 34 000 hectares. Nos anos 1992 a 1995, a ocorrência da seca e a ajuda comunitária ao girassol provocaram uma diminuição significativa da área, cuja evolução indica alguma recuperação nos últimos anos.

O aumento generalizado do consumo foi também explícito em relação aos cereais, o que não foi compensado pela produção nacional. Assim, o grau de auto-aprovisionamento desceu no período em análise, apresentando um valor particularmente muito baixo para o trigo.

Quadro IV.9 – Grau de Auto-Aprovisionamento do Cereais, Trigo, Milho e Arroz

	1985	1990	1995	1997
	(%)			
Cereais	37,6	42,4	35,3	37,1
Trigo	37,4	27,2	24,3	20,4
Milho	30,4	46,3	43,3	43,6
Arroz	97,3	98,6	71,3	104,9

Fonte: Estatísticas Agrícolas, INE.

O volume de exportações face ao comércio total de cereais é pouco significativo (vd. **Gráfico IV.7**), revelando a predominância de comércio **inter-sectorial**⁷ (importações). Apesar disso, o montante de exportações face à produção nacional revela, para o trigo e para o arroz, valores significativos.

Quadro IV.10 – Orientação Exportadora do Trigo, Milho e Arroz

	1970	1980	1990	1995	1996/97	1997/98	1998/99
	(%)						
Trigo	0,0	0,0	0,0	6,9	25,6	47,1	84,8
Milho	0,0	0,0	0,0	0,5	3,4	2,8	1,9
Arroz	0,0	3,3	20,62	9,5	0,9	1,9	0,7

Fonte: 1970,1980,1990 e 1995: partir das Estatísticas Agrícolas, INE; 1996-1999: Balança Alimentar, INE.

O arroz é o único cereal com graus de aprovisionamento próximos da auto-suficiência e com alguma orientação exportadora. O trigo, embora seja, actualmente, o cereal

⁷ Por esta razão não foi realizada a análise de estrutura e destino das exportações assim como dos índices de existências de comércio intra-sectorial.

com menor grau de auto-aprovisionamento apresenta níveis significativos de orientação exportadora⁸. (vd. **Quadro IV.10**).

Quadro IV.11 – Origem das Importações de Cereais em 1990 e 2000

	1990		2000		%
	Volume	Valor	Volume	Valor	
UE	7,4	18,3	75,3	75,2	
Espanha	0,8	3,0	9,6	11,7	
França	0,7	3,1	48,7	47,3	
Suécia	1,7	0,9	Reino Unido	14,4	12,7
Itália	2,4	9,3	Itália	0,4	0,9
Holanda	0,2	0,6	Alemanha	2,2	2,3
Outros	1,7	1,5	Outros	0,1	0,2
Extra UE	92,6	81,7	Extra UE	24,7	24,8
EUA	64,2	53,5	EUA	1,4	2,0
Canadá	6,6	6,8	Canadá	0,7	0,9
Austrália	5,7	6,0	Argentina	13,8	11,1
Arábia Saudita	12,4	11,5	PECO	6,3	5,3
Outros	3,6	4,0	Outros	2,6	5,5
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Com o final da 1ª etapa de transição em 1991, os produtos abrangidos pelas Organizações Comuns de Mercado, entre os quais os cereais, ficaram condicionados à preferência comunitária (vd. **Caixa 1**), elevando o custo das importações de países terceiros ao nível dos preços comunitários, verificando-se uma significativa alteração da estrutura nos mercados de origem.

Os tradicionais fornecedores, EUA e Arábia Saudita, com cerca de 76,6 % do volume de importações, perderam quase toda a sua quota de mercado, que passou para os países comunitários, principalmente a França e a Espanha (no conjunto cerca de 75% do valor das importações de cereais). A diferença, em 1990, entre o peso dos EUA em volume e valor é reveladora dos preços dos EUA a níveis mais baixos relativamente ao mercado comunitário. A preferência comunitária, instituída após o fim da etapa de transição, em 1991, elevou os custos de importação de cereais de países terceiros.

⁸ Este facto revela a existência de comércio intra-sectorial, que poderá dever-se à proximidade geográfica com Espanha, que é o principal parceiro comercial de cereais.

IV.3 Sementes Oleaginosas

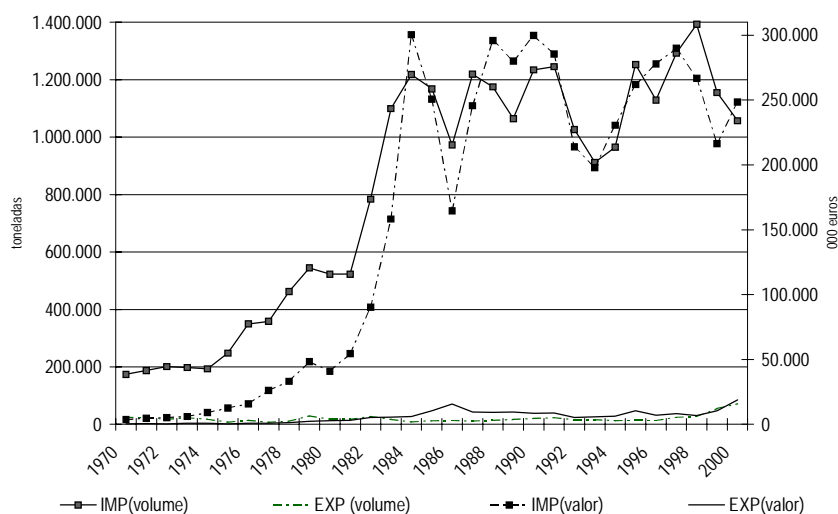
As sementes oleaginosas são utilizadas para a produção de óleos e bagaços destinados à alimentação animal. A **União Europeia** é um importador líquido de sementes oleaginosas, apresentando na campanha 1997/98 um grau de auto-aprovisionamento de 60%.

Quadro IV.12 - Importações, Exportações, Auto-Aprovisionamento e Consumo de Sementes Oleaginosas na UE em 1997/98

	Importações		Exportações		Auto-aprovisionamento	Consumo
	1000t	%	1000t	%	%	Kg/pessoa/ano
UE	19 669		1 246			
Total	24 434	100	6 011	100	60,0	
Bélgica	2 676	11,0	359	6,0	1,7	0,4
Dinamarca	39	0,2	41	0,7	160,8	Nd
Alemanha	6 065	24,8	574	9,5	35,3	1,2
Grécia	391	1,6	169	2,8	92,8	4,8
Espanha	3 659	15,0	248	4,1	71,1	4,8
França	1 142	4,7	3 268	54,4	150,4	1,4
Irlanda	52	0,2	5	0,1	25,4	2,4
Itália	1 094	4,5	80	1,3	84,1	1,6
Holanda	6 173	25,3	941	15,7	0,2	0,6
Áustria	88	0,4	72	1,2	96,1	2,0
Portugal	815	3,3	16	0,3	32,8	2,5
Finlândia	222	0,9	nd	nd	29,5	Nd
Suécia	221	0,9	3	0,0	37,7	0,9
Reino Unido	1 797	7,4	235	3,9	51,0	3,5

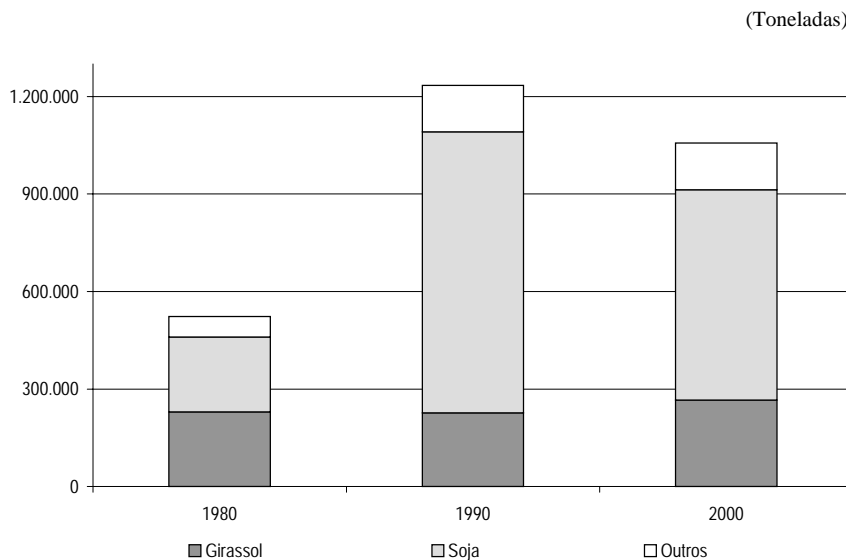
Fonte: Eurostat

As importações **nacionais** de sementes oleaginosas, à semelhança dos cereais, já apresentavam valores significativos antes da adesão à CEE, em 1986, mas ocorreu um aumento importante após a adesão.

Gráfico IV.14 – Importação e Exportação de Sementes Oleaginosas⁹ em Portugal

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE.

A soja e o girassol são os produtos mais representativos das importações nacionais de sementes oleaginosas, representaram em 2000, 61% e 25% do volume de importações, respectivamente.

Gráfico IV.15 – Estrutura das Importações de Sementes Oleaginosas em 1980, 1990 e 2000

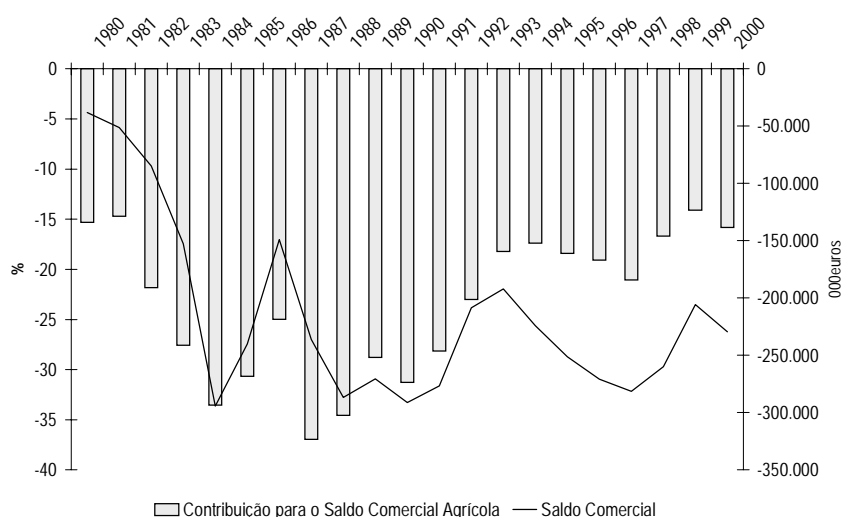
Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

O Saldo Comercial do sector, tradicionalmente negativo, piorou após a adesão à CEE. O aumento de défice comercial observado a partir de 1991, deve-se ao aumento das importações, causado pela substituição parcial dos cereais por algumas oleaginosas na

⁹ Corresponde à posição 12 da Nomenclatura Combinada, contém sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes e frutos diversos, plantas industriais ou medicinais, palhas e forragens.

alimentação animal. A contribuição negativa deste sector para o saldo comercial da agricultura depois de um aumento significativo após 1986, tem vindo diminuir, principalmente a partir de 1991.

Gráfico IV.16 – Contribuição do Saldo Comercial do Sector das Sementes Oleaginosas para o Saldo Comercial da Agricultura



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Quadro IV.13 – Origem das Importações de Sementes Oleaginosas em 1990 e 2000

	1990		2000		%
	Volume	Valor	Volume	Valor	
UE	20,2	40,1	13,5	16,2	
França	14,4	31,3	2,8	2,5	
Espanha	2,6	5,2	10,1	8,8	
Holanda	2,3	2,0	0,3	1,9	
Outros	1,0	1,6	0,4	2,9	
Extra UE	79,8	59,9	86,5	83,8	
EUA	32,0	24,6	23,0	22,0	
Argentina	16,3	11,7	6,6	6,3	
Brasil	15,5	11,4	30,3	29,3	
PECO	0,2	0,4	10,5	10,0	
Paraguay	7,6	5,6	7,3	6,2	
Outros	8,1	6,2	8,7	10,1	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

As importações provêm essencialmente de países não comunitários, situação que não sofreu alteração após a 1ª etapa de transição (pelo contrário), uma vez que o mercado das oleaginosas apresenta um regime de trocas favorável à importação de países terceiros mediante a total isenção de direitos aduaneiros (vd. Caixa 2). Os PECO ganharam peso como país de origem das nossas importações (em 2000 cerca de 35% do girassol importado provem da Ucrânia).

2. OCM das Sementes Oleaginosas – Regime de Trocas

Quando da criação desta OCM, em 1966, a Comunidade era extremamente deficitária na produção interna de sementes oleaginosas. Assim, foi estabelecido um regime de trocas favorável para os países terceiros: as importações foram facilitadas através da total **isenção de direitos aduaneiros**. Podem também ser dadas **restituições** à exportação.

À semelhança dos cereais o comércio de sementes oleaginosas em Portugal é predominantemente **inter-sectorial**. Em 1999, o grau de auto-aprovisionamento foi de cerca de 30%, tendo a produção vindo a decrescer. Os recursos disponíveis destinam-se essencialmente à indústria, (cerca de 87%¹⁰, em 1999).

Optou-se, devido ao montantes pouco significativos das exportações relativamente ao comércio total, por não realizar a análise da estrutura e destino das exportações, nem dos índices de comércio intra-sectorial.

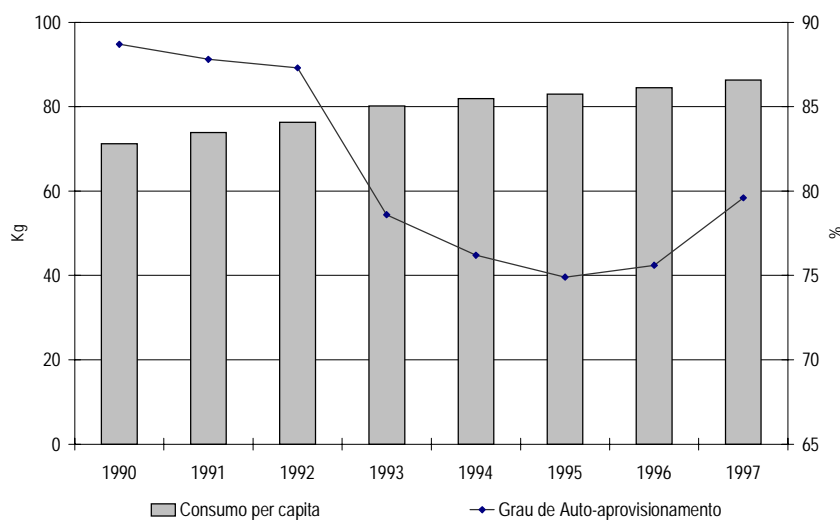
IV.4 Frutos e Hortícolas

A comércio internacional de frutos e hortícolas é constituído, na sua maioria, por produtos com algum grau de transformação, pois os produtos frescos têm características que levam a que a sua comercialização seja particularmente difícil, como seja, a sua perecibilidade, levando a uma maior dificuldade de armazenamento e transporte. Contudo, nestas últimas décadas vários foram os factores que contribuíram para uma maior transacionabilidade dos produtos frescos.

¹⁰ Estatísticas Agrícolas, INE.

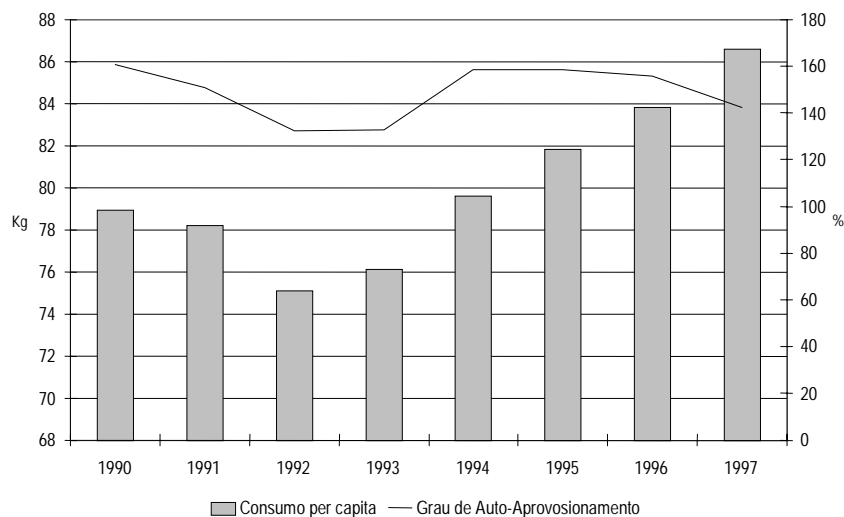
Em Portugal, observou-se na década de 90 um aumento do consumo de frutos e hortícolas, acompanhado por um decréscimo do respectivo grau de auto-aprovisionamento

Gráfico IV.17– Grau de Auto-Aprovisionamento e Consumo *Per capita* de Frutos¹¹ em Portugal



Fonte: Balança Alimentar, INE.

Gráfico IV.18 – Grau de auto-aprovisionamento e Consumo *Per capita* de Hortícolas¹² em Portugal



Fonte: Balança Alimentar, INE.

Far-se-á, em separado, a análise dos frutos e hortícolas transformados, frutos não transformados e hortícolas não transformados.

¹¹ A perspectiva da Balança Alimentar analisa, em conjunto, frutos frescos e transformados.

¹² A perspectiva da Balança Alimentar analisa, em conjunto, hortícolas frescos e transformados.

IV.4.1 Frutos e Hortícolas Transformados

A Alemanha foi, em 1997, o principal produtor da Comunidade, com 18,3% da produção, seguida do Reino Unido e da Itália. A Holanda é o principal exportador com 20% das exportações comunitárias e a Alemanha o principal país importador, com 23,9 % do total de importações (vd. **Quadro IV.14**).

A indústria de conservas de frutos e hortícolas representa 5,9% da produção das indústrias alimentares¹³ comunitárias e contribui com 0,8% do total de produção industrial.

Quadro IV.14 - Importações, Exportações, saldo comercial e Produção na UE de Conservas de Frutos e Hortícolas

	Importações		Exportações		Saldo	Produção	
	(1999)		(1999)		Comercial	(1997)	
	(mio euros)	%	(mio euros)	%	(mio euros)	(mio euros)	%
UE	14 028	100,0	11 311	100,0	-2 717	30 699	100,0
Bélgica	1 155	8,2	1 842	16,3	687	1 527	4,2
Dinamarca	309	2,2	191	1,7	-118	350	1,3
Alemanha	3 355	23,9	1 211	10,7	-2 144	5 628	17,2
Grécia	142	1,0	508	4,5	366	715	1,7
Espanha	558	4,0	1 415	12,5	857	3 701	11,8
França	2 202	15,7	1 211	10,7	-991	4 584	11,5
Irlanda	264	1,9	66	0,6	-198	169	0,8
Itália	972	6,9	1 675	14,8	703	4 800	13,3
Luxemburgo	46	0,3	19	0,2	-27		0,0
Holanda	1 604	11,4	2 280	20,2	676	1 960	6,6
Áustria	398	2,8	281	2,5	-117	621	1,9
Portugal	202	1,4	151	1,3	-51	384	1,4
Finlândia	167	1,2	19	0,2	-148	357	1,5
Suécia	416	3,0	79	0,7	-337	673	2,7
Reino Unido	2 238	16,0	363	3,2	-1 875	5 230	24,2

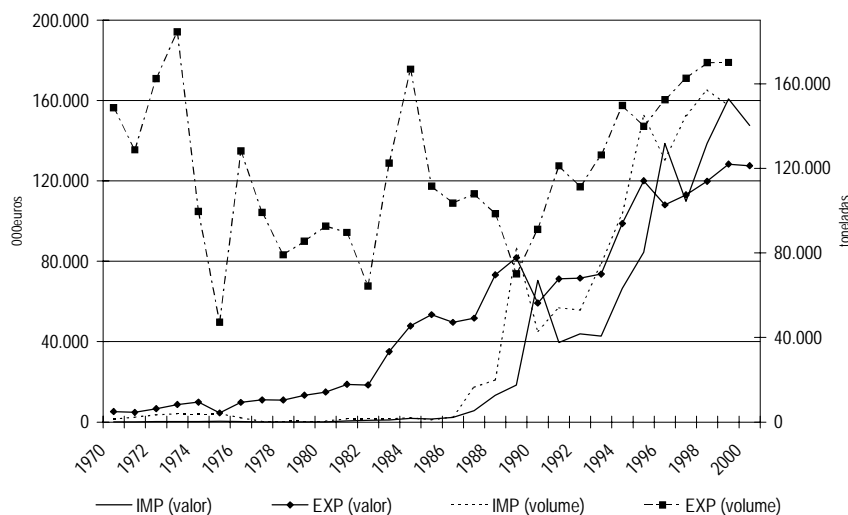
Fonte: Eurostat

Os frutos e produtos hortícolas transformados são um dos produtos mais representativos das exportações agro-alimentares **nacionais**, representando, em 1980, cerca de 13,8% do seu valor. As importações apresentam valores significativos após à

¹³ Excluindo a indústria do Tabaco, “*Panorama des Entreprises Européennes*, Eurostat.

adesão à UE, representando actualmente cerca de 3,6 % do valor das importações do Complexo Agro-Alimentar.

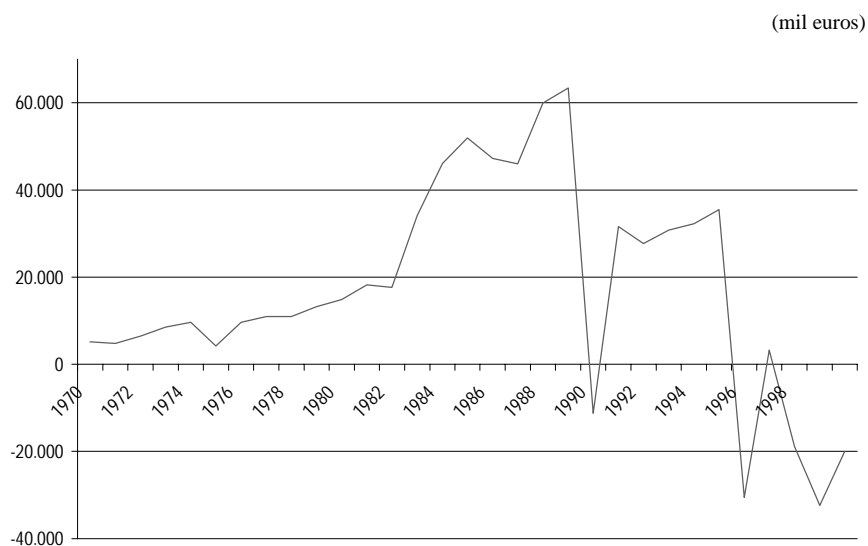
Gráfico IV.19 – Importação e Exportação de Conservas de Frutos e Hortícolas¹⁴ em Portugal



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

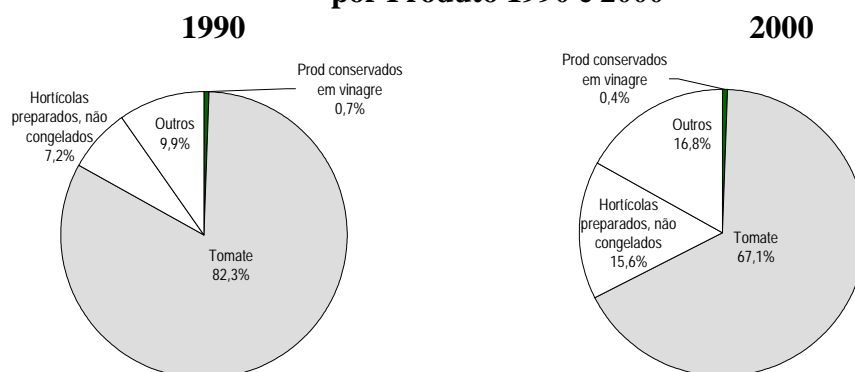
O saldo da Balança Comercial, tradicionalmente positivo, apresenta défice nos últimos anos devido ao forte crescimento das importações.

Gráfico IV.20 – Evolução do Saldo da Balança Comercial do Sector das Conservas de Frutos e Hortícolas



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

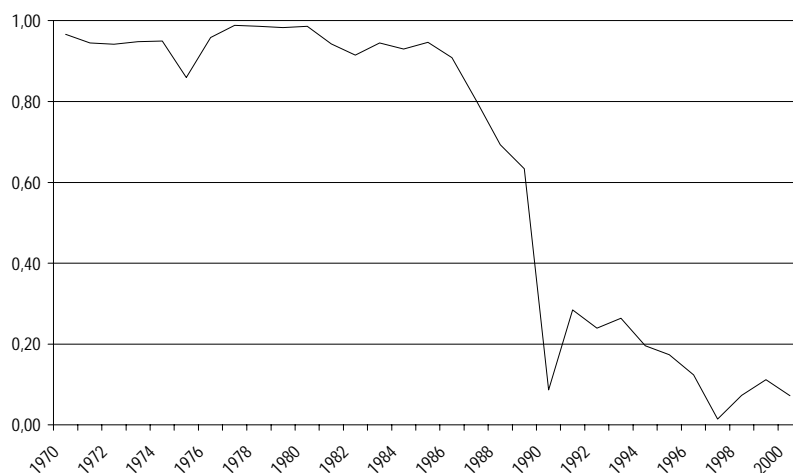
¹⁴ Corresponde à posição 20 da NC “preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas”.

Gráfico IV.21 - Estrutura das Exportações de Conservas de Frutos e Hortícolas, por Produto 1990 e 2000

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

As exportações nacionais são, na sua maioria, constituídas por derivado de tomate.

O índice de *Balassa*, no gráfico IV.22, apresenta valores próximos da unidade durante a década de 70 e até meados de 80, evidenciando a existência de troca unívoca – exportações –, para apresentar, no período posterior, valores próximos de zero, ou seja, existência de comércio **intra-setorial** (troca nos dois sentidos). Esta alteração, deve-se ao facto de Portugal ter sido, desde à muito, um forte exportador de tomate em conserva para, nos anos mais recentes conjugar essa situação com um aumento substancial da importação de doces, geleias e marmeladas de frutos, hortícolas congelados e sumos de frutos e hortícolas, como resultado da alteração dos hábitos alimentares.

Gráfico IV.22 - Índice de *Balassa* do Sector das Conservas de Frutos e Hortícolas

Fonte: A partir das Estatísticas de Comércio Internacional, INE.

As exportações em 1990 já se destinavam, na sua maioria, ao mercado comunitário, o que se tornou ainda mais evidente.

As importações em 1990 provinham, na sua maioria, de países terceiros. Actualmente são essencialmente de origem comunitária, o que poderá dever-se à existência de direitos aduaneiros e restrições quantitativas às importações de alguns produtos transformados (vd. Caixa 3).

Quadro IV.15 – Destino das Exportações de Conservas de Frutos e Hortícolas em 1990 e 2000

	1990			2000		%
	Volume	Valor		Volume	Valor	
UE	58,3	57,5	UE	80,1	77,2	
Espanha	2,3	2,9	Espanha	18,2	19,8	
Holanda	8,7	7,9	Holanda	9,4	8,0	
França	6,1	5,3	França	7,2	7,1	
Alemanha	3,1	3,5	Alemanha	7,3	6,3	
Reino Unido	20,3	21,6	Reino Unido	26,4	26,5	
Outros	17,8	16,2	Outros	11,5	9,5	
Extra UE	41,7	42,5	Extra UE	19,9	22,8	
EUA	6,4	8,1	Eua	0,6	1,0	
Canada	6,8	5,7	Kuwait	1,5	1,4	
Japão	6,0	5,2	Japão	6,4	6,8	
Noruega	4,8	4,5	PALOP	4,2	4,9	
Outros	17,7	19,0	Outros	7,2	8,6	
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0	

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

3. OCM dos produtos transformados com base nas frutas e produtos hortícolas – Regime de Trocas

No que respeita às importações existem **direitos aduaneiros** e a possibilidade de restrições quantitativas e certificados de importação. No que respeita às exportações poderão ser atribuídas **restituições**.

Quadro IV.16 – Origem das Importações de Conservas Frutos e Hortícolas em 1990 e 2000

	1990		2000		%
	Volume	Valor	Volume	Valor	
UE	23,5	29,7	92,5	93,5	
Espanha	13,2	17,5	47,5	36,6	
Holanda	6,4	7,2	12,2	12,3	
Bélgica-Lux	1,4	1,1	9,2	10,5	
			Alemanha	7,5	7,6
			Bélgica	9,4	6,9
Outros	2,5	3,9	Outros	6,7	19,5
Extra UE	76,5	70,3	Extra UE	7,5	6,5
Brasil	0,7	1,1	Brasil	1,1	1,6
Africa do Sul	5,0	2,7	Tailândia	2,1	1,6
Outros	70,9	66,5	Outros	4,3	3,3
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

IV.4.2. Frutos

A **União Europeia** é o principal importador mundial de frutos não transformados, sobretudo de citrinos e maçãs. Embora representem uma percentagem relativamente fraca das necessidades anuais da União no sector, pois a UE é o terceiro produtor mundial de frutas, as importações desempenham um papel substancial no abastecimento do mercado fora da estação. Os principais produtores europeus são, em termos de volume, a Itália com 32,4% da produção comunitária, a Espanha com 25% e a França com 20,4%.

Os principais Estados Membros produtores de hortícolas foram, em 1999, a Itália com 28% da produção comunitária, seguida da Espanha, 21,1%, e da França, 14,7%. O tomate é o produto deste agregado com maior relevo, representando 29,1% da produção total.

4. OCM dos Frutos e Hortícolas Frescos – Regime de Trocas com os Países Terceiros

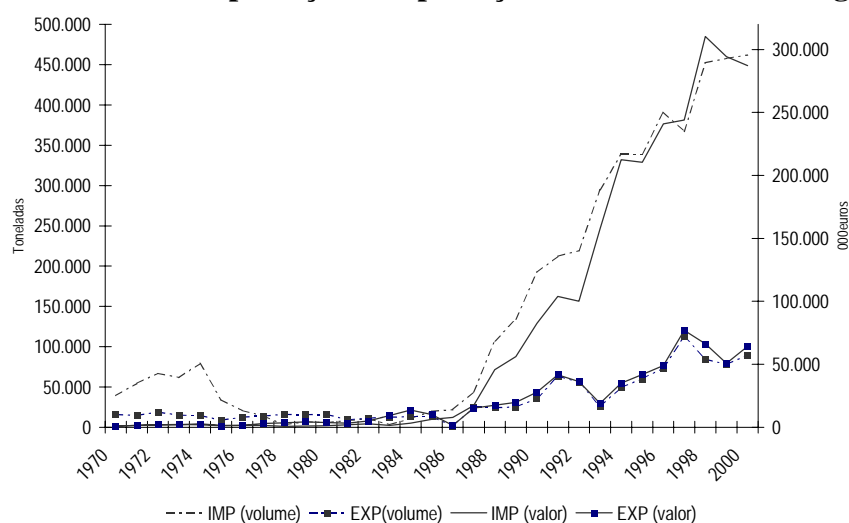
De um modo geral a protecção na fronteira é assegurada pela cobrança de um **direito aduaneiro** e, ainda, pelo nível de preço de referência estabelecido para o produto em causa. No que se refere às exportações, a comunidade concede uma **restituição** à exportação calculada na base da diferença entre os preços dos produtos no comércio internacional e os preços comunitários.

Quadro IV.17 - Importações, Exportações, Saldo Comercial e Produção de Frutos e Hortícolas na UE 1999

	Importações		Exportações		Saldo Comercial	Produção
	000t	%	000t	%	000t	000t
Frutos (s/ citrinos)	3.054	63,4	1.244	55,2	-1.810	5.422
Maças	743	15,4	378	16,8	-365	1.371
Pera	299	6,2	94	4,2	-205	442
Pêssegos	17	0,4	200	8,9	183	695
Citrinos	1 762	36,6	1 009	44,8	-753	2 845
Laranjas	842	17,5	393	17,4	-449	1 251
Limões	190	3,9	182	8,1	-8	401
Clementinas	127	2,6	277	12,3	150	703
Hortícolas	900	15,7	1101	32,8	201	-
Tomate	214	3,7	256	7,6	42	-
Total	4 816	100,0	2 253	100,0	-2 563	8 267

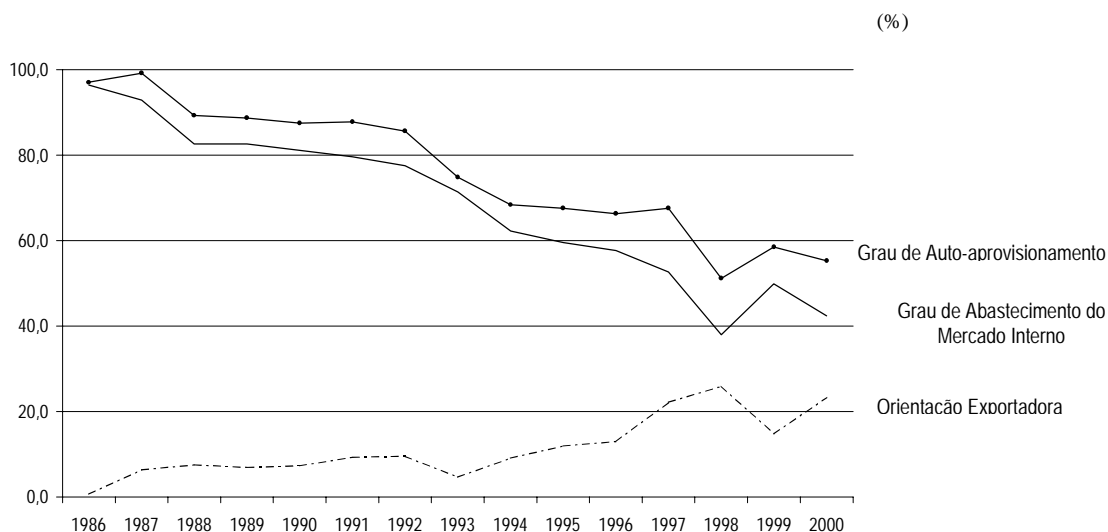
Fonte: Comissão Europeia.

A entrada em vigor do Mercado Único, em 1993, veio acelerar a liberalização do comércio com os parceiros comunitários o que levou, por lado, ao grande incremento das importações, em resposta a um mercado com carências de abastecimento, e, por outro, ao aparecimento de novas oportunidades de exportação. Portugal apresentou, assim, desde à adesão à Comunidade, níveis crescentes de importações de frutos. As exportações, embora menos significativas, também sofreram um incremento.

Gráfico IV.23 – Importação e Exportação de Frutos¹⁵ em Portugal

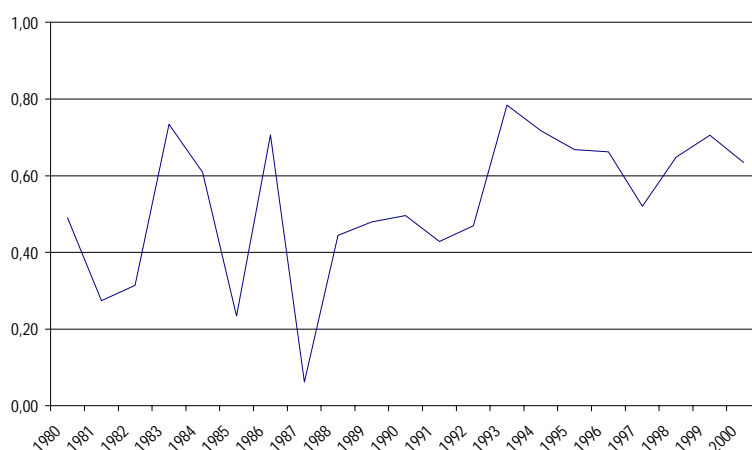
Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

¹⁵ Corresponde à posição 08 da NC, INE, contem frutos frescos, frutos secos e frutos de casca rija.

Gráfico IV.24 – Grau de Auto-Aprovisionamento, Abastecimento do Mercado Interno e Orientação Exportadora de Frutos em Portugal

Fonte: A partir das Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Depois de apresentar graus de auto-aprovisionamento próximos de 100%, o sector dos frutos tem vindo a diminuir este indicador. O grau de abastecimento do mercado interno, diminuiu ainda mais já que uma parte crescente da produção nacional se dirige para exportação. Assim, estamos perante um fluxo de importação e exportação simultânea de alguns produtos, ou seja, comércio intra-sectorial¹⁶, embora, em termos agregados, o índice de *Balassa* (vd. **Gráfico IV.25**) apresente valores que evidenciam um aumento do comércio do tipo inter-sectorial.

Gráfico IV.25 – Índice de *Balassa* do Sector dos Frutos em Portugal

Fonte: A partir das Estatísticas do Comércio Internacional, INE.

¹⁶ Por exemplo os frutos de casca rija e a pêra, têm exportação e importação simultânea, ou seja, **comércio intra-sectorial**.

Estes aspectos contraditórios explicam-se pelo aumento mais pronunciado das importações. As exportações foram conseguidas, em parte, à custa da diminuição do abastecimento do mercado interno.

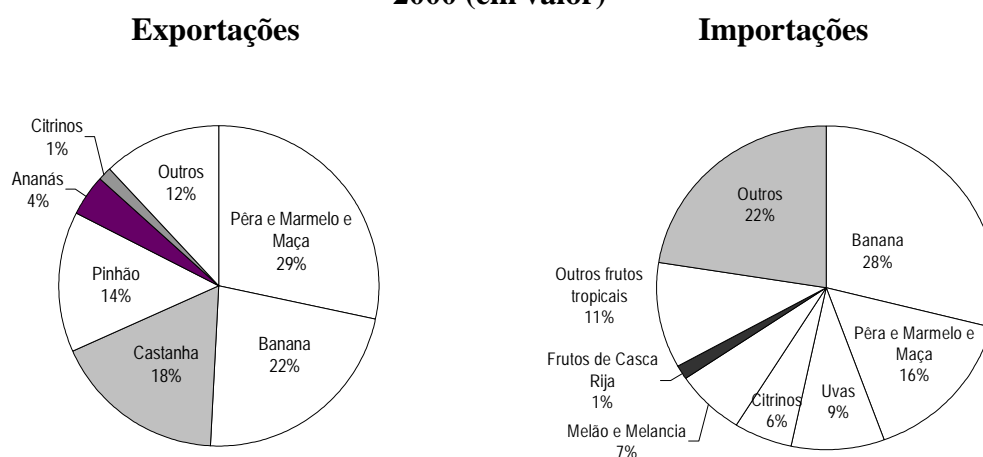
Quadro IV.18 – Grau de auto-aprovisionamento e Orientação Exportadora de alguns Frutos

	Grau de auto-aprovisionamento		Orientação exportadora	
	1990	2000	1990	2000
Maça	92,5	90,7	2,8	6,4
Citrinos	86,7	122,4	1,9	4,5
Pêra	108,0	80,5	5,3	22,0
Frutos de casca rija	126,8	93,8	44,2	37,8

Fonte: Balança Alimentar, INE.

No que se refere às importações, os frutos tropicais, nos quais se inclui a banana, são o produto mais representativo, visível nos países de origem de parte das importações. Na última década a Espanha tornou-se a principal origem das importações de frutos frescos.

Gráficos IV.26 – Estrutura do Comércio de Frutos Frescos por produtos em 2000 (em valor)



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

O produto mais representativo das exportações de frutos é a pêra (25,4%), seguido da banana e da castanha. A exportação de banana começou a ter algum significado a partir de 1994, quando a banana começou a entrar no mercado comunitário através dos portos portugueses, com destino, principalmente o mercado Italiano. Uma vez que a produção nacional de banana é insuficiente para satisfazer as necessidades do país, recorre-se em grande escala à importação. A maioria do comércio transacciona-se no espaço comunitário.

Quadro IV.19 – Origem das Importações de Frutos em 1990 e 2000

	1990		2000		%
	Volume	Valor	Volume	Valor	
UE	31,9	46,5	UE	65,0	64,2
Espanha	14,7	18,6	Espanha	48,6	46,0
França	10,8	15,9	França	10,4	9,7
Holanda	3,1	5,8	Holanda	2,4	3,2
Outros	3,2	6,1	Outros	3,7	5,2
Extra UE	68,1	53,5	Extra UE	35,0	35,8
Colômbia	15,3	4,7	Colômbia	8,1	6,2
Equador	15,2	6,5	Equador	5,4	4,2
Brasil	4,3	4,1	Brasil	1,2	3,6
África do Sul	5,7	7,7	Costa Rica	10,7	9,4
Argentina	5,9	6,9	Argentina	2,0	2,3
Outros	21,7	23,7	Outros	7,6	10,1
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Quadro IV.20 – Destino das Exportações de Frutos em 1990 e 2000

	1990		2000		%
	Volume	Valor	Volume	Valor	
UE	71,6	71,0	UE	86,1	80,6
Espanha	22,3	14,8	Espanha	32,3	18,9
França	24,7	17,5	França	7,5	10,0
Reino Unido	5,1	6,0	Reino Unido	11,9	14,5
Itália	13,5	22,1	Itália	24,7	28,7
Outros	6,1	10,7	Outros	9,5	8,5
Extra UE	28,4	29,0	Extra UE	13,9	19,4
PALOP	3,9	8,8	Brasil	3,3	3,9
Brasil	8,2	7,1	PALOP	7,9	11,2
Canadá	4,8	3,9			
Outros	11,4	9,2	Outros	2,7	4,3
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

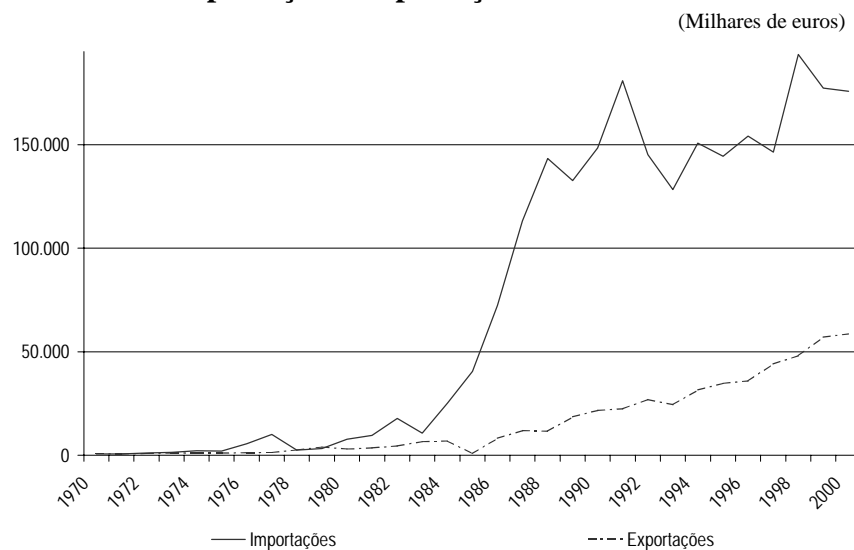
Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

IV.4.3 Hortícolas

O incremento de comércio sentido após a adesão à Comunidade nos frutos frescos também ocorreu nos hortícolas frescos.

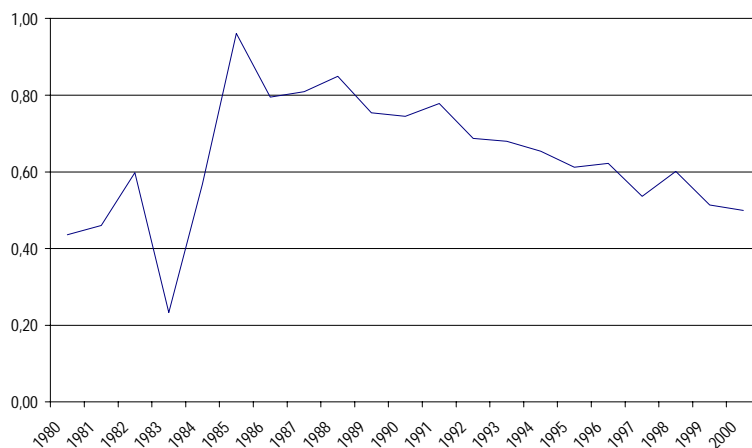
O sector dos hortícolas apresenta um aumento significativo do fluxo de comércio, mais significativo nas importações do que nas exportações.

Gráfico IV.27 – Importação e Exportação de Hortícolas¹⁷ em Portugal



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Gráfico IV.28 – Índice de *Balassa* do Sector dos Hortícolas em Portugal



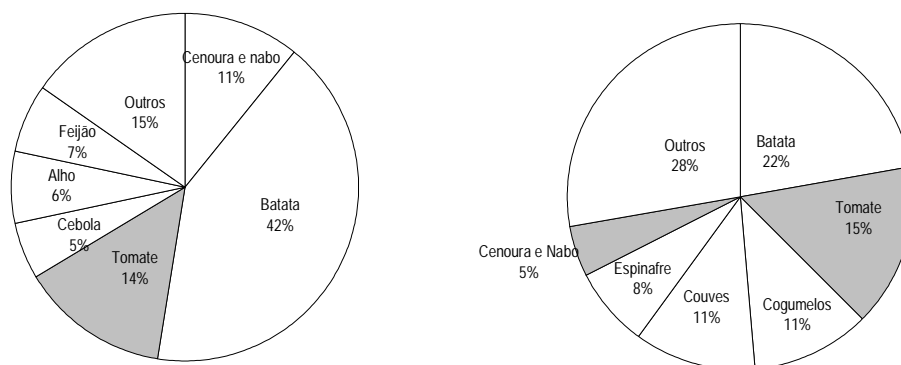
Fonte: A partir dos dados de Comércio Internacional, INE:

A produção de hortícolas dirige-se, fundamentalmente, para abastecimento do mercado interno, caracterizado por um comércio do tipo **inter-sectorial**, em que predominam as importações, embora na última década o comércio **intra-sectorial** tenha vindo a crescer.

¹⁷ Corresponde à posição 07 da NC, INE, contem hortícolas frescos, raízes e tubérculos comestíveis.

A batata é o produto mais representativo, quer das exportações, quer das importações, imediatamente seguido do tomate.

Gráfico IV.29 – Estrutura das Importação e Exportação de Hortícolas em 2000



Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional, INE.

Quadro IV.21 – Origem das Importações de Hortícolas Frescos em 1990 e 2000

	1990			2000	
	Volume	Valor		Volume	Valor
UE	33,6	46,8	UE	58,3	70,5
Espanha	7,4	11,8	Espanha	24,8	36,5
França	4,7	5,9	França	18,6	12,4
Holanda	15,4	19,4	Holanda	8,1	9,6
Bélgica	2,6	3,7	Bélgica	2,6	3,7
Outros	3,4	6,1	Outros	4,2	8,3
Extra UE	66,4	53,2	Extra UE	41,7	29,5
Tailândia	54,9	36,8	Tailândia	35,5	12,5
Canadá	0,4	0,8	Canadá	1,5	3,5
Argentina	0,6	2,4	Argentina	1,8	5,2
Outros	10,5	13,1	Outros	2,9	8,3
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Em 1990, as importações nacionais de hortícolas provinham, na sua maioria, de países não comunitários, em particular, da Tailândia. Actualmente, a maioria das importações tem origem no mercado comunitário, em particular, no mercado Espanhol. A grande maioria das exportações nacionais de hortícolas destinam-se ao mercado comunitário.

Quadro IV.22 – Destino das Exportações de Hortícolas em 1990 e 2000

	1990		2000		%
	Volume	Valor	Volume	Valor	
UE	73,5	79,1	UE	91,9	92,9
Espanha	10,0	7,8	Espanha	20,7	14,2
Holanda	11,9	4,0	França	22,8	18,3
França	8,0	8,3	Reino Unido	22,4	37,5
Bélgica-Lux	11,6	7,6	Bélgica	11,6	8,8
Reino Unido	20,8	19,0	Outros	14,3	14,1
Outros	11,2	32,3			
Extra UE	26,5	20,9	Extra UE	8,1	7,1
PALOP	17,0	10,5	Brasil	6,7	4,7
Outros	9,5	10,5	Outros	1,4	2,4
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

IV.5 Vinho

Quadro IV.23 - Importações, Exportações e Produção de Vinho na UE 1990/00

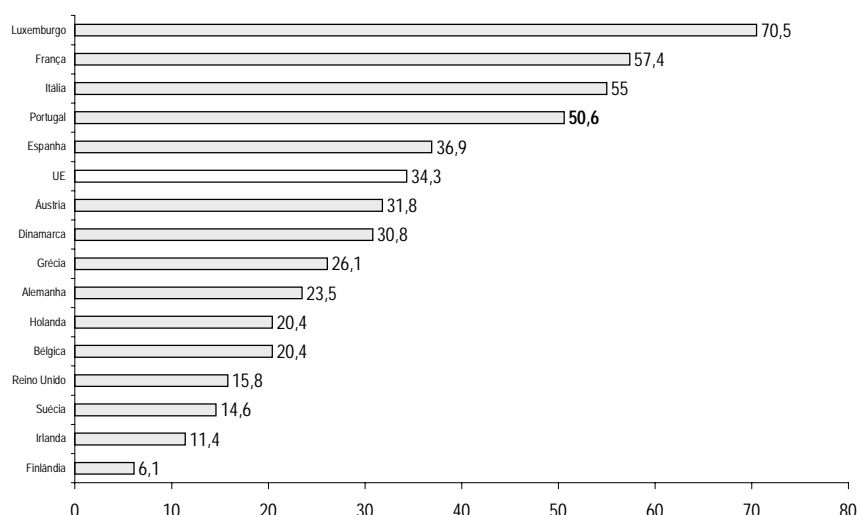
	Exportações		Importações		Produção	
	1000t	%	1000hl	%	1000hl	%
Total	46 883	100	40 639	100	178 891	100
Bélgica	231	0,5	2 318	5,7	2	0,0
Dinamarca	149	0,3	1 788	4,4	-	0,0
Alemanha	2 427	5,2	12 155	29,9	12 244	6,8
Grécia	700	1,5	60	0,1	3 680	2,1
Espanha	8 095	17,3	875	2,2	33 498	18,7
França	15 001	32,0	5 500	13,5	60 535	33,8
Irlanda	3	0,0	437	1,1	-	0,0
Itália	17 498	37,3	596	1,5	58 073	32,5
Luxemburgo	93	0,2	254	0,6	184	0,1
Holanda	141	0,3	3 446	8,5	-	0,0
Áustria	365	0,8	517	1,3	2 803	1,6
Portugal	1 919	4,1	1 849	4,5	7 859	4,4
Finlândia	18	0,0	335	0,8	-	0,0
Suécia	10	0,0	1 234	3,0	-	0,0
Reino Unido	233	0,5	9 275	22,8	13	0,0

Fonte: Eurostat

O sector vitivinícola **europeu** é o mais importante do mundo, com uma produção de cerca de 62% da produção mundial. Os outros principais produtores são, por ordem decrescente, a Argentina, os Estados Unidos, o conjunto dos países da Europa

Oriental e a África do Sul. A União Europeia é o principal exportador mundial, apresentando como principais destinatários os EUA, a Suíça e o Japão. Os principais Estados-Membros exportadores são a França e a Itália. As importações de países terceiros provêm, principalmente, da Austrália, Bulgária, Chile e África do Sul. Os principais Estados-membros importadores são a Alemanha e o Reino Unido.

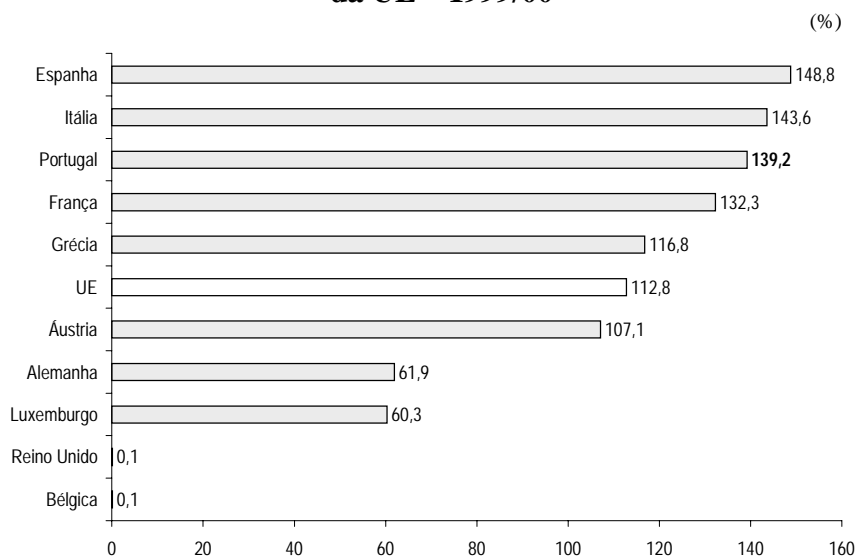
Gráfico IV.30 - Consumo de Vinho nos Países da UE em 1999/00
(Kg/habitante/ano)



Fonte: Eurostat

Portugal apresenta o terceiro maior grau de auto-provisionamento da UE e um nível de consumo acima da média comunitária.

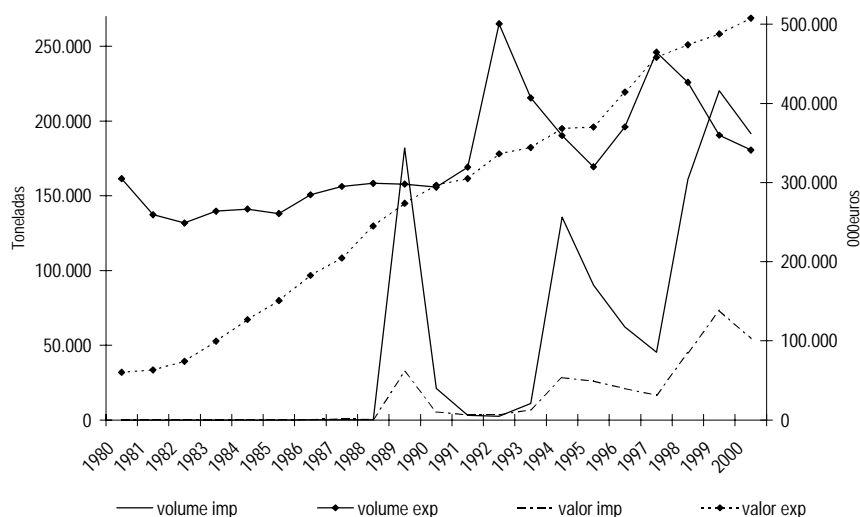
Gráfico IV.31 - Grau de Auto-aprovisionamento nos Países Produtores de Vinho da UE – 1999/00



Fonte: Eurostat

No contexto da agricultura portuguesa, o vinho é a principal actividade, representando mais de 20% do VALpm gerado pelas explorações agrícolas¹⁸. É o produto mais representativo das exportações nacionais representando, em 1980, mais de metade do valor das exportações agro-alimentares e 34,2% em 2000.

Gráfico IV.32 – Importações e Exportações de Vinho¹⁹ em Portugal



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Sob a designação de vinho encontra-se uma gama variada de bens, quer quanto às suas características organolépticas, quer quanto ao seu valor económico. A análise do seu volume pode não ser conclusiva, já que, por exemplo, uma descida do seu volume de exportação pode não reflectir uma descida em valor por ser acompanhada pela uma exportação de vinhos de qualidade superior. No **gráfico IV.32**, observa-se o crescimento das exportações em volume que, com excepção dos anos de 1992 e 1996, se mantêm relativamente estáveis. Em valor, contudo, subiram significativamente, o que estará associado a um aumento de qualidade.

Quadro IV.24 - Índice de Balassa do Vinho e Vinho (s/Porto)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Vinho Total	0,77	0,95	0,96	0,94	0,84	0,75	0,80	0,85	0,79	0,64	0,60
Vinho s/ Porto	0,82	0,89	0,91	0,81	0,42	0,45	0,55	0,68	0,31	0,05	0,22

Fonte: A partir dos dados do comércio internacional, INE.

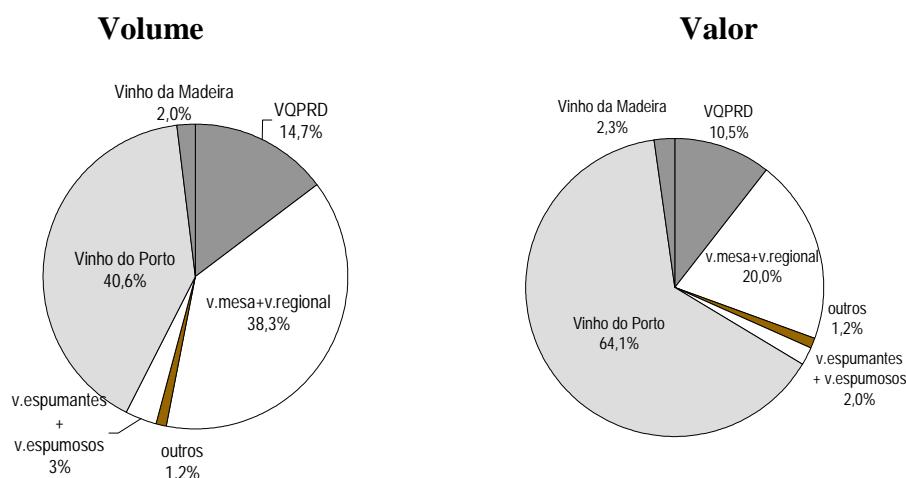
¹⁸ MBM97, GPPAA.

¹⁹Corresponde à posição 2204 da NC, “vinhos de uvas frescas”.

Pela análise do índice de Balassa (vd. Quadro IV.24) parece existir uma tendência ao longo da década para o aumento do comércio intra-sectorial, que é mais evidente retirando o vinho do Porto.

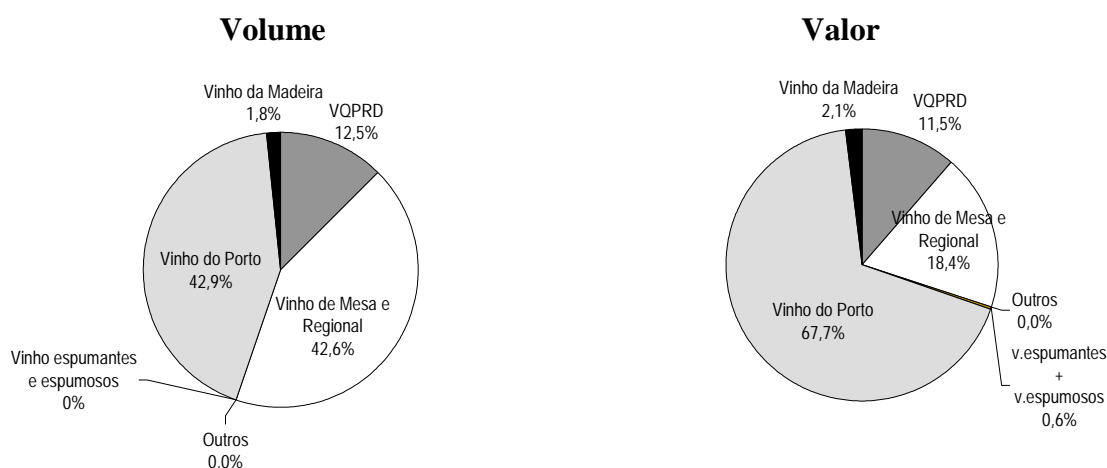
O **vinho do Porto** é o segmento mais dinâmico em termos de exportações, representando actualmente cerca de 67% do valor total de vinho. Em termos de quantidades o vinho de mesa e regional é o vinho mais exportado.

Gráfico IV.33 – Estrutura das Exportações de Vinho 1990



Fonte: IVV.

Gráfico IV.34 – Estrutura das Exportações de Vinho 2000



Fonte: IVV.

As exportações em 1990 tinham como principal destinatário os PALOP, essencialmente vinho de baixa qualidade. O mercado comunitário, actualmente, é o

principal parceiro comercial de Portugal, sendo a Espanha e a França os principais Estados-Membros.

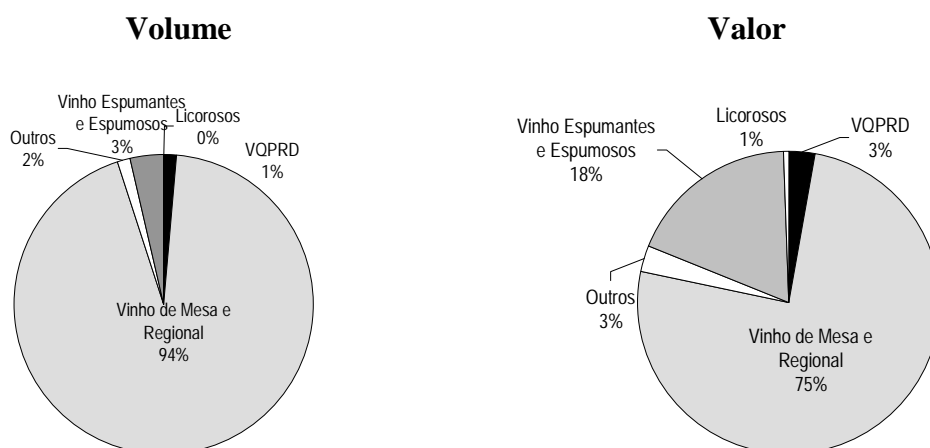
Quadro IV.25 – Destino das Exportações de Vinho (excepto Porto e Madeira) em 1990 e 2000

	1990		2000		%
	Volume	Valor	Volume	Valor	
UE	37,5	45,0	62,1	57,4	
Dinamarca	5,4	5,6	Espanha	21,7	9,4
França	4,5	4,5	França	8,2	6,5
Alemanha	8,1	9,2	Alemanha	8,2	7,8
BEL+LUX	3,1	3,9	Reino Unido	7,9	11,1
Outros	16,4	21,7	Outros	16,0	22,5
Extra UE	62,5	55,0	Extra UE	37,9	42,6
EUA	8,0	8,2	EUA	4,9	9,2
PALOPs	33,3	2,4	PALOPs	18,2	9,6
EFTA	9,5	7,2	EFTA	3,9	5,4
Brasil	2,3	3,0	Brasil	4,2	7,6
Outros	9,4	34,1	Outros	6,6	10,8
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: IVV.

As importações de vinho tornaram-se significativas após a adesão à CEE e são constituídas essencialmente por vinho de mesa e regional.

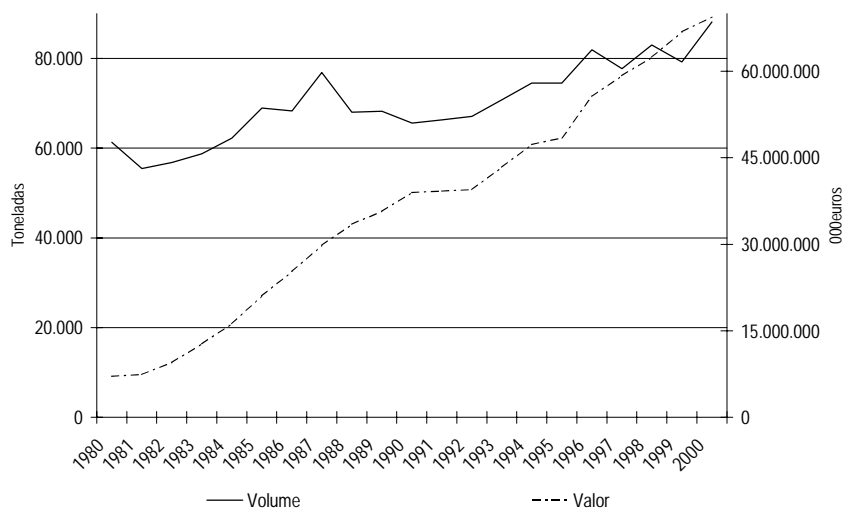
Gráfico IV.35 – Estrutura das Importações de Vinho 2000



Fonte: IVV.

As exportações de vinho do Porto apresentam valores significativos e crescentes desde 1980, representando actualmente 23,4% do valor de exportações agro-alimentares. A União Europeia é o principal destinatário.

Gráfico IV.36 – Exportações de Vinho do Porto



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

5. OCM do Vinho – Regime de Trocas com os Países Terceiros

As importações são sujeitas à apresentação de um certificado, são livres e sujeitas a um **direito aduaneiro**. Para facilitar as exportações de vinhos comunitários e tendo como referência o preço dos produtos no comércio internacional, a Comunidade concede uma **restituição** às exportações, igual à diferença entre os preços comunitários e aqueles preços.

Quadro IV.26 – Destino das Exportações de Vinho do Porto em 1990 e 2000

	1990		2000	
	Volume	Valor	Volume	Valor
UE	90,6	82,2	88,8	79,0
BEL+LUX	14,8	13,0	13,7	12,0
França	35,5	29,3	34,8	27,8
Holanda	17,5	13,3	18,6	14,0
Reino Unido	12,4	16,0	10,9	14,5
Outros	10,4	10,5	11,0	10,6
Extra UE	9,4	17,8	11,2	21,0
EUA	3,9	9,8	4,0	8,8
Canadá	1,9	3,5	3,6	7,1
Brasil	1,0	1,0	1,0	1,1
Outros	2,6	3,6	2,7	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IVV

IV.6 Gorduras e Óleos Animais e Vegetais

A UE apresentou, em 1999, um saldo deficitário da balança comercial do sector dos óleos e gorduras vegetais. As exportações e as importações representaram, respectivamente, 6,8% e 15,4% do total do valor do comércio das IAA. As importações de países terceiros representam 8,2% do total de importações e provêm, na sua maioria, da Argentina (28,3%) e do Brasil (19,5%). As exportações para países terceiros representam 34% do total e destinam-se essencialmente para a Federação Russa (12,6%) seguida dos EUA (12,3%) e da Polónia (8,4%)²⁰.

Quadro IV.27 - Importações, Exportações, Saldo Comercial e Produção na UE de Óleos e Gorduras Animais e Vegetais

	Importações (1999)		Exportações (1999)		Saldo Comercial	Produção (1997)	
	(milhões de euros)	%	(milhões de euros)	%		(milhões de euros)	%
UE	10 106	100,0	7 693	100,0	-2 413	24 415	100,0
Extra UE	4 873	48,2	2 612	34,0	-2 261	-	-
Bélgica	866	8,6	1 026	13,3	160	1 887	7,7
Dinamarca	463	4,6	244	3,2	-219	267	1,1
Alemanha	1 287	12,7	1 392	18,1	105	4 856	19,9
Grécia	86	0,9	445	5,8	359	378	1,5
Espanha	828	8,2	843	11,0	15	6 006	24,6
França	1 612	16,0	412	5,4	-1 200	2 350	9,6
Irlanda	241	2,4	41	0,5	-200		0,0
Itália	1 657	16,4	822	10,7	-835	2 126	8,7
Luxemburgo	16	0,2	2	0,0	-14	0	0,0
Holanda	1 142	11,3	1 864	24,2	722	2 714	11,1
Áustria	187	1,9	58	0,8	-129	330	1,4
Portugal	257	2,5	101	1,3	-156	856	3,5
Finlândia	81	0,8	51	0,7	-30	286	1,2
Suécia	207	2,0	108	1,4	-99	593	2,4
Reino Unido	1 176	11,6	284	3,7	-892	1 766	7,2

Fonte: Eurostat

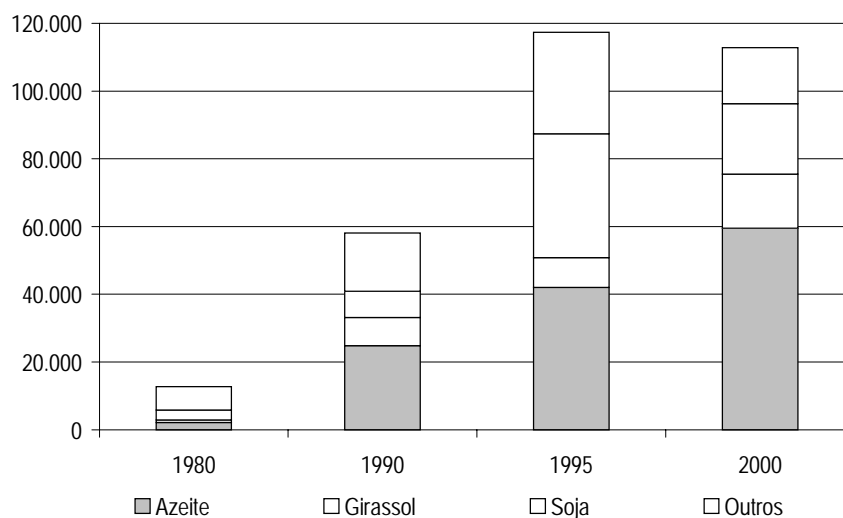
A **indústria comunitária** dos óleos e gorduras vegetais e animais contribuíram, em 1996, com 3,9% e 2% para a produção e o valor acrescentado, respectivamente, das IAA²¹. A Espanha é o principal produtor comunitário, 24,6% da produção seguido da Alemanha, 19,9%.

²⁰ *Panorama des Entreprises Européennes, Eurostat.*

²¹ *Panorama des Entreprises Européennes, Eurostat.*

Em **Portugal**, o comércio externo de óleos e gorduras vegetais e animais teve um grande incremento, quer de importações quer de exportações, após a adesão à Comunidade, principalmente nos óleos vegetais, representando, actualmente, cerca de 10% e 34% do valor total de importações e exportações agro-alimentares respectivamente.

Gráfico IV.37 – Exportação de Óleos e Gorduras²² em Portugal
(mil euros)



Fonte: Estatísticas Agrícolas, INE

As exportações de óleos aumentaram relativamente ao início da década de 90 e são constituídas, na sua maioria por azeite, embora os óleos de soja e de girassol tenham vindo a ganhar peso na década de 90.

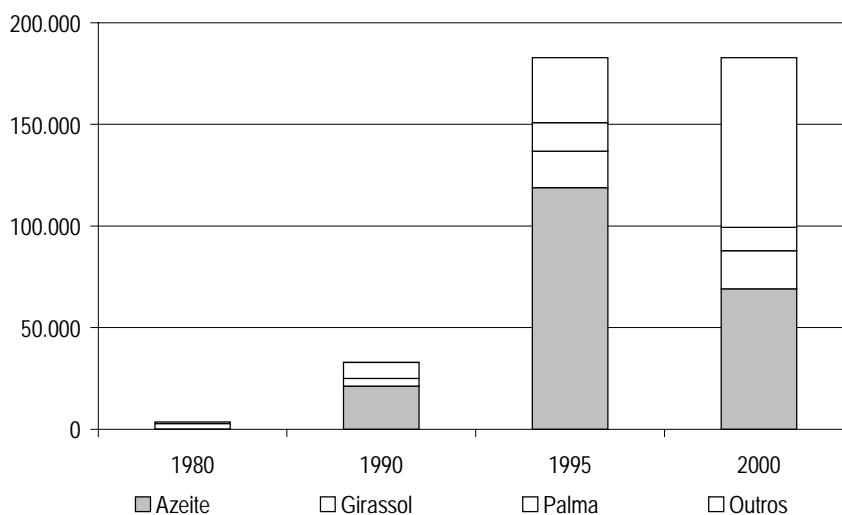
As importações de óleos e gorduras vegetais e animais tiveram um aumento substancial nos anos 90. O azeite, à semelhança das exportações, apresenta um peso substancial. O aumento verificado na rubrica “outros” deve-se essencialmente à importação de margarinas.

Esta indústria apresenta, em 1980, o valor de 0,57 do índice de Balassa, e o valor de 0,24, em 2000, indiciando uma tendência para o aumento do comércio **intra-sectorial**.

²² Corresponde à posição 15 da NC, Comércio Internacional, INE “Gorduras e óleos animais ou vegetais”.

Gráfico IV.38 – Importação de Óleos e Gorduras em Portugal

(euros)



Fonte: Estatísticas Agrícolas, INE

Em 1990, as importações em volume tinham origem, na sua maioria, em países de fora da UE, a preços muito inferiores relativamente às importações de origem comunitária, o que poderá estar ligado a questões de qualidade. Actualmente, a Comunidade é a principal origem das importações nacionais. As exportações nacionais de óleos e gorduras destinam-se, na sua maioria a países terceiros: PALOP, Brasil e Marrocos.

Quadro IV.28 – Origem das Importações de Óleos e Gorduras Vegetais e Animais em 1990 e 2000

	1990		2000		%
	Volume	Valor	Volume	Valor	
UE	28,4	64,5	86,0	92,3	
Espanha	17,5	50,3	75,0	81,4	
França	3,4	3,2	3,4	2,6	
Alemanha	1,8	3,3	1,9	1,8	
Holanda	1,4	2,1	2,3	2,4	
Outros	4,3	5,6	3,4	4,1	
Extra UE	71,6	35,5	14,0	7,7	
Malásia	33,9	14,4	8,4	3,8	
Indonésia	15,7	6,4	1,5	0,8	
Argentina	12,1	8,5			
Outros	9,9	6,2	4,1	3,0	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

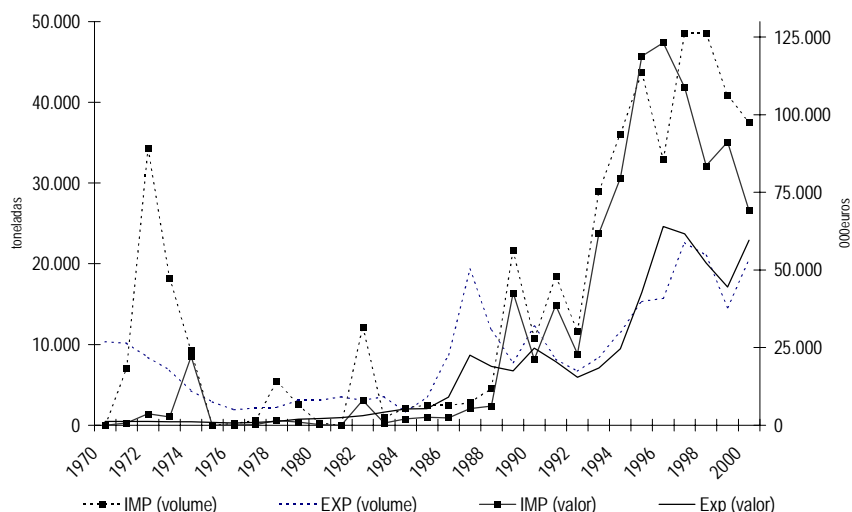
Quadro IV.29 – Destino das Exportações de Óleos e Gorduras Vegetais e Animais em 1990 e 2000

	1990		2000		%
	Volume	Valor	Volume	Valor	
UE	33,7	24,1	+	25,4	
Espanha	25,4	15,3	32,6	19,6	
Itália	7,4	7,6	4,6	3,0	
Outros	0,9	1,2	3,2	2,7	
Extra UE	66,3	75,9	59,7	74,6	
PALOP	6,9	7,6	20,6	16,6	
Líbia	17,7	14,9	12,4	37,9	
Brasil	7,8	17,7	19,4	7,2	
URSS	8,7	4,7	2,6	0,9	
Outros	25,2	31,0	4,6	11,9	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

IV.6.1 Azeite

Cerca de 78% da produção mundial de Azeite é produzida pela **União Europeia**, os outros principais produtores são a Tunísia, a Turquia, a Síria e Marrocos. A Grécia e a Espanha são geralmente os principais fornecedores comunitários, e a Itália, apesar de produtor e exportador, continua a ser o principal comprador.

Gráfico IV.39 – Importação e Exportação de Azeite²³ em Portugal

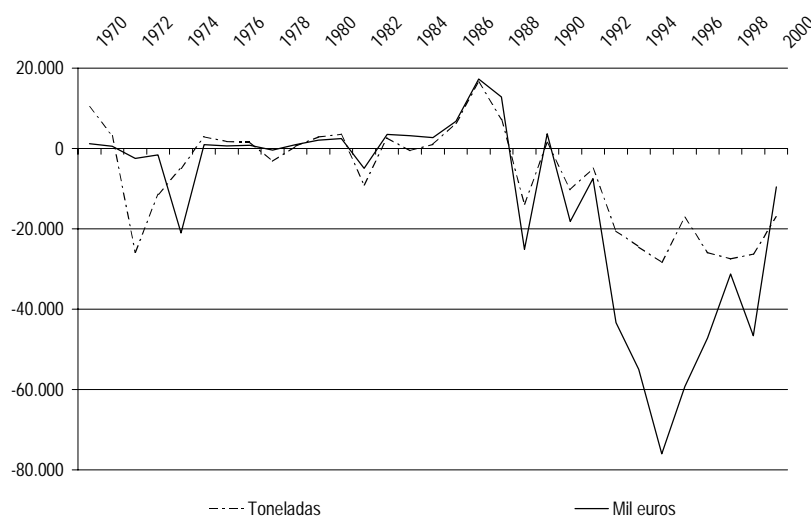
Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

²³ Corresponde à posição 1509 da NC "Azeite".

Em **Portugal**, embora o comércio externo de azeite já apresentasse, antes da adesão à CEE volumes significativos, estes vieram a crescer após essa data.

O saldo da Balança Comercial com saldos, tradicionalmente baixos em valor absoluto, apresentou na última década défices significativos.

Gráfico IV.40 –Evolução do Saldo da Balança Comercial do Azeite



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Quadro IV.30 - Índice de Balassa e Faustino no Sector do Azeite em Portugal

	1986	1990	1991	1992	1993	1999	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Balassa	0,6	0,1	0,3	0,2	0,5	0,5	0,5	0,3	0,3	0,2	0,3	0,1
Faustino	0,4	0,9	0,7	0,8	0,5	0,5	0,5	0,7	0,7	0,8	0,7	0,9

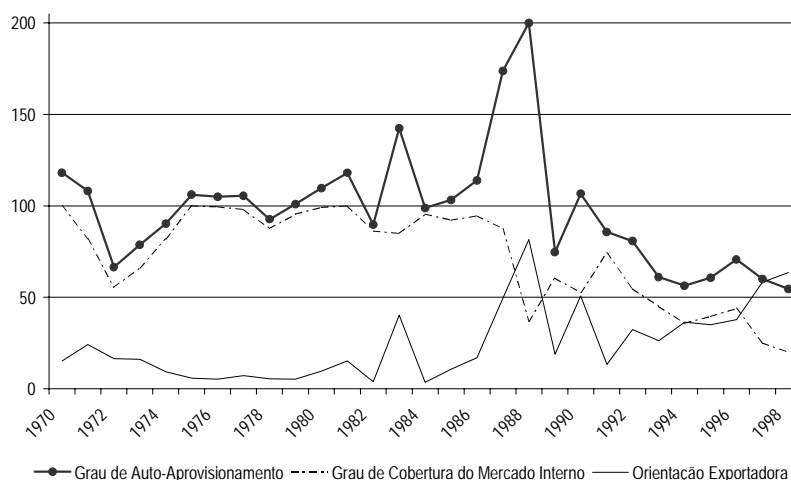
Fonte: A partir do dados de Comércio internacional, INE.

Ocorreu uma tendência para o aumento de comércio intra-sectorial no sector do azeite, segundo o índice de Balassa (vd. **Quadro IV.30**), o índice de Faustino, evidencia um aumento, ao longo da década de 90, da **especialização produtiva intra-sectorial**.

6. OCM Azeite : regime de trocas com países terceiros

No que respeita às importações de países terceiros, um **preço limiar** é aplicado nas fronteiras da Comunidade e fixado por forma a que o preço de venda importado se situe acima ou ao nível do preço comunitário. A comunidade, mantém **acordos comerciais** com alguns países da Bacia do Mediterrâneo (Tunísia, Marrocos,...) dos quais importa azeite com direitos aduaneiros inferiores. No que respeita às exportações pode funcionar o sistema de **restituições**.

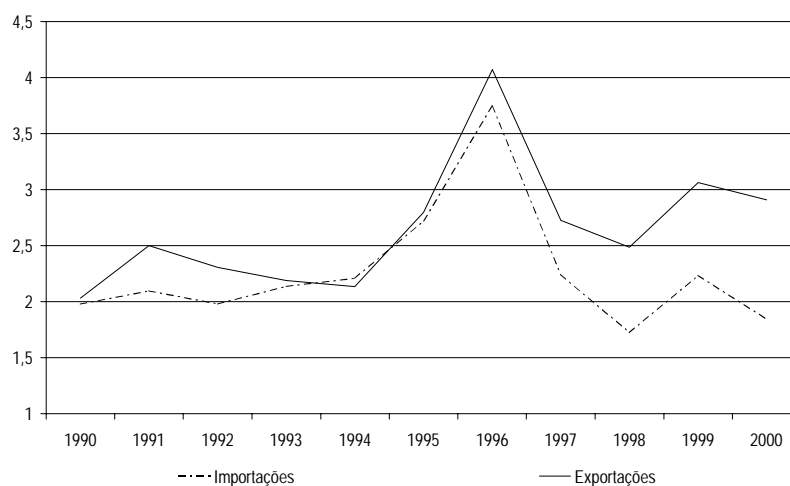
Gráfico IV.41 – Grau de Auto-Aprovisionamento, Grau de Abastecimento do Mercado Interno e Orientação Exportadora do Azeite



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional e Estatísticas agrícolas, INE.

Até ao início da década de 90, o azeite apresenta graus de auto-aprovisionamento superiores a 100% e a produção nacional destinava-se essencialmente ao abastecimento do mercado interno. Nos anos mais recentes, o grau de auto-aprovisionamento baixou para níveis inferiores a 100%, o que se deve a dois factores: o consumo de azeite quase duplicou (situação que nos tornou mais dependentes de importações) e a produção nacional já não se destina apenas ao abastecimento do consumo interno, mas também à exportação. Assim tem que existir recurso a importação para se poder exportar. As exportações apresentam um preço médio superior relativamente às importações, o que pode indiciar exportação de azeite de qualidade superior relativamente ao importado.

Gráfico IV. 42 - Estimativa para o preço médio das Importações e Exportações de Azeite (euro/Kg)



Fonte: A partir dos dados de Comércio Internacional, INE.

IV.7 Açúcar

O mercado do açúcar na Comunidade é caracterizado pela existência, simultânea, de excedentes de produção e de um regime de controle de produção, por meio de quotas de produção distribuídas pelos Estados-Membros.

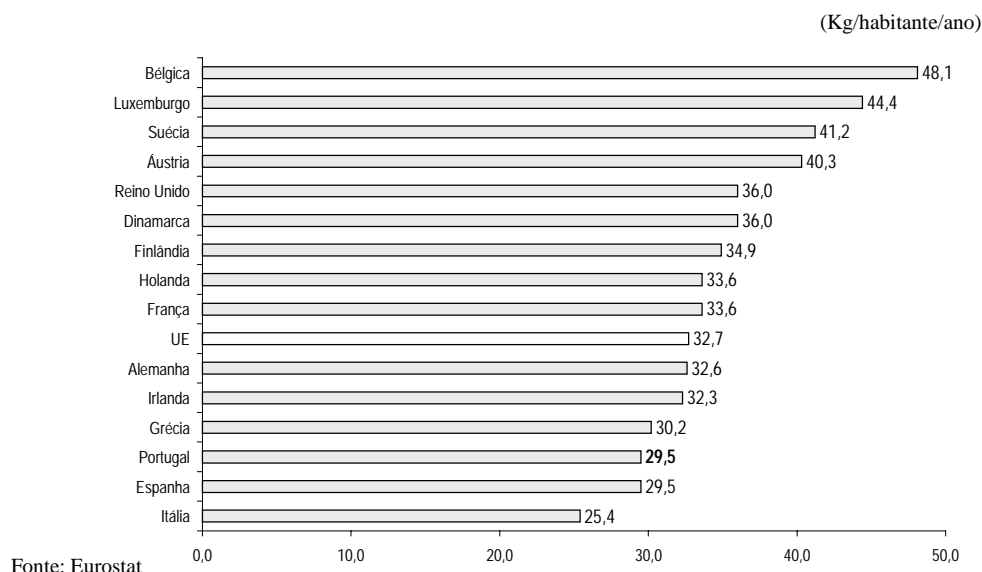
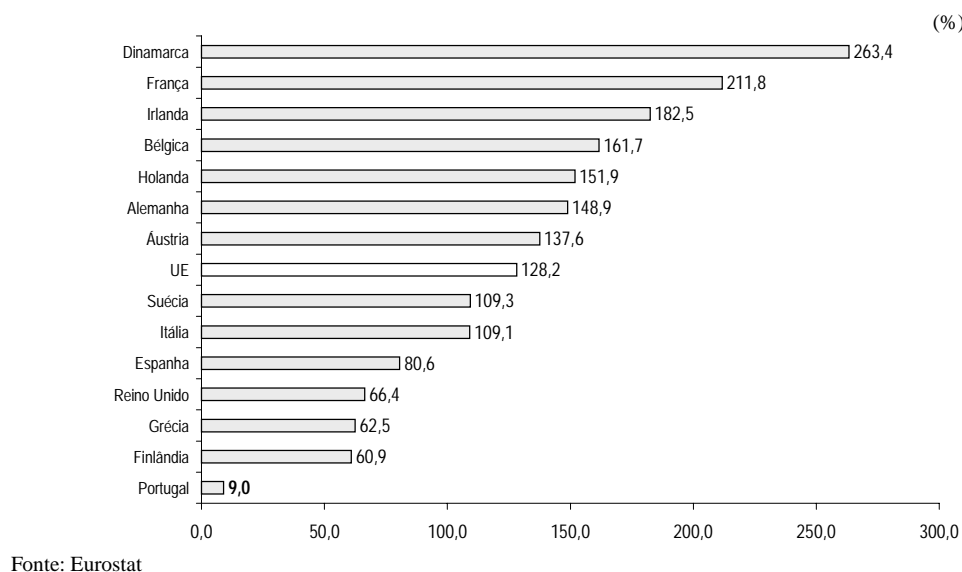
A UE é exportadora líquida de açúcar. Os principais Estados Membros exportadores são a Alemanha e a França. Os principais importadores são a Bélgica e o Reino Unido.

Quadro IV.31 - Produção, Importação e Exportação de Açúcar na UE 1990/00

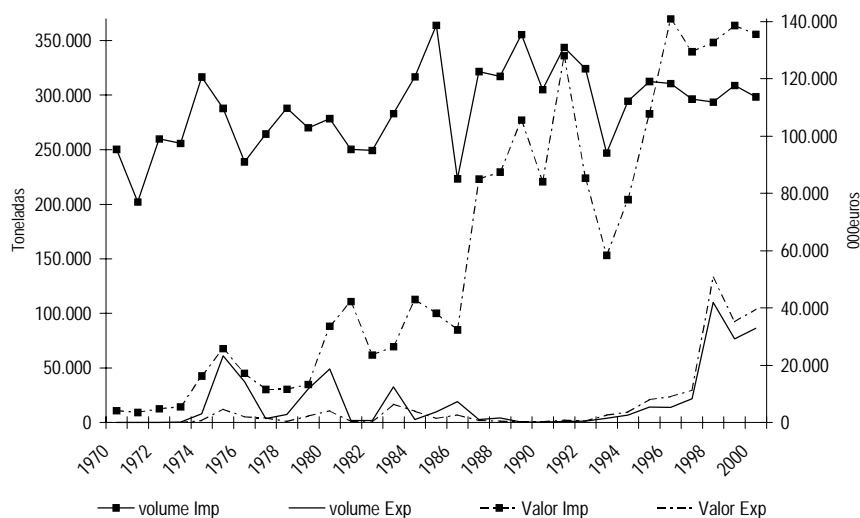
	Exportações		Importações		Produção	
	1000t	%	1000t	%	1000t	%
Total	10 522	100	2 714	40,2	16 196	100
Bélgica	1 455	13,8	6 757	100	794	4,9
Dinamarca	483	4,6	1 060	15,7	532	3,3
Alemanha	2 120	20,1	111	1,6	4 037	24,9
Grécia	58	0,6	829	12,3	200	1,2
Espanha	258	2,5	94	1,4	1 000	6,2
França	3 110	29,6	512	7,6	4 512	27,9
Irlanda	196	1,9	750	11,1	219	1,4
Itália	734	7,0	87	1,3	1 596	9,9
Luxemburgo	3	0,0	501	7,4	-	0,0
Holanda	569	5,4	22	0,3	825	5,1
Áustria	281	2,7	297	4,4	490	3,0
Portugal	105	1,0	149	2,2	27	0,2
Finlândia	41	0,4	409	6,1	126	0,8
Suécia	108	1,0	99	1,5	399	2,5
Reino Unido	1 001	9,5	94	1,4	1 439	8,9
UE	6 479	61,6	1 743	25,8	-	-

Fonte: Eurostat

Portugal é o Estado membro com menor grau de auto-aprovisionamento, e também com um consumo *per capita* dos menores.

Gráfico IV.43 - Consumo de Açúcar nos Estados-Membros da UE 1998/99**Gráfico IV.44 - Grau de auto-provisionamento de Açúcar nos Estados-Membros da UE 1998/99**

Até à década de 90, a produção de açúcar em **Portugal** era baixa recorrendo a volumes significativos de importação. Em 1995, com a reforma da OCM do açúcar foi atribuído a Portugal um quantitativo de 292 mil toneladas de ramas para abastecimento das refinarias portuguesas, independentemente do aumento da 10 mil toneladas de quota de produção de açúcar de beterraba. Com a instalação da DAI – Sociedade de Desenvolvimento Agro-Indústrial, S.A., a cultura de beterraba para fins industriais teve início na campanha 1996/97, que possibilitou a existência de exportações.

Gráfico IV.45 – Importação e Exportação de Açúcar²⁴ em Portugal

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Portugal é, historicamente, importador líquido de açúcar, que representa actualmente cerca de 4,5% do valor de importações agro-alimentares. As exportações de açúcar representam actualmente 3,1% do valor das exportações agro-alimentares.

Quadro IV.32 – Origem das Importações de Açúcar 1990 e 2000

	1990		2000	
	Volume	Valor	Volume	Valor
UE	4,6	6,4	8,1	16,5
Espanha	0,6	1,2	0,2	0,4
França	3,8	4,7	4,7	8,6
Outros	0,2	0,6	3,2	7,4
Extra UE	95,4	93,6	91,9	83,5
Guiana	21,0	21,5	17,1	14,1
Maurícias	10,8	11,6	10,5	12,3
Brasil	7,9	7,0	18,8	16,9
Cuba	10,2	8,9	16,8	14,0
Figi	10,1	9,8		
Outros	35,4	34,8	28,7	26,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

As importações, devido à natureza do produto, são, essencialmente, originárias de países terceiros, embora na última década se tenha observado um aumento de importações comunitárias.

²⁴ Corresponde à posição 1701 "Açúcar em bruto".

7. OCM do Açúcar – Regime de Trocas com Países Terceiros

No caso das importações existe um **preço limiar** para o açúcar branco. São concedidas **restituições** às exportações fixadas com base num método de adjudicação a propostas feitas pelos exportadores.

A Comunidade tem um regime especial com os países signatários da Conferência de Lomé, na qual se comprometeu a comprar açúcar em rama, proveniente de cana sacarina à qual não se aplicam *prélèvements*.

IV.8 Lacticínios

Os produtos lácteos representam 15% do sector comunitário dos produtos alimentares, bebidas e tabaco em termos de valor da produção e 11%, em termos de valor acrescentado²⁵. A França é o principal produtor com cerca de 22% da produção comunitária, seguida da Alemanha e da Itália.

Quadro IV.33 - Importações, Exportações, Saldo Comercial e Produção de Lacticínios na UE

	Importações (1999)		Exportações (1999)		Saldo Comercial	Produção (1997)	
	(milhões de euros)	%	(milhões de euros)		%	(milhões de euros)	%
UE	15 461	100,0	18 808	100,0	3 347	84 982	100,0
Bélgica	1 903	12,3	1 853	9,9	-50	2 680	2,5
Dinamarca	270	1,7	1 301	6,9	1031	3 110	4,3
Alemanha	2 716	17,6	3 993	21,2	1277	17 530	17,1
Grécia	434	2,8	103	0,5	-331	911	1,3
Espanha	836	5,4	435	2,3	-401	5 600	8,5
França	1 997	12,9	3 866	20,6	1 869	18 580	18,7
Irlanda	279	1,8	1 139	6,1	860	3 356	4,1
Itália	2 487	16,1	962	5,1	-1 525	10 666	14,6
Luxemburgo	75	0,5	86	0,5	11		0,0
Holanda	1 836	11,9	3 152	16,8	1 316	5 809	6,0
Áustria	350	2,3	410	2,2	60	1 665	2,1
Portugal	190	1,2	131	0,7	-59	1 442	1,5
Finlândia	112	0,7	199	1,1	87	1 758	2,1
Suécia	194	1,3	167	0,9	-27	2 310	3,0
Reino Unido	1 782	11,5	1 011	5,4	-771	9 565	14,2

Fonte: Eurostat

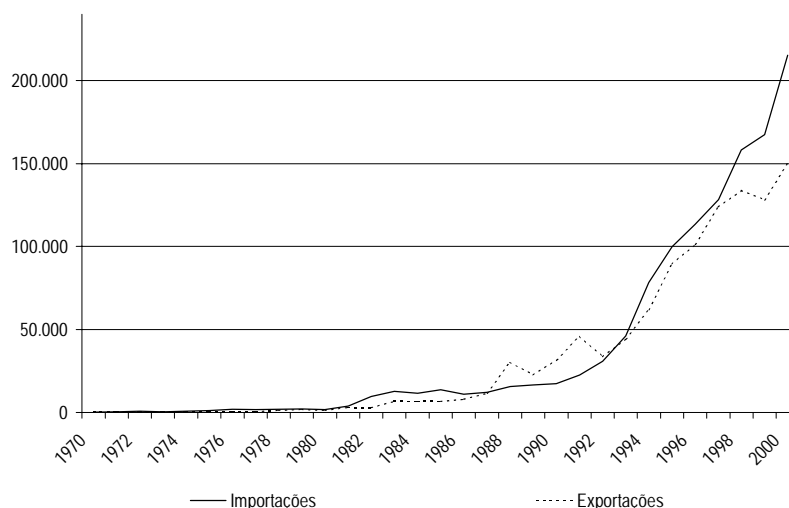
²⁵ *Panorama des Entreprises Européennes*, Eurostat.

A produção Comunitária de lacticínios é excedentária, sendo a UE o primeiro exportador mundial. As exportações intra-comunitárias representam 78,8% do total de trocas. Os principais destinos das exportações extra-comunidade são os EUA, Arábia Saudita e Argélia.

Após a criação do mercado único, o sector do leite e lacticínios em **Portugal**, tem-se caracterizado por uma forte dinâmica a nível do comércio externo. O aumento significativo dos fluxos comerciais, deveu-se quer ao aumento das importações, quer ao aumento das exportações, sendo os lacticínios um dos principais sectores agro-alimentares exportadores, representando actualmente 10% do valor das exportações agro-alimentares.

Gráfico IV.46 – Importação e Exportação de Lacticínios²⁶ em Portugal

(Mil euros)



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

O saldo da balança comercial foi positivo até 1992, mas a partir de então regista défices.

7. OCM do Leite e Produtos Lácteos – Regime de Trocas com Países Terceiros

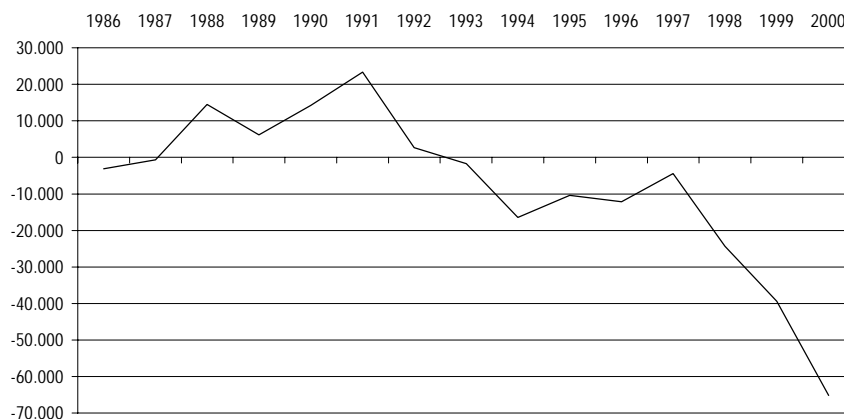
As mercadorias objecto de importação ou exportação são acompanhadas de um certificado. As exportações da Comunidade podem ser objecto de uma **restituição**. Às importações, por seu turno, é-lhes adicionado um **prélèvement** (diferença entre o preço das importações e o preço limiar).

A Comunidade concede alguns regimes preferenciais: prélèvements reduzidos para alguns produtos e países, restituições diferenciadas segundo os destinos e acordos comerciais.

²⁶ Corresponde à posição 0401 – 0406 da NC, “Leite e lacticínios”.

Gráfico IV.47 - Evolução do Saldo da Balança Comercial do Sector dos Lacticínios em Portugal

(Mil euros)



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Quadro IV.34 - Índice de Balassa do Sector dos Lacticínios

1980	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
0,21	0,29	0,34	0,04	0,02	0,12	0,05	0,06	0,02	0,08	0,13	0,18

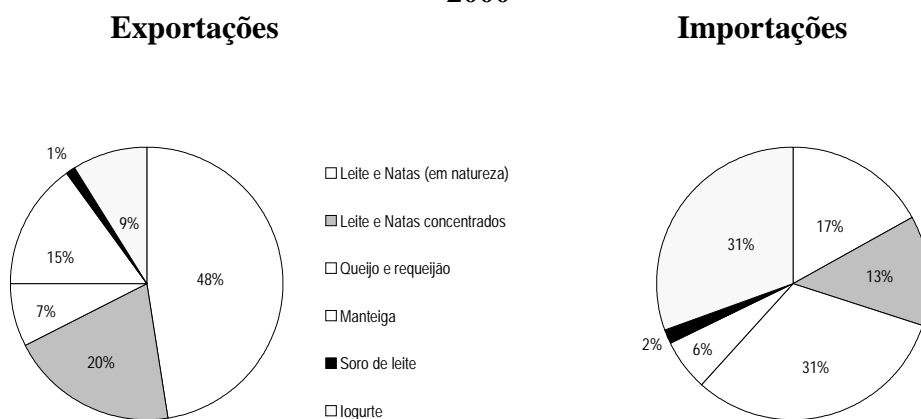
Fonte: A partir das Estatísticas do Comércio Internacional, INE.

Na década de 90, existem indícios de que o comércio **intra-sectorial** no sector dos lacticínios tenha vindo a ganhar peso, ou seja, existe importação e exportação simultânea de produtos que pertencem ao sector. Temos, neste sector, o queijo e os iogurtes, em que Portugal não é auto-suficiente, mas que apresenta níveis significativos de orientação exportadora. O leite em pó apresenta graus de auto-abastecimento acima dos 100%, mas quando comparado com o grau de abastecimento do mercado interno este níveis revelam o recurso ao mercado externo, com níveis significativos de exportação. Existe importação e exportação simultânea de leite em pó.

Quadro IV. 35 – Grau de Abastecimento do Mercado Interno, Grau de Auto-abastecimento e Orientação Exportadora de alguns Produtos Lácteos

	Grau de Abastecimento do Mercado Interno		Grau de Auto-abastecimento		Orientação exportadora	
	1990	1997	1990	1997	1990	1997
Leite	100,4	92,2	101,6	101,8	1,2	9,5
Iogurtes	98,5	81,1	98,5	91,0	0,0	10,9
Leite em pó	94,1	53,3	123,5	133,3	23,8	60,0
Queijo	95,1	84,0	98,4	88,8	3,3	5,6

Fonte: A partir de Balança Alimentar, INE.

Gráfico IV.48 - Estrutura das Importações e Exportações de produtos Lácteos 2000

Fonte: Estatísticas do Comércio Internacional, INE.

O queijo e iogurte são os produtos lácteos mais importados, produtos com grau de transformação, o leite e natas em natureza, são os produtos mais representativo das exportações nacionais.

A União Europeia continua, à semelhança de 1990, a ser a origem e o destino com maior peso. Em termos de fluxos de importação, os países de origem mais representativos são a Espanha e a França.

Quadro IV.36 – Origem das Importações de Lacticínios em 1990 e 2000

	1990		2000		%
	Volume	Valor	Volume	Valor	
UE	93,0	90,6	99,5	98,9	
Espanha	18,5	13,6	59,0	49,1	
França	20,3	18,5	23,2	22,0	
Holanda	22,2	21,9	11,2	13,4	
Alemanha	13,5	14,2	3,4	6,2	
Suécia	5,7	5,1	2,6	8,2	
Outros	12,8	17,3			
Extra UE	7,0	9,4	0,5	1,1	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

No caso dos fluxos de exportação, a Espanha constitui o principal mercado.

Quadro IV.37 – Destino das Exportações de Lacticínios em 1990 e 2000

	1990		2000		%
	Volume	Valor	Volume	Valor	
UE	93,9	84,0	UE	97,2	91,4
Espanha	73,2	45,2	Espanha	88,4	63,6
BEL+LUX	3,4	6,8	França Holanda	4,5	13,3
Holanda	15,1	28,5	Itália	1,3	4,3
Outros	2,1	3,4	Holanda	1,3	3,1
			Outros	1,8	7,0
Extra UE	6,1	16,0	Extra UE	2,8	8,6
EUA	2,5	6,2	EUA	0,2	1,7
Angola	2,0	5,2	Angola	0,5	1,7
Outros	1,6	4,6	Outros	2,1	5,2
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

IV.9 Carne

Quadro IV.38 - Importações, Exportações, Saldo Comercial e Produção na UE da Indústria da Carne

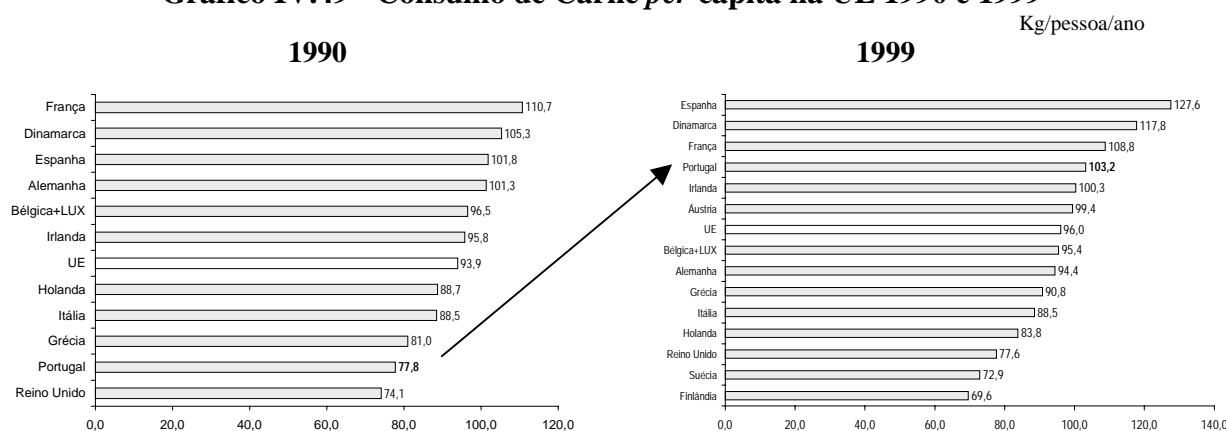
	Importações (1999)		Exportações (1999)		Saldo Comercial (milhões de euros)	Produção (1997)	
	(milhões de euros)	%	(milhões de euros)	%		(milhões de euros)	%
Total	21 294	-	22 922	-	-	107 601	
UE	4 563	21,4	4 927	21,4	365		100,0
Bélgica	1 109	5,2	2 219	9,7	1 110	5 086	4,7
Dinamarca	527	2,5	3 307	14,4	2 780	5 146	4,8
Alemanha	4 114	19,3	2 669	11,6	-1 445	18 831	17,5
Grécia	661	3,1	30	0,1	-631	358	0,3
Espanha	930	4,4	1 190	5,2	260	10 880	10,1
França	3 110	14,6	3 905	17,0	795	24 053	22,4
Irlanda	249	1,2	1 867	8,1	1 618	3 179	3,0
Itália	3 836	18,0	1 141	5,0	-2 695	9 793	9,1
Luxemburgo	108	0,5	28	0,1	-80	69	0,1
Holanda	1 495	7,0	4 541	19,8	3 046	7 164	6,7
Áustria	583	2,7	543	2,4	-40	1 791	1,7
Portugal	499	2,3	48	0,2	-451	1 472	1,4
Finlândia	116	0,5	75	0,3	-41	1 704	1,6
Suécia	398	1,9	161	0,7	-237	2 939	2,7
Reino Unido	3.559	16,7	1 198	5,2	-2 361	15 136	14,1

Fonte: Eurostat

A França é o principal produtor comunitário com 22,7%, seguido da Alemanha (17,4%) e do Reino Unido (14,0%). O sector da indústria da carne na UE, representou, em 1999, 2,6% do total da produção industrial, 19,9% da produção das IAA e cerca de 1,6% do VAB das IAA. A carne representou, em 1999, 12,8% das exportações e 14,4% das importações das IAA. Os principais exportadores são a Holanda, a França e a Dinamarca.

O consumo de carne *per capita* apresentou uma evolução positiva na última década: a média comunitária passou de 93,9 para 96 Kg/pessoa /ano.

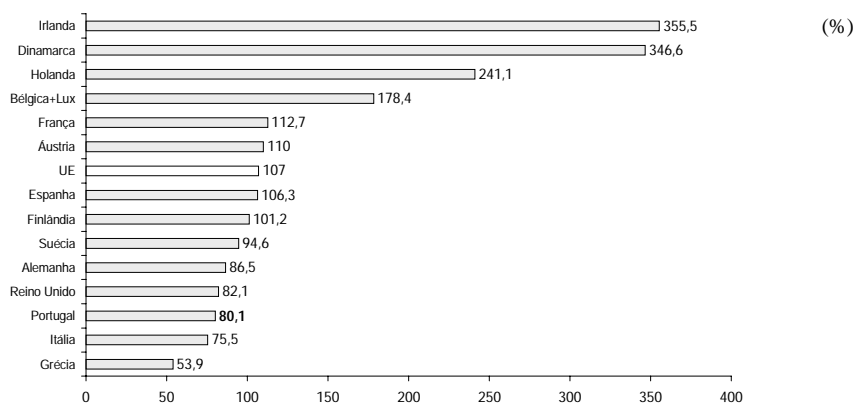
Gráfico IV.49 - Consumo de Carne *per capita* na UE 1990 e 1999



Fonte: Eurostat.

Portugal apresentou, na década de 90, um aumento significativo do consumo de carne, passou do país, depois do Reino Unido, com níveis mais baixos de consumo de carne (77,8), para o quarto país com consumo mais alto (103,2), superior à média comunitária (96). Actualmente, Portugal é um dos países com menor grau de auto-provisionamento da Comunidade.

Gráfico IV.50 - Grau de Auto-Aprovisionamento de Carne na UE 1999



Fonte: Eurostat

Os últimos 20 anos caracterizaram-se não só pelo aumento do fluxo de comércio externo de carne, mas também, por um aumento substancial dos níveis e padrões de consumo. A satisfação do consumo foi possível através do recurso a importações, a uma taxa de crescimento superior relativamente à média da União Europeia (vd. **Gráfico IV.51**).

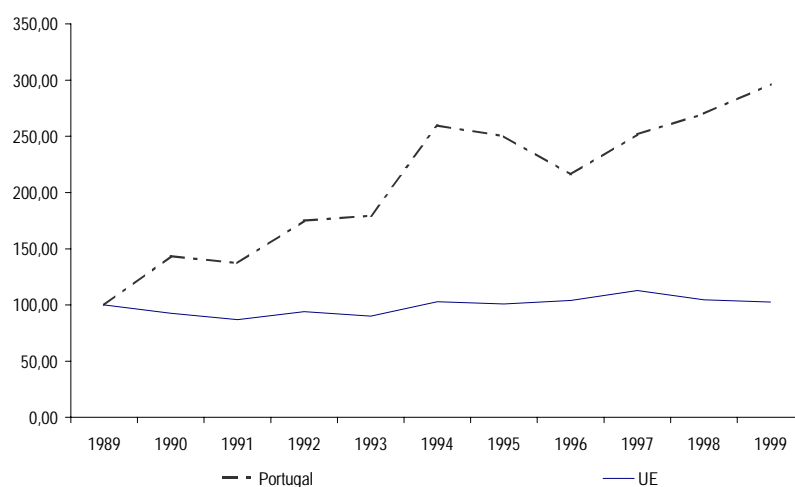
Quadro IV.39 - Consumo *Per Capita* na UE 1990, 1999 de Suínos, Bovinos, Ovinos e Caprinos e Aves

	Bovinos		Suínos		Ovinos e Caprinos		Aves	
	1990	1999	1990	1999	1990	1999	1990	1999
UE	22,1	19,9	39,7	43,1	4,4	3,7	18,6	21,3
Bélgica+Lux	19,8	19,3	45,0	44,6	1,9	1,7	16,5	21,0
Dinamarca	18,9	26,0	64,2	65,8	1,0	1,3	11,7	18,1
Alemanha	22,3	15,6	58,2	56,8	1,1	1,2	12,5	15,2
Grécia	22,8	19,2	21,1	32,3	14,2	13,8	16,6	18,5
Espanha	13,0	16,3	49,0	66,1	6,6	5,9	23,5	27,0
França	29,8	27,0	37,1	37,2	5,5	4,9	21,3	24,4
Irlanda	18,0	16,7	35,3	36,3	7,7	8,3	21,7	30,4
Itália	25,9	24,7	32,0	35,1	1,8	1,6	19,7	17,7
Holanda	19,6	18,8	45,7	41,6	1,1	1,4	18,7	20,3
Áustria	nd	19,3	nd	57,8	nd	1,1	Nd	17,2
Portugal	16,0	16,5	29,9	43,5	3,7	3,5	19,6	29,8
Finlândia	Nd	18,9	Nd	34,4	Nd	0,4	Nd	12,5
Suécia	Nd	20,8	nd	36,8	Nd	1,0	Nd	11,1
Reino Unido	18,9	17,2	24,1	23,0	7,6	6,7	19,5	28,4

Fonte: Eurostat

Gráfico IV.51 – Evolução da Importação de Carne em Portugal e UE

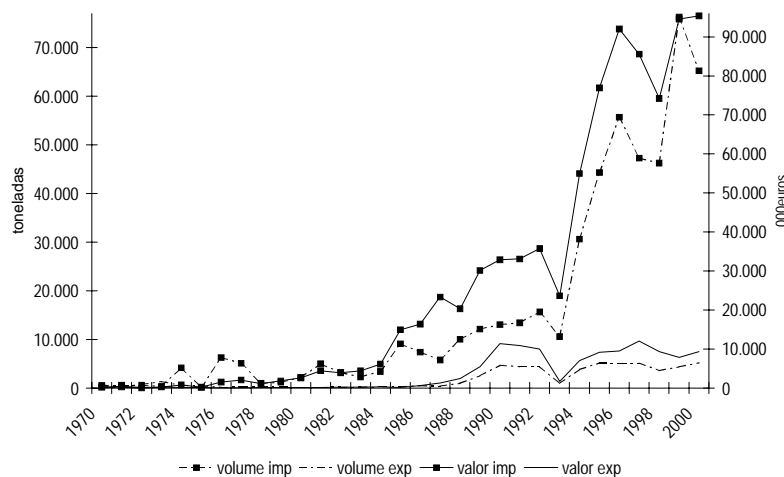
(1989=100)



Fonte: Eurostat

A carne para consumo é fornecida fundamentalmente pelas indústrias de abate, que originam a maioria dos fluxos de comércio, embora a adesão à Comunidade Europeia em 1986 com a consequente abertura ao mercado comunitário tenha originado um aumento do fluxo de comércio quer de carne, quer de e animais vivos, essencialmente de importações.

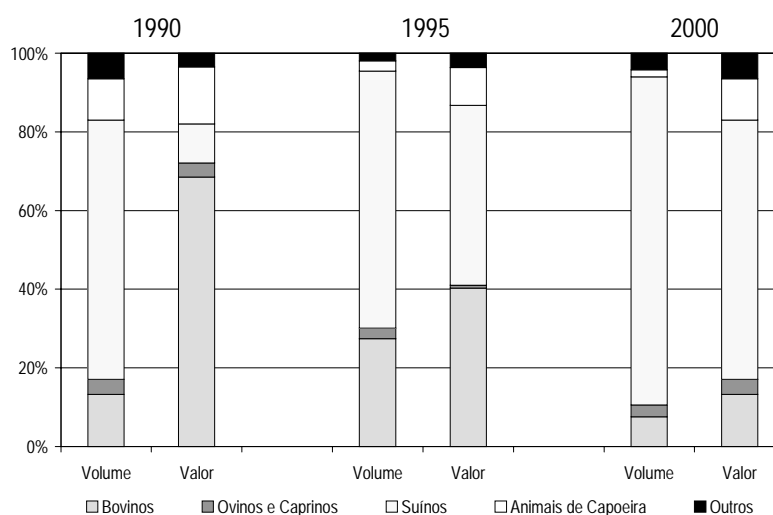
Gráfico IV.52 – Importação e Exportação de Animais vivos²⁷ em Portugal



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

As importações de animais vivos representam, actualmente, 2,3% do valor das importações agro-alimentares e são constituídas, na sua maioria, por suínos para engorda.

Gráfico IV.53 – Estrutura das Importações de Animais vivos

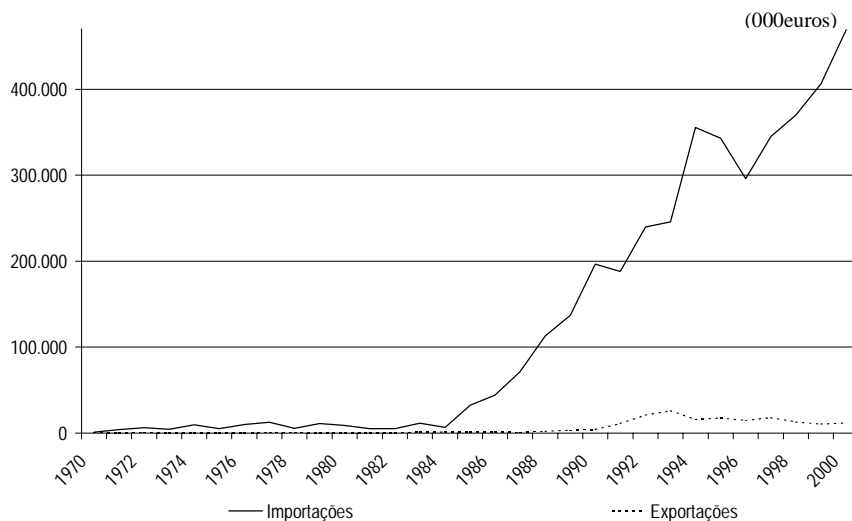


Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

²⁷ Corresponde à posição 01 da Nomenclatura Combinada, INE, inclui animais vivos da espécie cavalar, asinina, muar, bovina, suína, ovina, caprina e animais de capoeira.

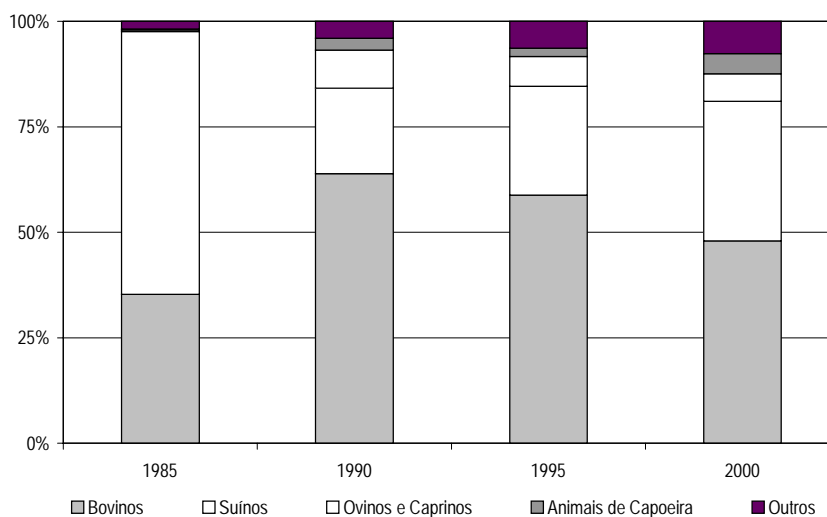
O comércio de carne e conservas de carne apresentou grande dinamismo após a adesão à CEE e é um dos sectores importadores mais revelantes, representando actualmente cerca de 11,4% das importações agro-alimentares.

Gráfico IV.54 – Importação e Exportação de Carne²⁸ em Portugal



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

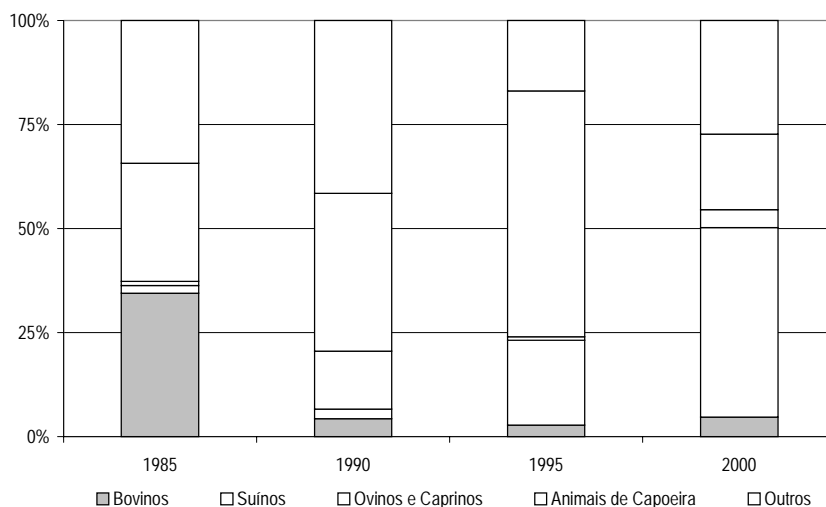
Gráfico IV.55 – Estrutura das Importações de Carne



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

As exportações apresentam algum dinamismo na década de 90, especialmente a carne de animais de capoeira.

²⁸ Corresponde à posição 02 da nomenclatura Combinada, INE, inclui carne e miudezas comestíveis.

Gráfico IV.56 – Estrutura das Exportações de Carne

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Sobretudo durante a década de 90, as estruturas produtivas têm sofrido alterações, devido a um vasto conjunto de factores, entre os quais se destacam a abertura de mercado e as suas consequências nas diversidades de oferta e respectiva estrutura de preços, o fenómeno BSE, que provocou uma grave crise no consumo de carne de bovino, com um reflexo de sinal contrário nas restantes produções animais e o aumento substancial do consumo de carne, relacionado com alterações nos hábitos alimentares. A produção nacional conseguiu, em parte, adaptar-se às novas condições de mercado, aumentando substancialmente as quantidades produzidas, mas tal revelou-se insuficiente para fazer face ao aumento de consumo interno.

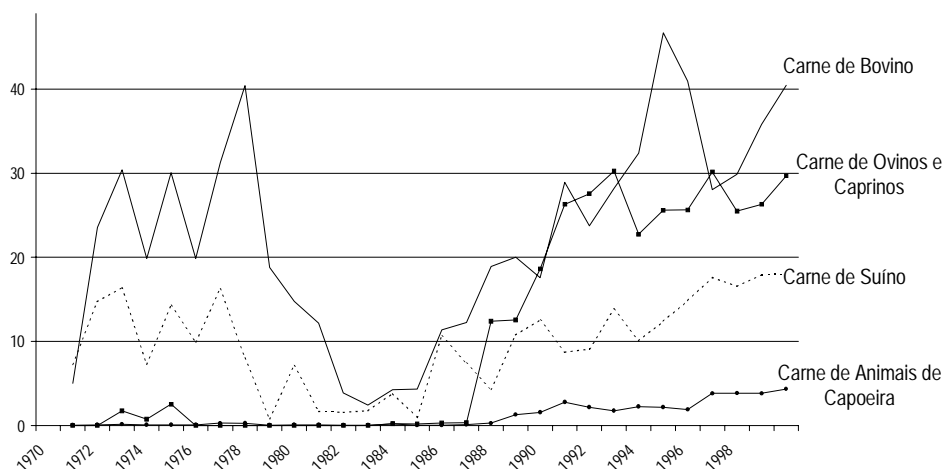
Quadro IV.40 - Grau de Auto-Aprovisionamento da Carne

	1981	1985	1990	1995	1999 (%)
Bovino	98,7	87,0	70,9	56,0	57,6
Suínos	101,5	92,1	93,9	82,0	76,7
Ovinos e Caprinos	100,0	100,0	75,7	75,0	68,6
Animais de Capoeira	100,0	100,0	98,5	100,4	96,6
Carne	99,7	93,2	89,5	82,2	80,1

Fonte: Estatísticas Agrícolas, INE

Gráfico IV.57 – Peso das Importações no Consumo Aparente do Sector da Carne

%



Fonte: A partir das Estatísticas do Comércio Internacional, INE.

Embora o sector das Carnes e Conservas tenha sido, em 2000, o sector com maior peso no valor de importações agro-alimentares, as importações apenas representam 18% do consumo de carne em Portugal.

Quadro IV.41 – Origem das Importações de Carne 1990 e 2000

	1990		2000	
	Volume	Valor	Volume	Valor
UE	85,8	89,5	96,4	95,2
Espanha	22,2	24,8	67,7	58,1
França	24,6	28,6	11,9	14,5
Reino Unido	1,7	1,3	4,4	4,6
Holanda	13,7	12,1	5,9	9,5
Lux+Bel	13,8	13,7		
Outros	9,9	9,0	6,5	8,4
Extra UE	14,2	10,5	3,6	4,8
Nova Zelândia	8,8	6,1	1,6	1,7
Brasil			1,5	2,4
Outros	5,3	4,4	0,4	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

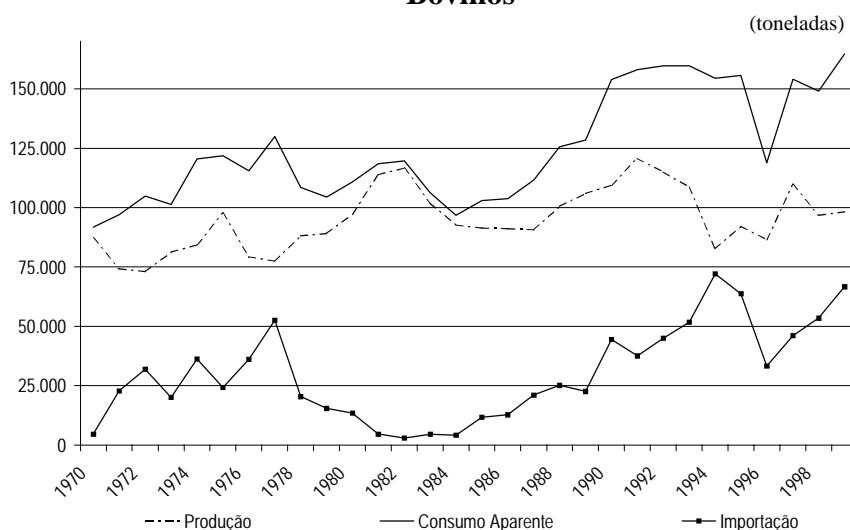
As importações provêm, na sua maioria, do mercado comunitário, em que Espanha é actualmente o principal fornecedor e comprador.

Quadro IV.42 – Destino das Exportações de Carne 1990 e 2000

	1990		2000	
	Volume	Valor	Volume	Valor
UE	47,7	44,2	71,6	55,4
Espanha	19,2	21,0	46,0	35,8
França	16,5	4,0	1,2	2,9
Dinamarca	6,9	8,6	18,0	13,9
Holanda	2,8	6,0	2,3	0,7
Outros	2,2	4,6	4,2	2,1
Extra UE	52,3	55,8	28,4	44,6
PALOP	50,1	52,2	24,0	33,7
Outros	2,3	3,5	4,4	11,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

a) Carne de Bovino

Gráfico IV.58 – Importação, Produção e Consumo Aparente de Carne de Bovinos

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE, Estatísticas Agrícolas, INE.

Durante a década de 90 a estrutura produtiva da bovinicultura nacional sofreu profundas alterações: a abertura de mercado e as suas consequências na diversidade da oferta e respectiva estrutura de preços, sentida a partir de 1991, na sequência do final da 1ª etapa de transição, e o fenómeno BSE, que desde meados de 1996, provocou uma grave crise no consumo da carne de bovino, em crescimento até então.

O grau de auto-aprovisionamento apresenta níveis baixos, no período em análise. O grau de dependência das importações tem vindo a acentuar-se, estas representam, actualmente, cerca de 40% do consumo interno. A produção nacional destina-se ao abastecimento do mercado interno.

Quadro IV.43 - Grau de Auto-Aprovisionamento, Grau de Abastecimento do Mercado Interno e Orientação Exportadora da Carne de Bovino

	(%)				
	1970	1980	1990	1995	1999
Grau de auto-aprovisionamento	95,01	87,86	71,10	59,17	59,64
Grau de abastecimento do mercado interno	94,99	87,84	71,09	59,16	59,63
Orientação exportadora	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02

Fonte: A partir das estatísticas do comércio internacional, INE.

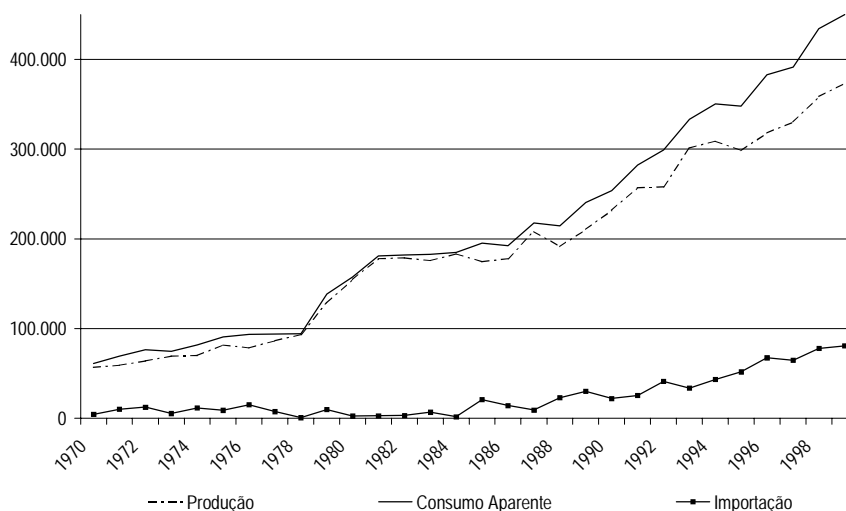
8. OCM da Carne de Bovino - Regime de Trocas

As importações são sujeitas a direitos aduaneiros. Para as exportações a Comunidade concede restituições à exportação. Tanto as importações como as exportações são objecto de emissão de certificados que acompanham os produtos.

b) Carne de Suíno

O fluxo de importação de carne de suíno apresentou um incremento após a adesão à Comunidade, representando actualmente cerca de 3,8% do valor das importações agro-alimentares.

Gráfico IV.59 – Importação, Produção e Consumo Aparente de Carne de Suínos
(Toneladas)



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Na última década, o mercado da carne de suíno, mostrou um crescimento contínuo da produção interna, embora insuficiente para a manutenção da auto-suficiência (vd. **Quadro IV.44**). Esta produção destina-se essencialmente ao abastecimento do mercado interno.

Quadro IV.44 - Grau de Auto-Aprovisionamento, Grau Abastecimento do Mercado Interno e Orientação Exportadora da Carne de Suíno

	1970	1980	1990	1995	1999
(%)					
Grau de auto-aprovisionamento	92,75	98,33	91,40	85,79	83,02
Grau de abastecimento do mercado interno	92,75	95,51	89,65	84,52	82,03
Orientação exportadora	0,004	0,002	0,001	0,001	0,001

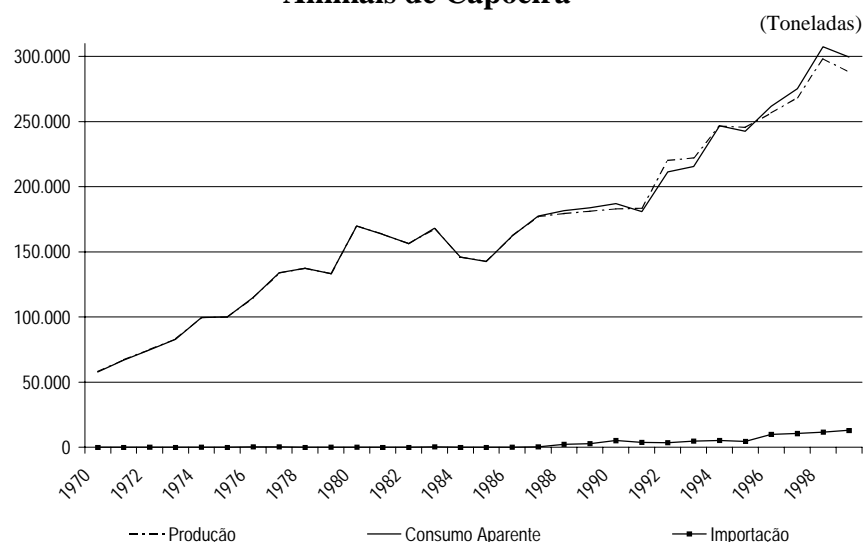
Fonte: A partir das estatísticas do comércio internacional, INE.

9. OCM da Carne de Suíno - Regime de Trocas

As importações são sujeitas a *Prélèvements*. Para as exportações a Comunidade concede restituições à exportação.

c) Carne de Animais de Capoeira

Gráfico IV.60 – Importação, Produção e Consumo Aparente de Carne da Animais de Capoeira



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

A década de 90 correspondeu, para o sector avícola, a um período de mudança estrutural e económica, derivada da tendência comunitária de abertura de mercado, após o fim da 1ª etapa de transição. Esta actividade demonstrou um crescimento acentuado, favorecido pela crise no sector bovino, pois subiu a procura e aumentou a

produção. No entanto, o volume produzido não suplantou as quantidades necessárias face à procura e reduziu-se o auto-aprovisionamento, não se tendo recuperado os níveis de auto-suficiência (vd. **Quadro IV.45**).

Quadro IV.45 – Grau de Auto-Aprovisionamento, Abastecimento do Mercado Interno e Orientação Exportadora da Carne de Animais de Capoeira

	1970	1980	1990	1995	1999
					%
Grau de auto-aprovisionamento	100,4	100,1	97,92	101,27	96,15
Grau de abastecimento do mercado interno	99,97	99,90	97,78	101,17	96,10
Orientação exportadora	0,43	0,15	0,14	0,10	0,01

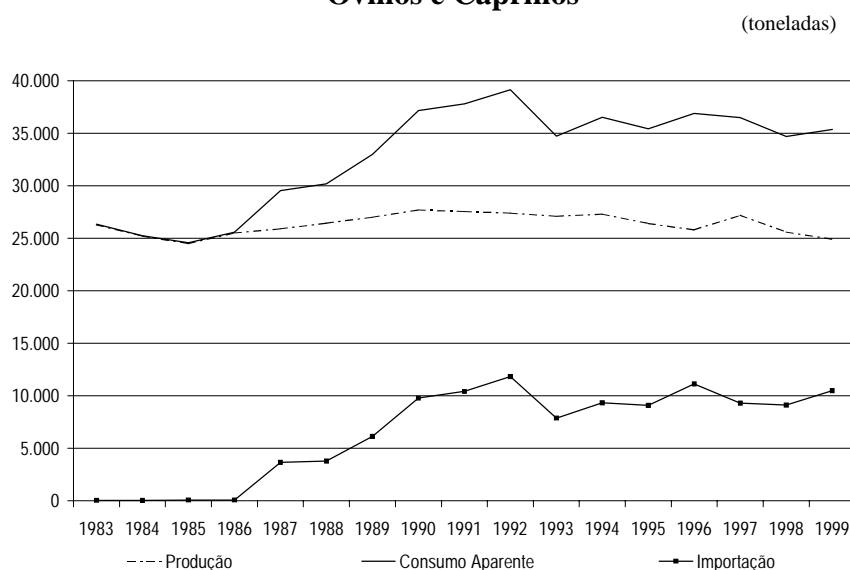
Fonte: A partir das estatísticas do Comércio Internacional, INE.

10. OCM da Carne de Aves e Ovos - Regime de Trocas

Existe uma protecção em relação aos países terceiros baseada na sua componente cerealífera, incorporada no cálculo do *prélèvement* que se aplica às importações.

d) Carne de Ovinos e Caprinos

Gráfico IV.61 – Importação, Produção e Consumo Aparente de Carne de Ovinos e Caprinos



Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

No sector da ovinicultura a abertura ao mercado e o consequente aumento da concorrência externa fez-se sentir logo após à adesão, em 1986. Este aumento, aliado a um crescimento do consumo que não foi acompanhado da produção nacional, provocou o aumento significativo da procura de carne importada.

Quadro IV.46 - Grau de Auto-Aprovisionamento, Abastecimento do Mercado Interno e Orientação Exportadora da Carne de Ovinos e Caprinos

%

	1970	1980	1990	1995	1999
Grau de auto-aprovisionamento	100,00	100,00	74,73	74,53	70,37
Abastecimento do mercado interno	100,00	100,00	74,53	74,53	70,37
Orientação exportadora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: A partir das estatísticas do Comércio Internacional, INE.

11. OCM da Carne de Ovino e Caprino - Regime de Trocas

As importações são sujeitas a direitos aduaneiros. Para as exportações existe a possibilidade de serem cedidas restituições à exportação.

V. Silvicultura e Indústrias Florestais

V.1 Análise Agregada

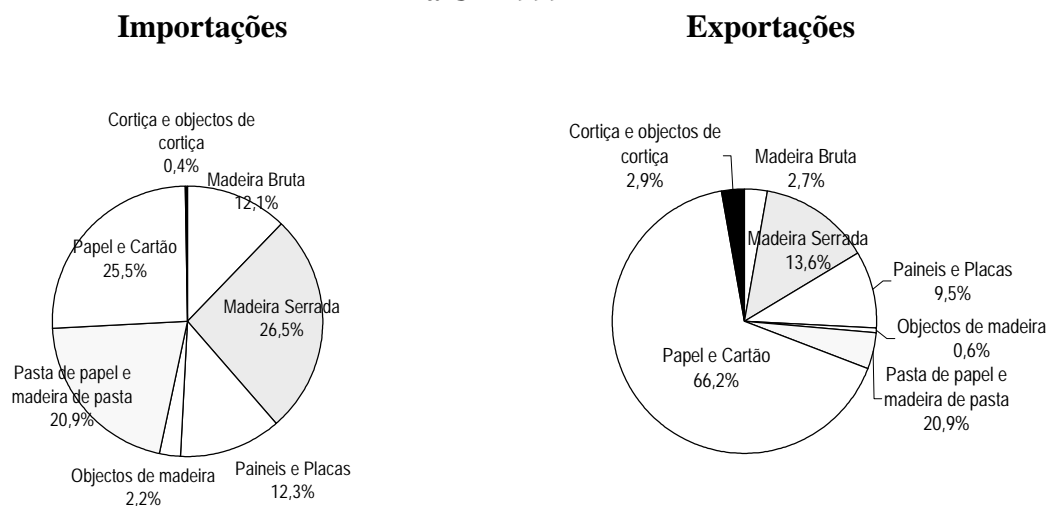
Relativamente ao início da década de 90, o saldo da balança comercial do Complexo Florestal na UE apresentou um défice inferior, que se deve a um aumento das exportações acompanhado de uma diminuição significativa das importações.

Quadro V.1 - Comércio Florestal na UE

	Importações	Exportações	Saldo Comercial
1991	28 503	7 641	-20 862
1999	17 732	14 708	-3 024

Fonte: Eurostat e DGAGRI.

Gráfico V.1 – Estrutura das Importações e Exportações do Complexo Florestal na UE 1999



Fonte: Eurostat e DGAGRI.

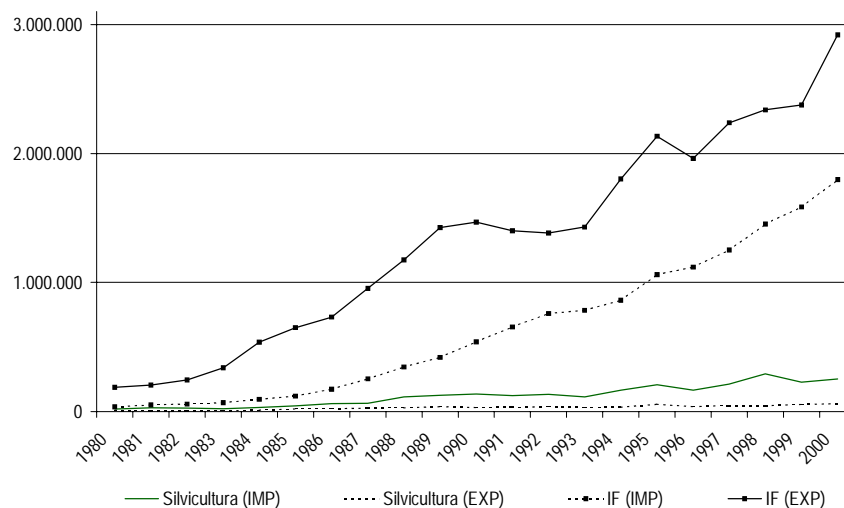
Os principais produtos exportados na UE são o papel e cartão (com 66% do total de exportações), seguido da madeira serrada (13,6%). No que se refere a importações, o papel e cartão e a madeira serrada são os principais produtos importados, com, respectivamente, 25,5% e 26,5% do total de importações do sector.

A cortiça, o papel e o cartão são os produtos que apresentam saldo positivo na balança comercial, contribuindo assim, positivamente, para a melhoria do défice do sector florestal comunitário.

Em **Portugal** a fileira florestal é superavitária¹ e conheceu um forte incremento do comércio com o exterior no período em análise, explicado pelo dinamismo das indústrias florestais, com valores de exportações significativos, mesmo antes de 1986.

Gráfico V.2 – Importações e Exportações Silvícolas e Florestais em Portugal

(Mil euros)

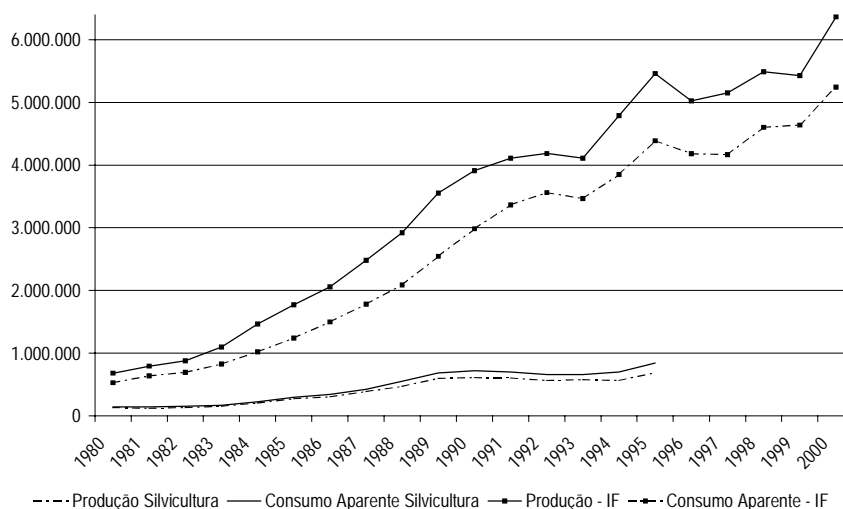


Fonte: Ver capítulo II.1.

A tendência crescente das importações silvícolas verificada até 1998 não teve continuidade nos dois anos seguintes, em que a dependência externa melhorou, pois o aumento da produção industrial não necessitou de um aumento de importações silvícolas.

Gráfico V.3 – Consumo Aparente e Produção - IF

(Mil euros)

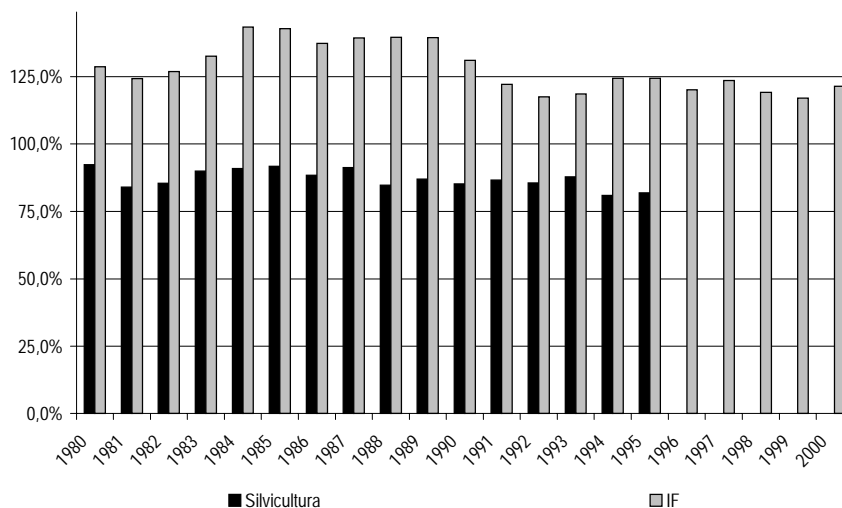


Fonte: Ver capítulo II.1.

¹ O saldo comercial e o grau de abertura foram analisados no capítulo III.

À semelhança do complexo agro-alimentar, o consumo, essencialmente de bens provenientes das indústrias florestais, como o papel e a pasta de papel, aumentou significativamente, acompanhado do aumento da produção.

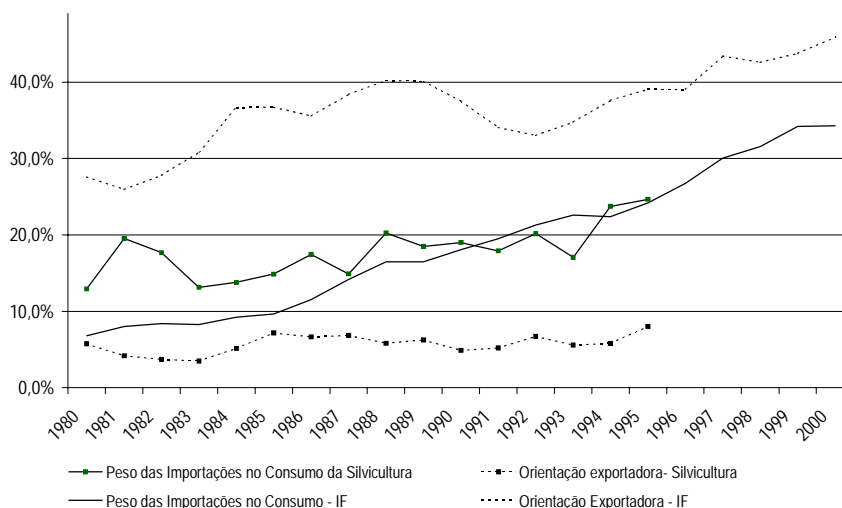
Gráfico V.4 - Grau de Auto-Aprovisionamento Silvícola e Florestal



Fonte: Ver capítulo II.1.

As indústrias florestais apresentam grau de auto-provisionamento acima dos 100%, embora na década de 90 tenha existido um ligeiro decréscimo. Este não significa uma diminuição da produção nacional, mas um aumento da orientação exportadora.

Gráfico V.5 – Orientação Exportadora e Peso das Importações no Consumo - IF

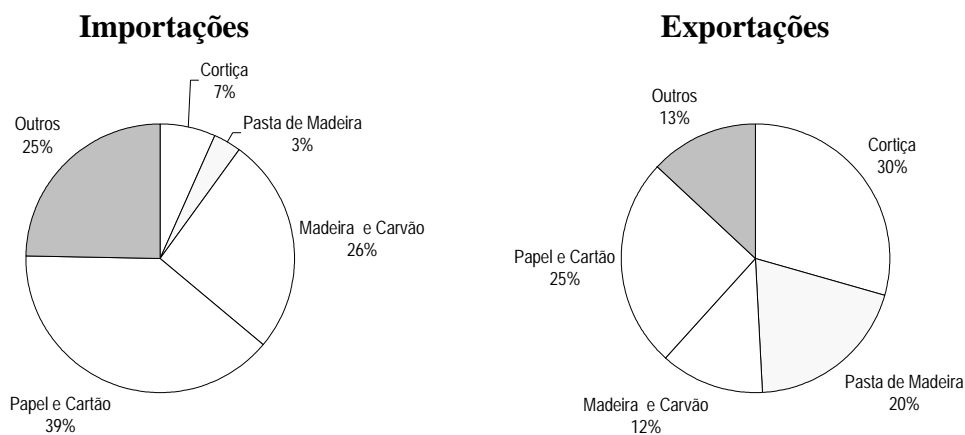


Fonte: Ver capítulo II.1.

As importações de produtos florestais são constituídas essencialmente por pasta de papel e cartão e por madeira e carvão, especialmente madeira em bruto. No que se

refere a exportações, a cortiça é um sector dinâmico com um valor significativo, seguido do papel e cartão.

Gráficos V.6 – Estrutura do Comércio Externo da Fileira Florestal em Portugal 2000



Fonte: A partir dos dados do Comércio Internacional, INE.

Quadro V.2 – Estrutura das Importações do Complexo Florestal por Países em 1990 e 2000

	(%)			
	Importações		Exportações	
	1990	2000	1990	2000
UE	42,9	70,1	73,0	70,6
Espanha	24,4	36,0	11,8	24,2
França	8,6	7,6	16,8	15,3
Reino Unido	1,6	3,6	19,8	8,3
Alemanha	1,9	6,5	12,1	11,0
Itália	-	-	6,2	5,9
Holanda	-	-	9,4	-
Outros UE	6,4	16,4	6,2	5,9
Extra-UE	57,1	29,9	17,6	29,4
PALOP			0,2	1,4
Brasil	2,3	4,5	0,1	0,6
EUA	4,8	3,5	5,5	5,7
Congo	13,1	1,2	-	-
Gabão	5,4	1,9	-	-
Israel	-	-	1,8	0,8
Outros	31,4	18,6	6,6	20,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

V.2 Cortiça

O sector da cortiça na UE apresentou, na década de 90, uma tendência crescente das importações e mais fortemente das exportações.

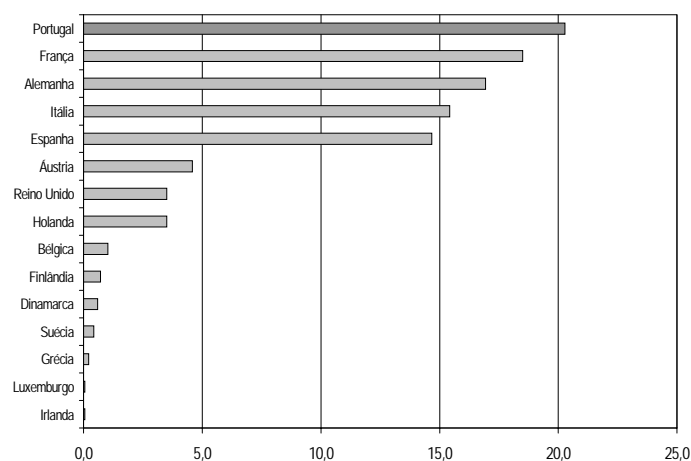
Quadro V.3 - Comércio de Cortiça e suas Obras na UE

	(Milhões de euros)		
	Importações	Exportações	Saldo Comercial
1991	20	226	197
1999	65	420	355

Fonte: Eurostat e DGAGRI.

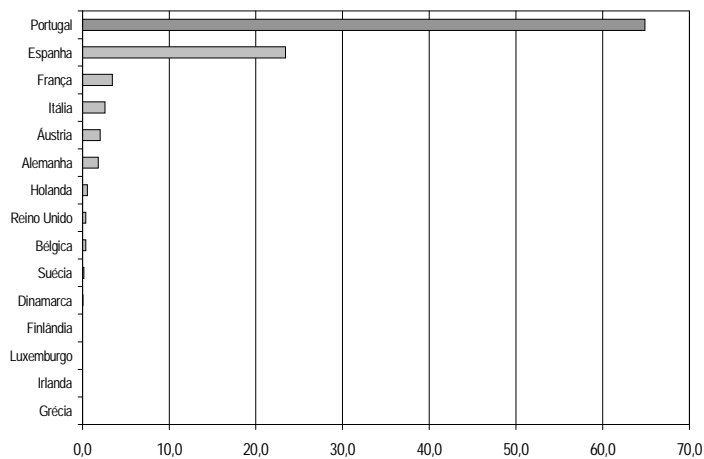
Portugal é o principal importador e exportador, representando, em 1999, 65% e 20%, respectivamente, do total de comércio da UE.

Gráfico V.7 – Estrutura das Exportações de Cortiça e suas Obras por Estado-Membro da UE 1999 (%)

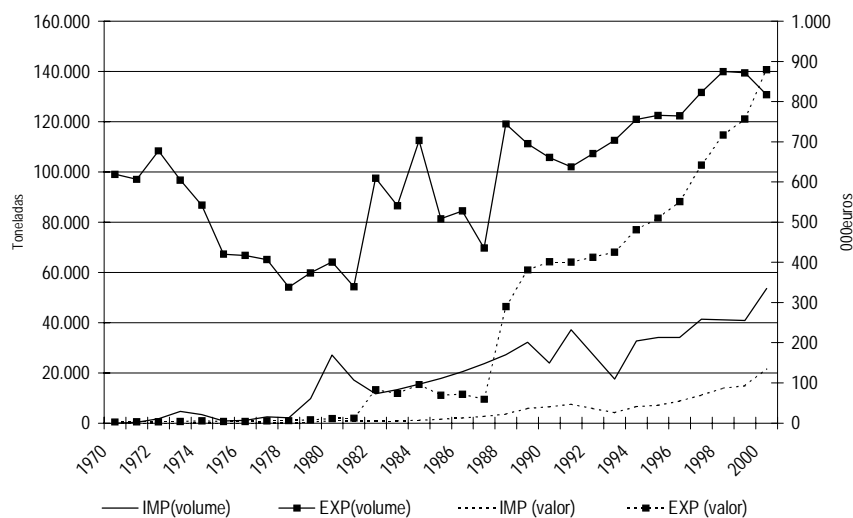


Fonte: Eurostat

Gráfico V.8 – Estrutura das Importações de Cortiça e suas Obras por Estado-Membro da UE 1999 (%)

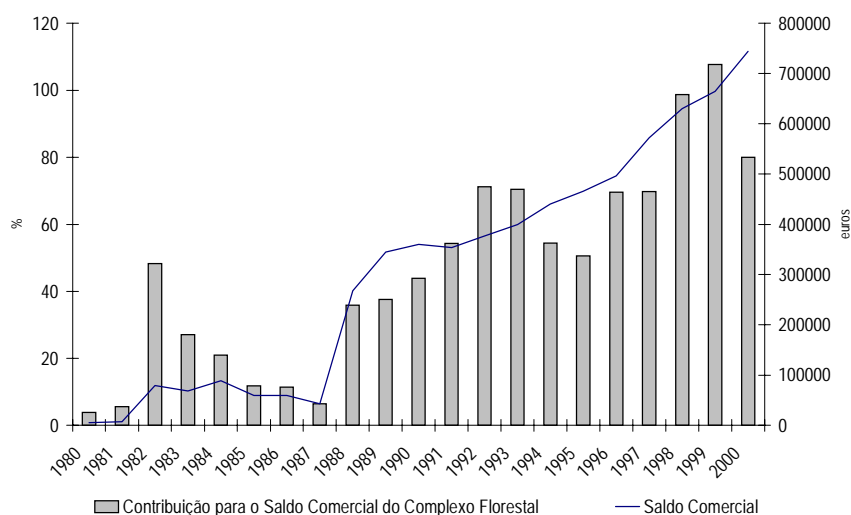


Fonte: Eurostat

Gráfico V.9 - Importações e Exportações de Cortiça² e Obras de Cortiça em Portugal

Fonte: Com base nas estatísticas de Comércio Internacional, INE

Em **Portugal**, o sector da cortiça apresenta-se como um sector exportador desde a década de 70. Nos anos 90 o comércio externo apresenta uma forte dinâmica, quer a nível de exportações, quer de importações.

Gráfico V. 10 – Saldo Comercial e Contribuição do Sector da Cortiça para o Saldo Comercial do Complexo Florestal

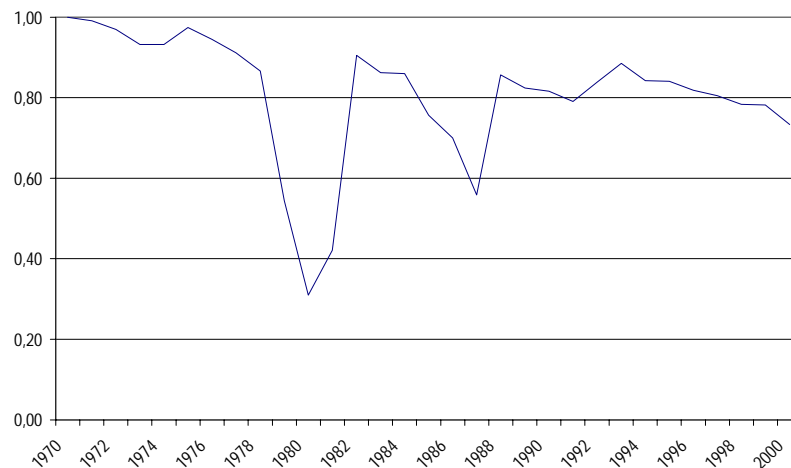
Fonte: Com base nas estatísticas de Comércio Internacional, INE

Apesar da dinamização das importações após a adesão à CEE, em 1986, o saldo da balança comercial do sector apresenta uma tendência positiva e crescente,

² Corresponde à posição 45 da Nomenclatura Combinada “Cortiça e obras de Cortiça”.

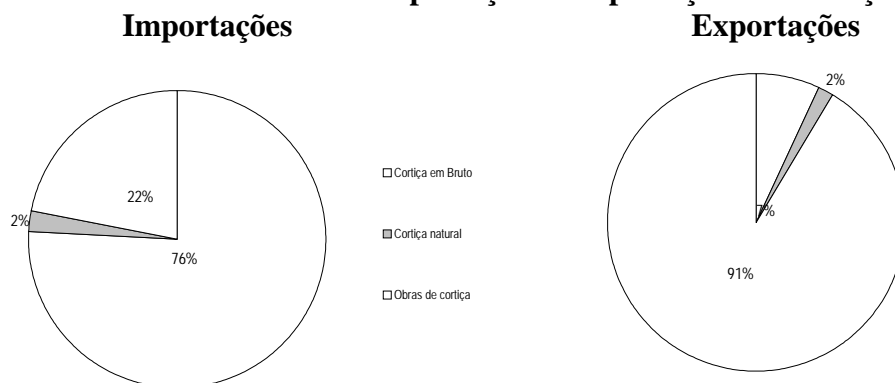
contribuindo favoravelmente para o saldo comercial do complexo Florestal. Como evidencia o índice de Balassa, o comércio é predominantemente **inter-sectorial**³.

Gráfico V.11 – Índice de *Balassa* da Cortiça



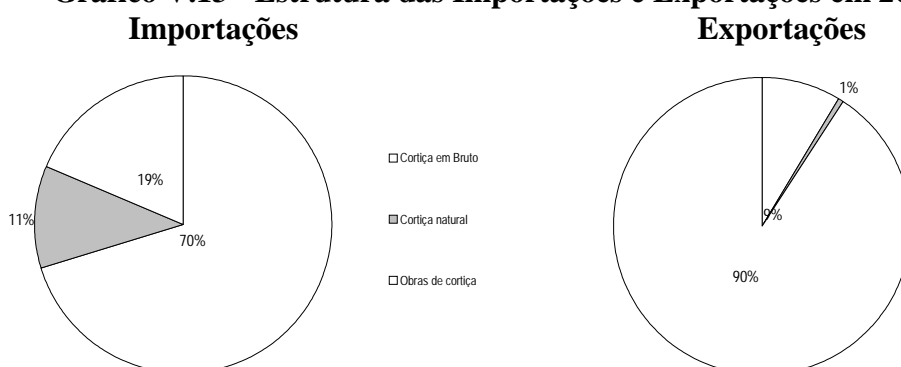
Fonte: A partir dos dados de Comércio Internacional, INE.

Gráfico V.12 - Estrutura das Importações e Exportações de Cortiça em 1990



Fonte: Com base nas estatísticas de Comércio Internacional, INE

Gráfico V.13 - Estrutura das Importações e Exportações em 2000



Fonte: Com base nas estatísticas de Comércio Internacional, INE

³ Em que predominam as exportações.

As importações deste sector em Portugal, são constituídas, na sua maioria, por cortiça em bruto e as exportações, por obras de cortiça, essencialmente, rolhas de cortiça natural. Esta situação não sofreu alterações ao longo da década de 90.

As importações de cortiça, no início da década de 90, provinham na grande maioria do mercado comunitário, em especial de Espanha. Actualmente, o mercado fora da Comunidade ganhou importância, em especial Marrocos, embora Espanha continue a ser o principal fornecedor de cortiça.

Quadro V.4 – Origem das Importações de Cortiça e suas Obras em 1990 e 2000

	1990		2000		%
	Volume	Valor	Volume	Valor	
UE	93,2	94,9	UE	52,8	62,1
Espanha	86,7	77,6	Espanha	46,7	54,5
Itália	2,7	4,1	Itália	4,1	4,4
França	2,3	7,8	França	1,5	1,9
Outros	1,5	5,4	Outros	0,6	1,3
Extra UE	6,8	5,1	Extra UE	47,2	37,9
Tunísia	1,7	0,5	Tunísia	7,0	7,0
Marrocos	2,2	1,6	Marrocos	28,1	18,7
Outros	2,9	3,0	Outros	12,1	12,1
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

O destino das exportações de cortiça não sofreu alterações significativas ao longo da última década, sendo a Espanha, Itália e França os principais clientes.

Quadro V.5 – Origem das Exportações de Cortiça e suas Obras em 1990 e 2000

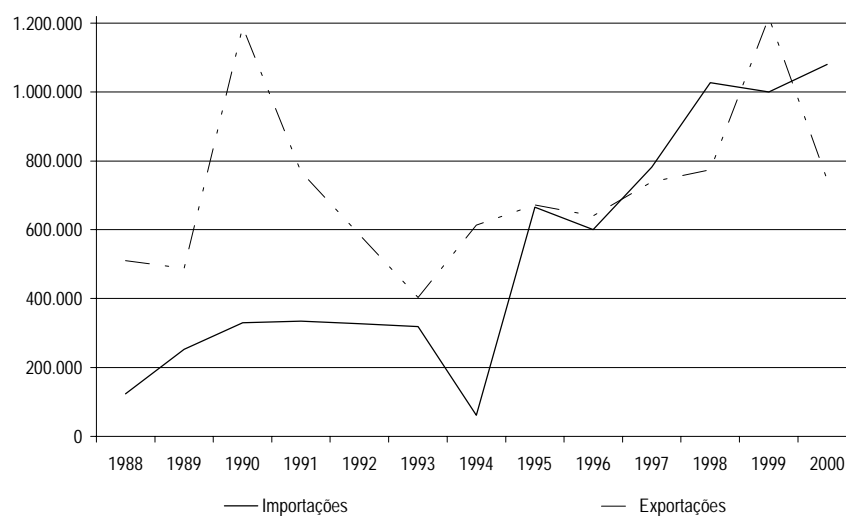
	1990		2000		%
	Volume	Valor	Volume	Valor	
UE	63,7	66,6	UE	63,7	54,8
Espanha	8,6	7,2	Espanha	16,8	10,8
Itália	14,5	15,1	Itália	14,9	11,1
França	14,2	24,7	França	13,0	20,3
Outros	26,4	19,6	Outros	19,0	12,6
Extra UE	36,3	33,4	Extra UE	36,3	45,2
EUA	13,1	11,6	EUA	11,6	16,5
Japão	4,4	3,7	Japão	4,2	3,0
PECO	3,5	3,4	PECO	3,1	2,4
Outros	11,8	11,4	Outros	17,4	23,2
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

V.3 Madeira

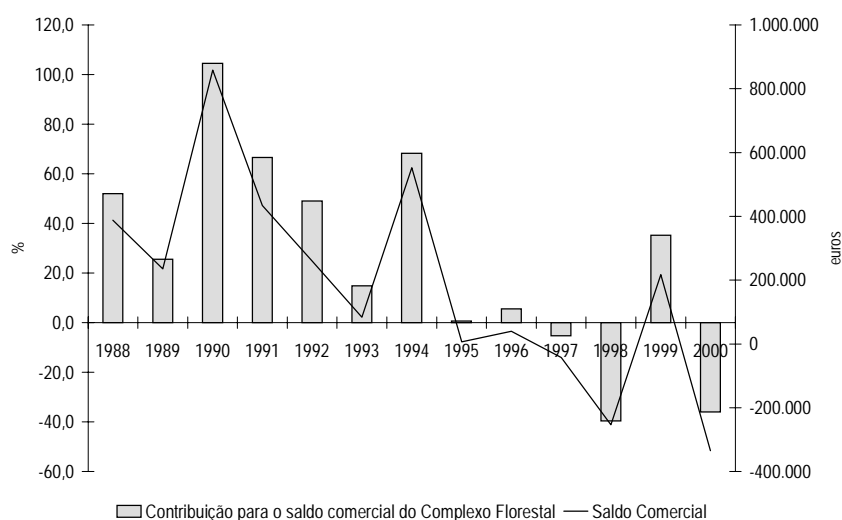
O sector da Madeira na UE representou em 1999, respectivamente, cerca de 53% e 26% das importações e exportações do conjunto do complexo florestal⁴. Em **Portugal**, nos últimos anos, observou-se uma dinamização, quer das importações, quer das exportações.

Gráfico V.14 - Importações e Exportações de Madeira⁵ em Portugal
(mil euros)



Fonte: A partir dos dados do comércio internacional, INE.

Gráfico V. 15 – Saldo Comercial e Contribuição do Sector da Madeira para o Saldo Comercial do Complexo Florestal



Fonte: A partir dos dados do comércio internacional, INE.

⁴ DGAGRI e Eurostat.

⁵ Corresponde à posição 44 da Nomenclatura Combinada (INE), inclui madeira e carvão vegetal.

A Balança Comercial do sector da madeira, tradicionalmente superavitária, tem vindo a apresentar desde 1995, um saldo negativo, devido a um aumento de importações.

Quadro V.6 - Estrutura do Comércio de Madeira em 1990 e 2000

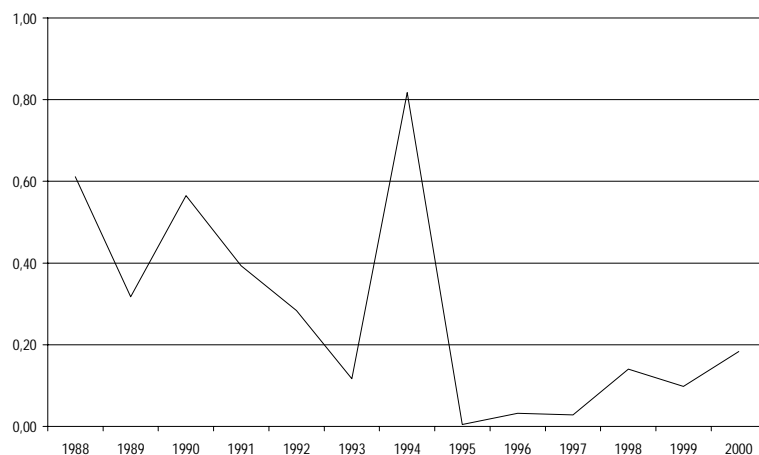
	1990		2000	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações
Lenha	1 915	586	1 288	5 134
Carvão	1 814	179	17	2 525
Madeira em Bruto	25 596	102.543	37 532	170.824
Madeira Transformada	1.050.768	226.620	706.758	356.905
Total	1 080 093	329 927	745 594	535 388

(euros)

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional

A madeira com algum grau de transformação é o principal produto exportado e importado.

Gráfico V.14 - Índice de *Balassa* para o Sector da Madeira (1988 – 2000)



Fonte: A partir dos dados de comércio Internacional, INE.

Assim, existe neste sector importação e exportação simultânea, em especial de madeira transformada, ou seja, estamos em presença de **comércio intra-sectorial**. Esta tendência é evidente⁶ e acentuada nos últimos anos, como mostra o gráfico V.14.

Dada a natureza do produto (madeira em bruto), as importações provêm, pela, na sua maioria, de países terceiros. As exportações destinam-se essencialmente ao mercado comunitário.

⁶ À excepção de 1994, em que o índice tomou valores próximos de 1, ou seja comércio inter-sectorial, que se deveu a uma diminuição significativa das importações.

Quadro V.7 – Origem das Importações de Madeira em 1990 e 2000

	1990			2000	
	Volume	Valor		Volume	Valor
UE	26,6	30,2	UE	44,6	45,2
Espanha	15,6	13,3	Espanha	17,8	22,9
França	7,7	8,1	França	22,3	7,5
Reino Unido	1,9	1,6	Alemanha	1,2	4,2
Outros	1,4	7,2	Outros	3,4	10,6
Extra UE	73,4	69,8	Extra UE	55,4	54,8
Congo	20,0	18,9	Brasil	24,3	12,7
Costa do Marfim	8,5	8,3	Camarões	5,2	7,5
Gabão	8,3	7,8	Gabão	5,4	6,3
Zaire	4,2	4,6	Zaire	2,8	7,9
Outros	32,4	30,2	Outros	25,9	34,6
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

Quadro V.8 – Destino das Exportações de Madeira em 1990 e 2000

	1990			2000	
	Volume	Valor		Volume	Valor
UE	94,5	94,5	UE	93,3	90,1
Espanha	28,4	23,1	Espanha	75,3	51,1
Reino Unido	42,9	42,8	Reino Unido	7,8	14,0
França	3,3	5,5	França	4,0	10,3
Holanda	8,1	8,2	Alemanha	0,8	4,8
Outros	11,7	14,9	Outros	6,2	14,6
Extra UE	5,5	5,5	Extra UE	6,7	9,9
Israel	2,3	1,9	EUA	2,2	2,1
Marrocos	1,8	1,3			
PECO	0,0	0,0			
Outros	1,4	2,2	Outros	4,5	7,8
Total	100,0	100,0	Total	100,0	100,0

Fonte: Com base nas Estatísticas do Comércio Internacional, INE

VI. Conclusão

A adesão à então CEE, em 1986, marcou uma viragem no processo de desenvolvimento da economia portuguesa: pela clarificação e estabilização das regras de funcionamento da economia, pela disciplina que introduziu na gestão da política económica, pela significativa ajuda financeira que proporcionou ao desenvolvimento, assim como pela abertura ao comércio internacional.

Com a eliminação de medidas proteccionistas após a primeira fase de transição, o mercado interno agro-alimentar foi sendo cada vez mais aberto à concorrência dos outros países comunitários, onde sobressai a Espanha, pela sua proximidade. A integração num espaço de livre comércio provocou um **grande incremento dos fluxos comerciais**, acompanhado de um **aumento do nível e diversificação do consumo** e da **alteração dos hábitos alimentares**, só possível, em alguns casos, pelo recurso à importação.

Verificou-se uma **descida do grau de auto-aprovisionamento** em alguns produtos alimentares, mais evidente no sector da carne e cereais, mas igualmente em sectores em que Portugal era tradicionalmente exportador líquido, como os frutos e hortícolas. O grau de auto-aprovisionamento no complexo agro-alimentar apresenta uma tendência ligeiramente decrescente no período em análise, situando-se entre os 80% e 90%.

A este indicador é conferido, por vezes, um grande simbolismo, sendo lido como a capacidade do país em satisfazer as necessidades alimentares imprescindíveis à sobrevivência humana. Não é essa a informação que o indicador dá. Para medir aquela capacidade ter-se-ia que estimar, por um lado, o nível de consumo necessário à sobrevivência humana e colocá-lo no denominador em substituição da procura verificada (que pode superar essas necessidades) e, por outro lado, a produção possível com os recursos resultantes de uma situação de autarcia e colocá-lo no numerador em lugar da produção verificada. Este tipo de questão não foi desenvolvida no documento.

A análise particular a alguns sectores evidencia realidades diferentes no Complexo Agro-florestal. Existem sectores que produzem essencialmente para abastecimento do mercado interno e onde há recurso à importação para satisfação integral do consumo interno, como

é o caso da **carne**, dos **cereais** e das **sementes oleaginosas**. Na última década, devido a alteração dos hábitos alimentares, em mercados tradicionalmente exportadores, como **lacticínios**, **frutos**, **hortícolas** e **azeite**, houve necessidade de recorrer a volumes significativos de importações (hortícolas congelados, geleias de frutos, frutos tropicais, iogurtes), o que levou à existência de défices comerciais.

O **vinho** continua a ser o sector exportador mais importante do complexo agro-alimentar, em particular o vinho do Porto.

O **comércio florestal** conheceu um incremento no período em análise que se deve ao dinamismo das indústrias florestais, com valores de exportações significativos já antes da adesão à CEE e cuja vantagem assentava essencialmente nos baixos custos salariais e no acesso a matérias-primas (cortiça e madeira). Actualmente, verifica-se o aumento do recurso à importação de matérias-primas, que, embora atenuado a partir de 1998, reflecte um aumento de dependência nesta área.

O **crescimento do comércio intra-sectorial** (existência simultânea de fluxos significativos de importações e exportações) no Complexo Agro-Florestal foi evidente, à excepção dos sectores que dependem das importações para abastecimento do mercado interno (cereais, sementes oleaginosas, açúcar e carne), em que o comércio é predominantemente inter-sectorial.

Os sectores tradicionalmente exportadores, em que predominava o comércio inter-sectorial (devido a produtos como a madeira, conserva de tomate, pêra, maçã, vinho), apresentam actualmente um aumento do comércio intra-sectorial em virtude do acréscimo das importações resultante da crescente procura por diversificação por parte do consumidor (geleias, hortícolas congelados, frutos tropicais). O azeite é o sector em que a existência de comércio intra-sectorial é mais evidente, tratando-se de um sector exportador importante mas que recorre simultaneamente à importação. A cortiça é, dos produtos analisados, o único sector tradicionalmente exportador em que ainda predomina o comércio inter-sectorial.

A integração de Portugal no espaço comercial da UE a Portugal, gerou sobretudo concorrência por via das importações, mas também criou oportunidades de exportação. Globalmente observa-se uma tendência para maior exigência em termos de qualidade e serviços. No futuro dar-se-á, naturalmente, redução da actividade e do emprego em alguns sectores, em favor de outros, como resposta às novas condições de comércio internacional.

A continuação do processo de integração e liberalização do comércio mundial, actualmente em discussão na **OMC**, a participação de Portugal na **União Económica e Monetária**, em que a competitividade - preço deixou de poder ser assegurada por alterações da taxa de câmbio e o **alargamento aos PECO**¹, são factores conducentes a uma maior concorrência, mas também à expansão dos mercados potenciais. A **competitividade internacional** será, cada vez mais, um passo fundamental para a agricultura e as indústrias agro-alimentares.

¹ Países da Europa Central e Oriental.

Referências Bibliográficas

- Comissão Europeia, *A situação da agricultura na União Europeia* – relatórios de 1992-1998.
- Eurostat, *Panorama des Entreprises Européennes*, Édition 2000.
- Faustino, Horácio (1992), *Indicadores de Comércio e Especialização Intra sectorial: qual ou quais utilizar nos estudos empíricos*, Estudos de Economia Vol.XIII, nº1 ISEG.
- Fernandes, Maria Oliveira (1995), *A Organização Mundial do Comércio e os Acordos para o Sector Agrícola*, Ministério da Agricultura, Lisboa.
- GPPAA (1999), *Panorama Agricultura 1998*, Lisboa.
- GPPAA (2000), *Panorama Agricultura 1999*, Lisboa.
- GPPAA (2001), *Panorama Agricultura 2000*, Lisboa.
- Krugman, P (1997), *International Economics – Theory and Policy*, Fourth Edition, Addison – Wesley.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (vários anos). *Estatísticas Agrícolas*, Lisboa.
- Machado, L. (2001), *A Fileira da Carne de Porco – Diagnóstico sectorial*, GPPAA.
- Morais, A. F. (2000), *Diagnóstico do Complexo de Produção Agro-Alimentar Sector do Leite e Lacticínios*, GPPAA.
- Noéme, C. (2001) *Competitividade do sector da indústria alimentar e bebidas – Tendências de evolução no caso português*, revista D.P.P., Lisboa
- Rodrigues, J.A. (1997), *A especialização intra-sectorial: um indicador de vantagem competitiva dinâmica para o sector agro-alimentar*, Tese de curso de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural do ISA, Lisboa.

Varela, J. A. Santos (1987), *A Política Agrícola Comum e a Agricultura: A Política de Preços e de Mercados*, publicações Dom Quixote, Lisboa.

Varela, J. A. Santos (1996), *A Política Agrícola Comum – Os Princípios, as Reformas Actuais, a Futura Europa Verde*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

ANEXOS

Quadro A.1 – Importações, Exportações e Produção da Agricultura, Silvicultura, IAA, IF e Economia 1980 - 2000)

(milhões de euros)

	Agricultura			IAA			Silvicultura			IF			Economia	
	Imp	Exp	Prod	Imp	Exp	Prod	Imp	Exp	Prod	Imp	Exp	Prod	Imp	Exp
1980	276 955	27 099	1 033 502	91777,69	81327,97	1 492 699	18 318	7 511	130 749	36 033	187 723	679 934	2 643 999	1 509 701
1981	377 821	28 779	1 195 410	120 418	90 227	1 812 586	27 730	4 989	119 196	50 890	205 537	791 592	3 418 496	1 712 785
1982	422 728	33 599	1 492 987	121 119	117 221	2 239 057	26 827	4 821	129 786	58 005	243 802	876 873	4 189 215	2 183 772
1983	596 516	43 180	1 801 811	116 190	157 333	2 985 238	22 250	5 331	152 360	68 490	337 962	1 095 825	5 098 104	3 260 225
1984	934 363	56 806	2 333 932	190 147	203 625	3 619 965	30 788	10 449	203 100	94 417	536 976	1 463 298	6 387 177	4 723 684
1985	848 900	65 548	2 747 903	264 669	228 137	4 456 462	44 226	19 572	272 703	119 512	650 231	1 770 051	7 316 228	5 860 159
1986	676 621	79 747	3 137 304	344 757	262 541	5 000 464	59 456	20 057	301 661	172 478	732 002	2 057 749	7 941 631	6 473 950
1987	730 291	90 970	3 572 158	522 408	308 590	5 693 485	62 923	26 351	385 374	252 645	953 682	2 481 965	10 721 079	7 817 182
1988	952 460	123 397	3 425 238	635 016	371 952	6 207 181	111 725	27 184	467 162	344 992	1 174 164	2 919 349	13 961 029	9 370 111
1989	1 080 770	140 755	4 120 419	703 825	432 665	7 203 090	126 529	37 260	595 008	419 477	1 425 577	3 552 064	16 343 246	11 794 536
1990	1 099 275	167 875	4 800 325	839 513	462 054	8 157 106	136 231	29 873	609 967	539 796	1 467 551	3 912 187	19 447 714	13 634 902
1991	1 189 847	206 741	4 712 617	935 620	505 664	8 766 299	124 769	31 384	602 560	655 711	1 400 757	4 111 132	20 932 712	13 929 839
1992	1 131 413	225 690	4 464 091	1 040 667	529 257	9 060 245	132 670	37 864	562 945	759 386	1 382 666	4 185 901	22 089 778	14 611 952
1993	1 237 377	182 634	4 285 460	1 187 682	568 921	9 414 409	111 785	32 122	575 129	783 647	1 430 201	4 112 349	22 009 268	15 207 594
1994	1 496 406	206 092	4 759 031	1 480 041	705 681	10 013 014	165 475	32 816	564 245	861 774	1 802 856	4 790 700	25 493 668	17 870 134
1995	1 592 848	228 334	4 926 333	1 624 831	840 251	10 180 315	207 115	55 082	687 583	1 061 162	2 134 116	5 462 274	29 453 794	24 423 457
1996	1 713 492	292 883	5 375 573	1 735 920	913 851	11 067 542	166 451	37 819	nd	1 119 455	1 961 986	5 026 124	31 404 987	25 700 049
1997	1 708 812	371 342	5 020 141	1 827 142	979 717	11 670 486	212 643	46 809	nd	1 252 416	2 238 366	5 152 860	35 500 885	28 290 040
1998	1 886 704	329 978	4 960 191	2 117 501	1 015 362	11 990 352	293 202	45 769	nd	1 452 969	2 338 129	5 488 960	40 066 913	30 804 223
1999	1 762 046	302 721	5 880 967	2 326 498	1 035 047	12 419 780	228 399	54 097	nd	1 586 379	2 377 268	5 430 146	43 384 821	31 816 982
2000	1 781 696	331 285	5 666 874	2 349 536	1 150 827	13 191 860	252 254	60 834	nd	1 798 177	2 920 147	6 366 606	49 379 429	35 791 104

Fonte: ver Capítulo II.1

Quadro A.2 – Importações, Exportações e Produção de Cereais, Trigo, Milho e Arroz

	Cereais Totais				Trigo				Milho	
	Importações		Exportações		Importações		Exportações ¹		Importações	
	ton	000euros	ton	000euros	ton	000euros	ton	000euros	ton	000euros
1970	796 550	8 164	1 559	5	377 909	3 811	0	0	335 637	3 507
1971	856 857	8 406	686	14	185 908	1 695	0	0	516 977	5 115
1972	1 177 391	10 897	648	12	192 005	2 031	0	0	820 752	7 287
1973	1 301 757	17 559	671	13	196 142	3 712	0	0	821 319	10 270
1974	1 859 707	4 300	3 786	119	379 585	10 472	0	0	1 006 329	19 431
1975	1 740 497	38 538	6 981	184	344 845	8 900	0	0	1 220 880	24 223
1976	1 883 884	40 339	8 680	192	265 453	6 113	0	0	1 224 066	23 962
1977	2 256 346	52 316	71	5	416 622	10 038	0	0	1 257 665	27 025
1978	2 927 301	78 447	71	11	705 049	20 859	0	0	1 762 361	43 922
1979	3 209 957	115 167	38	4	803 683	31 982	0	0	2 072 209	66 585
1980	3 371 819	137 409	5 141	247	570 963	27 687	0	0	2 640 996	99 874
1981	3 969 061	226 158	6 155	377	955 781	54 834	0	0	2 662 791	140 442
1982	3 517 425	204 444	3 102	34	685 058	44 909	0	0	2 434 420	124 889
1983	3 163 534	263 105	2 471	318	606 442	8 946	0	0	2 308 836	185 313
1984	3 070 293	366 874	489	133	793 432	92 529	0	0	2 010 860	230 204
1985	2 222 000	284 882	137	64	563 723	74 823	20	15	1 450 531	167 994
1986	2 047 288	200 206	4 282	831	667 732	67 045	5	2	1 101 366	95 947
1987	1 324 440	122 290	3 508	677	559 939	46 613	0	0	623 906	43 880
1988	1 389 006	167 063	4 487	1 020	436 257	48 355	1	0	733 215	61 737
1989	1 227 880	189 101	16 656	5 800	537 124	82 229	0	0	516 759	59 042
1990	1 754 321	216 755	32 962	12 800	568 900	67 654	1	1	944 947	94 070
1991	1 385 075	285 045	63 764	12 873	664 986	126 131	37 647	4 380	557 627	112 978
1992	2 086 903	400 483	47 923	12 633	906 080	158 684	25 485	4 539	896 268	167 556
1993	2 165 285	432 097	46 026	8 934	912 087	166 710	11 338	1 618	983 587	168 967
1994	2 343 589	423 894	24 399	7 432	999 696	165 490	9 760	1 460	1 045 914	162 702
1995	2 383 110	415 526	55 085	11 965	1 092 992	178 974	24 914	4 149	939 454	135 734
1996	2 544 462	465 470	48 989	10 537	1 175 741	188 745	29 183	4 779	924 135	158 513
1997	2 698 636	439 910	116 487	19 909	1 248 253	193 230	91 783	13 065	1 099 743	162 681
1998	3 141 677	483 704	70 775	15 513	1 491 464	216 814	40 359	5 825	1 239 098	175 764
1999	3 089 392	457 561	123 104	19 070	1 532 112	209 509	98 553	13 348	1 201 961	167 771
2000	2 728 679	414 687	96 816	17 728	1 296 417	182 785	62 386	8 466	1 097 277	156 113

¹ Os valores 0, representam aproximadamente zero.

Fonte:

Importações, Exportações: com base no comércio internacional, INE

Produção Estatísticas agrícolas, INE

Quadro A.2 – Importações, Exportações e Produção de Cereais, Trigo, Milho e Arroz
(cont)

	Milho		Arroz				Produção			
	Exportações ²		Importações		Exportações ²		Cereais	Trigo	Milho	Arroz
	ton	000euros	ton	000euros	ton	000euros	000euros	000euros	000euros	000euros
1970	0	0	10 674	240	0	0	1 607 600	548 200	581 400	194 700
1971	0	0	6 154	181	0	0	1 859 700	793 700	526 400	161 600
1972	0	0	25 797	502	414	4	1 598 200	604 300	518 500	163 900
1973	0	0	7 128	257	512	5	1 462 700	516 900	508 600	167 600
1974	0	0	32 138	1 898	3 407	106	1 465 000	533 600	485 500	129 500
1975	0	0	71 469	3 564	282	15	1 538 300	601 200	451 300	132 700
1976	0	0	95 724	4 679	0	0	1 569 700	685 700	378 500	97 200
1977	0	0	87 255	5 218	1	0	969 500	224 300	441 900	101 700
1978	0	0	45 766	3 569	3	0	1 074 700	259 900	449 400	134 900
1979	0	0	119 245	10 154	6	1	1 084 400	247 000	461 300	145 300
1980	0	0	50 764	4 905	5 094	241	1 361 500	429 500	489 200	154 800
1981	0	0	97 647	16 402	6 090	371	1 042 000	315 200	376 700	111 900
1982	18	4	120 972	19 026	3 061	250	1 245 500	424 500	421 100	143 400
1983	727	72	55 635	10 008	1 741	246	1 106 200	326 800	424 300	109 100
1984	470	126	101 681	25 078	15	6	1 427 100	465 600	481 100	134 100
1985	61	31	107 800	29	23	12	1 353 100	394 800	530 800	146 500
1986	22	9	58 636	15 352	4 229	809	1 602 700	499 700	611 400	149 400
1987	28	12	74 540	26 786	3 502	680	1 660 100	532 500	640 400	144 400
1988	36	23	117 703	44 687	4 437	991	1 395 900	394 300	646 800	146 100
1989	116	167	75 139	32 262	16 515	5 623	1 745 900	615 500	666 400	147 000
1990	138	144	78 479	35 389	32 801	12 644	1 349 400	296 300	657 600	159 100
1991	3 694	1 122	64 995	29 946	22 405	7 354	1 717 200	617 900	648 200	170 500
1992	316	599	102 146	44 809	22 031	7 465	1 198 600	300 600	620 000	109 700
1993	3 469	1 182	150 963	74 509	9 693	3 245	1 362 000	421 600	629 800	69 000
1994	263	113	136 671	68 414	11 771	5 456	1 552 800	462 300	719 600	131 700
1995	3 938	710	126 226	62 514	11 793	4 772	1 398 200	360 100	766 500	124 600
1996	3 258	782	118 874	64 307	11 181	4 136	1 611 400	405 800	849 000	172 200
1997	2 005	593	103 761	46 353	15 047	5 139	1 520 800	329 500	913 000	164 200
1998	4 506	1 170	126 602	49 262	24 846	8 316	1 419 700	150 800	1 019 700	161 800
1999	9 884	1 724	112 907	44 238	9 162	3 165	1 654 700	373 100	965 300	157 300
2000	20 823	5 759	111 885	42 166	7 370	2 629	nd	nd	nd	nd

² Os valores 0, representam aproximadamente zero.

Fonte:

Importações, Exportações: com base no comércio internacional, INE

Produção Estatísticas agrícolas, INE

Quadro A.3 – Importações e Exportações de Sementes Oleaginosas, Conservas hortofrutícolas e Hortícolas

	Sementes Oleaginosas				Conservas Hortofrutícolas				Hortícolas	
	Importações		Exportações		Importações		Exportações		000euros	
	ton	000euros	ton	000euros	ton	000euros	ton	000euros	IMP	EXP
1970	173 758	3 691	24 608	457	91	5 235	1 400	148 637	623	784
1971	187 182	4 688	23 036	526	139	4 876	2 277	128 692	657	714
1972	201 303	5 140	17 665	451	202	6 716	3 448	162 382	1 135	896
1973	197 790	6 049	23 088	736	235	8 740	3 945	184 441	1 415	1 104
1974	193 218	9 066	18 113	742	257	9 865	3 704	99 622	2 219	1 208
1975	248 009	12 619	7 700	477	344	4 529	3 950	47 189	2 030	1 118
1976	349 420	15 894	14 010	794	209	9 808	2 002	128 148	5 698	1 347
1977	358 660	26 163	7 358	787	65	11 058	359	99 099	10 156	1 365
1978	462 580	33 242	10 893	1 286	78	10 994	306	79 099	2 539	2 662
1979	544 702	48 297	29 430	2 478	117	13 371	479	85 591	3 328	4 057
1980	522 721	41 001	17 669	2 795	110	14 969	476	92 641	7 835	3 078
1981	522 718	54 446	16 694	3 128	563	18 827	1 526	89 668	9 716	3 594
1982	784 042	90 155	27 731	5 225	824	18 443	1 679	64 349	17 789	4 481
1983	1 099 037	158 259	16 870	5 649	990	35 082	1 559	122 405*	10 676	6 644
1984	1 217 658	300 456	8 570	6 088	1 752	47 831	2 062	166 886*	25 292	6 972
1985	1 167 666	250 628	12 421	10 357	1 466	53 445	1 051	111 565*	40 629	799
1986	972 703	164 615	13 674	15 517	2 381	49 594	2 347	103 527*	72 368	8 251
1987	1 218 714	245 549	11 565	9 325	5 668	51 673	16 468	107 866	113 158	11 921
1988	1 174 832	295 880	14 076	9 222	13 271	73 250	19 964	98 467	143 320	11 669
1989	1 064 430	280 050	16 844	9 476	18 352	81 782	82 087	70 056	132 620	18 594
1990	1 234 008	299 745	20 249	8 569	70 488	59 265	43 044	91 109	148 318	21 725
1991	1 245 071	285 478	23 450	8 721	39 675	71 273	54 041	121 120	180 933	22 494
1992	1 026 303	213 818	16 045	5 322	43 938	71 643	52 975	111 276	145 157	26 904
1993	911 672	197 897	16 343	5 716	42 848	73 619	75 083	126 315	128 344	24 482
1994	964 873	230 587	12 961	6 346	66 517	98 800	98 729	149 717	150 718	31 575
1995	1 252 635	261 938	14 037	10 615	84 575	120 094	144 901	139 841	144 368	34 780
1996	1 129 016	277 857	13 375	6 944	138 660	108 112	123 975	152 406	154 142	35 953
1997	1 292 776	289 873	24 267	8 267	109 810	113 047	144 901	162 549	146 442	44 165
1998	1 392 529	266 676	26 711	6 883	138 660	119 818	157 150	169 902	193 568	48 138
1999	1 155 093	216 371	55 319	10 612	160 763	128 399	149 567	170 075	177 363	57 036
2000	1 056 978	248 476	71 921	18 951	147 564	127 567	nd	nd	175 720	58 689

* Valores estimados por extrapolação

Fonte:

Importações, Exportações: com base no comércio internacional, INE

Quadro A.4 – Importações e Exportações de Frutos, Vinho e Vinho do Porto

	Frutos				Vinho				Vinho do Porto	
	Importações		Exportações		Importações		Exportações		000euros	
	ton	000euros	ton	000euros	hl	000euros	hl	000euros	IMP	EXP
1970	39 424	1 024	15 645	928	nd	nd	nd	nd	nd	nd
1971	54 654	1 420	14 666	1 391	nd	nd	nd	nd	nd	nd
1972	66 843	2 083	18 856	2 102	nd	nd	nd	nd	nd	nd
1973	61 788	2 090	14 947	2 332	nd	nd	nd	nd	nd	nd
1974	79 214	2 737	14 555	2 015	nd	nd	nd	nd	nd	nd
1975	34 002	1 335	8 755	1 131	nd	nd	nd	nd	nd	nd
1976	20 674	1 354	12 501	1 447	nd	nd	nd	nd	nd	nd
1977	14 158	1 330	13 957	2 822	nd	nd	nd	nd	nd	nd
1978	2 949	519	16 121	3 552	nd	nd	nd	nd	nd	nd
1979	6 797	1 034	15 489	4 370	nd	nd	nd	nd	nd	nd
1980	5 735	1 257	16 136	3 677	71	11 066	161 480	12 078 916	61 302	7 124 368
1981	8 473	1 910	9 276	3 351	78	18 940	137 293	12 709 336	55 463	7 435 175
1982	10 608	2 607	11 237	4 993	77	22 640	131 873	14 889 923	56 819	9 521 974
1983	3 133	1 438	12 556	9 376	28	13 798	139 686	19 980 004	58 724	12 752 389
1984	10 645	3 347	13 114	13 746	60	26 718	141 141	25 441 167	62 256	16 225 788
1985	19 736	6 205	13 194	10 004	59	29 898	138 114	30 257 509	68 937	21 050 749
1986	21 707	7 770	1 634	1 338	260	113 114	150 698	36 630 014	68 303	25 271 031
1987	43 857	17 294	24 372	15 277	326	215 598	156 280	41 037 735	76 839	29 807 876
1988	107 206	45 659	24 381	17 588	268	160 590	158 320	49 139 823	67 992	33 471 941
1989	133 875	56 176	25 222	19 763	181 925	12 275 631	157 769	54 913 337	68 203	35 711 881
1990	192 255	82 613	35 608	27 832	21 233	2 086 906	155 725	59 482 500	65 588	38 986 885
1991	212 255	104 057	63 547	41 646	3 312	1 292 852	169 089	61 158 897	66 338*	39 228 859*
1992	219 222	100 224	55 570	36 230	2 616	1 342 622	264 993	67 446 502	67 088	39 470 832
1993	294 806	157 625	25 880	19 043	11 185	2 626 329	215 465	69 024 072	70 780*	43 387 329*
1994	338 738	212 426	49 413	34 919	135 758	10 751 097	190 328	73 848 021	74 471	47 303 826
1995	338 507	210 400	60 098	41 896	90 275	9 873 835	169 311	74 202 287	74 471	48 439 372
1996	391 168	241 154	73 540	49 015	62 168	7 980 326	196 010	83 046 917	81 901	55 625 838
1997	367 035	243 994	112 397	77 035	45 427	6 302 644	245 962	91 843 939	77 653	59 198 153
1998	452 376	310 510	84 531	66 241	160 886	17 035 446	225 854	95 023 167	82 981	62 420 880
1999	457 689	294 349	77 986	50 767	220 295	27 758 465	190 458	97 770 284	79 193	66 815 483
2000	462 088	287 339	89 325	64 269	191 551	20 654 989	180 577	101 757 819	88 103	69 410 493

* Valores estimados por extrapolação

Fonte:

Importações, Exportações: com base no comércio internacional, INE

Quadro A.5 – Importações, Exportações e Produção de Azeite e Açúcar (1970 - 2000)

	Azeite						Açúcar			
	Importações		Exportações		Produção		Importações		Exportações	
	ton	000euros	ton	000euros	ton	000euros	ton	000euros	ton	000euros
1970	0	0	10 336	1 169	67 352	nd	250 222	4 167	57	3
1971	6 976	694	10 151	1 246	41 962	nd	202 119	3 545	176	8
1972	34 254	3 642	8 415	1 154	51 165	nd	259 851	4 839	43	2
1973	18 214	2 698	6 828	1 133	42 301	nd	255 626	5 492	376	15
1974	9 229	22 088	4 265	1 095	45 835	nd	316 576	16 239	8 205	710
1975	19	2	2 880	910	49 368	nd	287 770	25 870	61 112	4 675
1976	189	44	1 898	655	35 885	nd	238 953	17 241	37 214	1 986
1977	571	134	2 140	936	30 000	nd	264 336	11 605	3 555	1 618
1978	5 389	1 537	2 187	1 149	40 239	nd	287 934	11 646	7 418	382
1979	2 545	1 013	3 081	1 918	57 269	nd	269 999	13 365	30 859	2 250
1980	248	122	3 090	2 164	32 017	nd	278 490	33 621	48 984	4 106
1981	1	1	3 508	2 461	23 016	nd	250 218	42 269	2 006	335
1982	12 164	8 050	3 085	3 120	79 222	nd	249 205	23 577	2 006	171
1983	927	702	3 539	4 164	8 772	nd	283 110	26 482	32 538	6 402
1984	2 154	2 000	1 618	5 182	47 397	nd	316 741	42 986	2 574	3 951
1985	2 502	2 583	3 522	5 288	33 071	nd	363 996	38 174	9 891	1 465
1986	2 440	2 349	8 688	9 060	51 027	73 613	223 377	32 355	19 088	2 637
1987	2 800	5 289	19 326	22 574	38 937	102 343	321 542	84 959	2 764	703
1988	4 554	6 180	11 761	18 972	14 418	71 938	317 128	87 446	4 323	483
1989	21 613	42 594	7 762	17 497	40 908	62 464	355 471	105 612	355	258
1990	10 736	21 219	12 241	24 843	24 134	118 554	305 101	84 153	386	294
1991	18 443	38 646	8 198	20 499	61 293	106 316	343 635	128 043	875	817
1992	11 586	22 912	6 682	15 413	20 624	156 234	324 131	85 316	1 135	562
1993	28 955	61 822	8 427	18 440	32 154	62 466	246 965	58 445	4 053	2 627
1994	36 039	79 556	11 543	24 618	31 659	106 047	294 354	77 833	6 840	3 681
1995	43 657	118 821	15 311	42 804	43 786	106 164	312 414	107 780	14 198	8 034
1996	32 898	123 212	15 708	63 966	41 430	182 919	310 635	140 902	13 941	9 057
1997	48 507	108 763	22 618	61 631	38 827	143 075	296 307	129 440	21 824	11 296
1998	48 533	83 558	21 040	52 290	33 089	104 448	293 604	132 730	110 080	50 679
1999	40 816	91 220	14 546	44 567	nd	111 307	308 824	138 665	76 659	35 166
2000	37 526	69 097	20 476	59 533	nd	139 484	298 280	135 544	86 416	39 599

Fonte:

Importações, Exportações: com base no comércio internacional, INE
Produção Estatísticas agrícolas, INE

**Quadro A.6 – Importações, Exportações de Laticínios, Carne e Animais Vivos
(1970 - 2000)**

	Laticínios				Carne		Animais vivos			
	Importações		Exportações		000 euros		Importações		Exportações	
	ton	000euros	ton	000euros	IMP	EXP	ton	000euros	ton	000euros
1970	2 688	181	3 372	581	1 039,2	81,6	483	202	412	61
1971	3 265	409	3 320	603	3 959,3	85,2	559	229	255	494
1972	5 824	661	2 651	489	6 097,7	75,9	550	7	746	110
1973	4 699	400	2 433	490	4 201,2	118,0	325	229	1 329	163
1974	8 515	753	1 994	454	9 399,1	110,8	4 158	783	533	95
1975	11 183	1 231	1 632	387	5 057,1	144,8	142	222	433	126
1976	18 355	1 914	1 065	325	9 782,3	85,4	6 252	1 506	136	61
1977	15 402	1 721	1 407	525	12 420,9	50,0	5 069	2 045	118	66
1978	11 743	1 946	2 604	1 170	5 326,0	45,5	955	1 138	112	111
1979	9 314	2 070	3 725	1 854	11 118,4	89,8	1 182	1 800	104	118
1980	4 244	1 798	2 249	1 186	8 885,6	106,7	2 164	2 617	90	142
1981	9 211	3 903	5 783	3 050	4 804,0	151,9	4 971	4 421	85	144
1982	16 617	9 614	2 310	2 834	4 997,8	173,1	3 175	3 867	113	180
1983	15 959	12 634	4 848	6 723	11 269,3	480,3	2 256	4 372	165	197
1984	15 955	11 677	5 142	6 808	6 523,2	1 014,0	3 398	6 117	254	321
1985	15 963	13 585	4 550	6 627	32 128,8	939,5	9 095	14 947	287	101
1986	9 843	11 080	6 241	7 936	44 369,2	823,9	7 393	16 387	459	665
1987	10 401	12 170	9 212	11 513	71 320,2	1 167,0	5 764	23 313	411	1 264
1988	9 489	15 736	17 147	30 173	112 987,5	1 886,8	9 998	20 315	962	2 416
1989	8 649	16 574	18 154	22 721	136 992,1	3 405,5	12 120	30 128	2 502	5 433
1990	10 577	17 376	23 591	31 611	196 498,7	3 977,8	13 031	32 865	4 657	11 319
1991	13 108	22 581	40 034	45 903	187 920,1	11 081,0	13 407	33 086	4 376	10 845
1992	17 315	30 967	22 060	33 658	239 682,6	20 658,1	15 639	35 729	4 390	9 964
1993	31 495	46 010	29 559	44 235	245 742,2	25 883,4	10 573	23 617	930	1 713
1994	86 617	78 399	61 942	61 969	355 626,2	15 721,4	30 606	54 966	3 785	7 036
1995	115 140	99 840	96 545	89 453	342 726,7	17 365,2	44 298	76 926	5 169	9 176
1996	136 191	113 482	110 108	101 306	295 935,8	14 513,8	55 683	92 020	5 132	9 501
1997	141 677	128 225	144 975	123 810	344 907,2	17 858,1	47 255	85 576	5 125	11 985
1998	172 739	158 156	197 267	133 820	370 064,0	12 629,6	46 226	74 227	3 578	9 269
1999	171 509	167 566	188 230	128 157	406 091,0	10 372,3	76 250	94 589	4 352	7 852
2000	202 446	215 336	235 373	150 183	469 058,9	11 698,4	65 241	95 382	5 159	9 281

Fonte:
Importações, Exportações: com base no comércio internacional, INE

Quadro A.7 – Importações, Exportações de Lacticínios, Carne e Animais Vivos

	Carne de Bovino				Carne de suíno					
	Importações		Exportações		Produção	Produção	Importações		Exportações	
	ton	000euros	ton	000euros	ton	ton	ton	000euros	ton	000euros
1970	4 594,1	449,0	17,1	2,5	87 200	56 800	4 442,3	557,7	2,5	0,7
1971	22 827,1	2 677,5	23,0	3,4	74 200	59 100	10 200,7	1 152,1	2,3	0,7
1972	31 878,5	4 010,3	9,7	2,1	73 000	63 900	12 539,6	1 419,5	7,2	1,8
1973	20 097,5	2 909,5	7,9	2,0	81 200	69 300	5 427,1	1 083,3	11,1	3,1
1974	36 231,1	6 696,2	6,8	1,5	84 300	70 000	11 656,5	2 258,0	3,3	0,8
1975	24 195,2	3 374,8	77,4	11,6	97 700	81 700	8 993,6	1 670,9	5,6	1,0
1976	36 121,5	5 300,4	0,0	0,0	79 300	78 500	15 230,8	4 163,5	0,0	0,0
1977	52 553,9	9 937,0	0,7	0,3	77 400	86 500	7 530,8	2 102,8	0,0	0,0
1978	20 376,6	4 930,3	3,9	2,4	88 100	93 400	740,7	238,3	0,0	0,0
1979	15 404,9	6 176,0	5,5	6,0	89 000	128 500	9 837,8	4 305,1	0,2	0,6
1980	13 451,9	6 968,3	7,5	5,7	97 300	154 800	2 629,4	1 273,3	1,3	1,0
1981	4 589,0	2 936,4	15,7	20,4	113 800	178 000	2 811,0	1 386,3	14,2	9,3
1982	2 889,8	2 545,1	31,3	50,9	116 700	178 800	3 202,0	2 045,0	10,8	28,2
1983	4 514,8	4 380,6	97,0	233,3	101 900	175 800	6 955,4	6 210,6	40,3	18,4
1984	4 199,0	4 744,3	101,6	373,4	92 600	183 300	1 732,7	1 033,1	2,3	4,4
1985	11 687,6	11 332,9	63,4	196,7	91 300	174 500	20 794,5	20 021,6	4,5	10,6
1986	12 688,7	19 902,5	54,0	204,3	91 100	178 000	14 267,0	18 585,7	7,4	18,8
1987	21 084,0	46 194,3	63,6	179,2	90 600	208 300	9 294,0	13 048,0	52,3	179,5
1988	25 090,5	63 753,3	81,7	253,4	100 500	191 400	23 080,0	33 392,8	34,6	67,8
1989	22 564,8	62 977,6	63,0	222,3	105 900	210 500	30 200,4	53 468,6	144,2	365,3
1990	44 497,0	125 482,7	35,8	169,9	109 400	231 800	22 116,2	39 865,7	296,6	93,9
1991	37 541,5	108 655,8	196,0	682,6	120 700	256 900	25 654,0	46 186,3	333,4	200,6
1992	45 050,4	122 782,8	260,4	947,0	114 900	258 000	41 319,3	77 283,8	214,3	361,1
1993	51 729,3	153 417,3	673,9	1 894,1	108 600	301 100	33 565,5	52 961,4	1 303,0	2 822,4
1994	72 105,8	233 057,8	304,1	987,4	82 600	308 800	43 376,7	70 978,5	2 046,4	2 664,0
1995	63 734,3	201 560,8	191,1	478,3	92 100	298 500	51 709,5	88 374,4	2 276,9	3 541,9
1996	33 293,6	105 638,2	908,4	1 901,4	86 400	318 000	67 457,8	119 840,4	2 644,2	3 347,1
1997	46 027,6	147 365,1	1 745,3	3 624,1	109 700	330 000	64 712,6	127 970,6	3 546,7	5 040,3
1998	53 410,6	176 187,7	1 023,5	2 076,3	96 700	358 600	77 793,7	120 511,4	2 348,9	3 527,0
1999	66 622,4	217 190,0	149,4	642,3	98 215	373 300	80 924,4	111 637,6	4 582,9	3 736,9
2000	63 902,9	225 075,6	111,5	542,7			90 183,9	154 946,3	4 615,9	5 330,6

Fonte:

Produção: Estatísticas Agrícolas, INE

Importações e Exportações: Com base nos dados do Comércio Internacional, INE

Quadro A.8 – Importações, Exportações e Produção de Carne de Ovinos e Caprinos e Carne de Animais de Capoeira

	Carne de Ovinos e Caprinos					Carne de Animais de Capoeira				
	Importações		Exportações		Produção	Produção	Importações		Exportações	
	ton	000euros	ton	000euros	ton	ton	ton	000euros	ton	000euros
1970	nd	nd	nd	nd	21 500	58 200	19,7	3,4	250,0	35,4
1971	nd	Nd	nd	nd	20 500	67 200	29,8	4,7	244,9	33,3
1972	369,0	46,4	nd	nd	20 900	75 000	113,4	12,7	295,9	39,6
1973	175,0	24,6	nd	nd	23 200	83 200	53,1	8,9	345,0	49,0
1974	557,3	102,9	nd	nd	21 500	99 700	66,9	12,9	199,2	34,8
1975	nd	nd	nd	nd	21 500	100 000	43,7	6,9	113,1	20,3
1976	nd	nd	nd	nd	22 100	114 700	308,1	53,5	31,5	8,1
1977	nd	nd	nd	nd	22 900	133 800	351,0	72,2	39,0	10,5
1978	nd	nd	nd	nd	22 200	137 400	12,6	5,1	58,7	20,9
1979	nd	nd	nd	nd	21 800	133 200	74,0	28,9	108,9	46,7
1980	nd	nd	nd	nd	23 900	170 000	112,3	50,3	200,3	67,2
1981	nd	nd	nd	nd	23 300	163 500	32,6	22,3	233,2	94,0
1982	nd	nd	nd	nd	25 300	156 300	37,0	28,5	23,0	16,3
1983	53,6	47,3	22,1	14,2	26 300	167 800	310,4	195,3	30,6	40,9
1984	44,1	76,6	2,0	4,8	25 200	146 000	54,0	54,2	90,2	153,8
1985	76,6	111,0	2,0	5,6	24 500	142 700	53,9	71,3	78,5	162,2
1986	86,5	99,6	1,8	6,1	25 500	162 200	170,0	214,7	26,3	52,3
1987	3 660,0	5 176,6	13,0	52,3	25 900	177 100	471,0	442,2	33,3	50,5
1988	3 784,1	7 363,2	51,5	94,6	26 450	179 400	2 344,4	2 177,3	39,8	71,2
1989	6 142,1	12 062,4	142,3	368,2	27 000	181 200	2 833,1	2 803,5	129,7	224,8
1990	9 782,7	17 689,6	314,2	553,4	27 700	183 000	5 155,0	5 563,9	1 258,3	1 508,1
1991	10 427,3	19 438,0	156,8	327,3	27 550	183 500	3 889,5	5 759,3	6 444,3	7 874,3
1992	11 845,3	22 772,5	105,2	192,7	27 400	220 200	3 665,0	5 301,2	12 386,9	17 171,7
1993	7 891,0	19 158,6	276,9	640,0	27 100	222 100	4 826,4	7 469,1	11 275,3	17 450,6
1994	9 347,7	25 521,5	125,3	284,9	27 300	246 700	5 278,2	8 169,5	5 238,0	8 113,7
1995	9 080,7	24 189,3	59,5	142,1	26 400	245 600	4 623,6	6 708,9	7 702,3	10 263,8
1996	11 130,1	32 576,0	28,9	109,7	25 800	256 600	9 992,5	16 395,1	4 766,7	5 957,9
1997	9 301,1	29 133,9	19,7	85,2	27 200	268 400	10 567,9	15 129,3	3 804,2	4 932,9
1998	9 129,0	23 974,7	29,7	108,1	25 600	298 170	11 714,1	17 270,0	2 457,5	3 122,0
1999	10 510,0	27 425,8	24,9	103,5	24 900	288 012	13 001,5	18 249,6	1 456,9	1 635,2
2000	10 420,3	30 852,9	90,7	511,8			14 329,2	22 253,6	1 755,0	2 116,1

Fonte:

Produção: Estatísticas Agrícolas, INE

Importações e Exportações: Com base nos dados do Comércio Internacional, INE

**Quadro A.9 – Importações, Exportações e Produção de Carne de Ovinos e Caprinos e
Carne de Animais de Capoeira (1970 - 2000)**

	Cortiça				Madeira	
	Importações		Exportações		Importações	Exportações
	ton	000euros	ton	000euros	000euros	000euros
1970	28	1	99 040	2 975	nd	nd
1971	361	14	97 053	3 096	nd	nd
1972	1 761	55	108 374	3 554	nd	nd
1973	4 596	150	96 780	4 266	nd	nd
1974	3 347	199	86 730	5 649	nd	nd
1975	778	54	67 276	4 176	nd	nd
1976	1 105	118	66 773	4 172	nd	nd
1977	2 504	239	65 125	5 175	nd	nd
1978	2 107	430	54 095	5 985	nd	nd
1979	9 722	2 330	59 794	7 894	nd	nd
1980	27 132	6 070	64 114	11 510	nd	nd
1981	17 165	5 031	54 347	12 362	nd	nd
1982	11 602	4 133	97 543	83 152	nd	nd
1983	13 375*	5 474*	86 595*	73 860*	nd	nd
1984	15 419*	7 250*	112 486*	95 945*	nd	nd
1985	17 776*	9 602*	81 358*	69 394*	nd	nd
1986	20 492*	12 717*	84 499*	72 073*	nd	nd
1987	23 624*	16 842*	69 709*	59 458*	nd	nd
1988	27 235	22 306	119 077	289 686	123 297	510 785
1989	32 243	36 735	111 251	381 334	252 921	487 723
1990	23 913	40 693	105 767	401 128	329 927	1 188 683
1991	37 144	46 822	102 043	400 502	334 413	768 436
1992	27 347	36 412	107 318	412 970	326 838	585 998
1993	17 550	26 001	112 594	425 439	319 263	403 560
1994	32 629	41 167	120 945	481 348	61 508	613 413
1995	34 049	44 210	122 530	510 007	665 696	671 778
1996	34 059	54 918	122 365	551 385	600 773	640 775
1997	41 382	69 456	131 667	641 898	781 636	738 637
1998	41 130	86 962	139 956	716 697	1 027 644	774 710
1999	40 840	92 769	139 422	756 975	1 000 150	1 217 169
2000	53 623	135 424	130 730	879 555	1 080 093	745 594

* Valores estimados

Fonte:

Produção: Estatísticas Agrícolas, INE

Importações e Exportações: Com base nos dados do Comércio Internacional, INE